IPVC

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
2019

Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ÍNDICE

- ENQUADRAMENTO..... Página 5

- Capítulo I – O IPVC EM NÚMEROS

ÁREA ACADÉMICA ..... Página 9

RECURSOS HUMANOS..... Página 14

MOBILIDADE INTERNACIONAL..... Página 17

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL..... Página 18

- Capítulo II – MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS

EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO .....Página 22

EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA .....Página 28

EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC .....Página 34

EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO .....Página 37

EIXO 5 – GOVERNANÇA .....Página 45

- Capítulo III – CONTAS

1. Análise Orçamental e Económico-Financeira ..... Página 56

1.1 Situação Orçamental ..... Página 56

1.2 Análise económico-financeira ..... Página 61

1.3 Gastos do exercício ..... Página 63

1.4 Resultado Líquido do Período ..... Página 65

1.5 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício ..... Página 66

1.6 Perspetivas para o exercício de 2020 ..... Página 66

1.7 Considerações Finais ..... Página 66

1.8 Proposta de Aplicação dos Resultados ..... Página 66

2. Demonstrações Financeiras ..... Página 67

2.1 Balanço ..... Página 67

2.2 Demonstração dos Resultados por Natureza ..... Página 68

2.3 Demonstração das Alterações no Património Liquido ……. Página 69

2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa …….. Página 70

2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras …….. Página 71

3. Demonstrações Orçamentais ……. Página 119

3.1 Demonstração do desempenho orçamental …….. Página 119

3.2 Demonstração de execução orçamental da receita …… Página 120

3.3 Demonstração de execução orçamental da despesa ……. Página 121

3.4 Anexo às demonstrações orçamentais …….. Página 122

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO

Do Plano Estratégico para 2015-2019 aprovado em outubro de 2015 constam a MISSÃO, VISÃO e VALORES da instituição, bem como uma visão parcelar para cada um dos cinco EIXOS ESTRATÉGICOS aprovados:

EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA

EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC

EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

EIXO 5 – GOVERNANÇA

Para cada eixo estratégico foram definidos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS, estando toda esta informação disponível no portal do IPVC http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/

A última fase de elaboração do plano estratégico foi a definição das ações e subações a implementar para se atingir os objetivos operacionais definidos e, em último caso, alcançar os objetivos estratégicos.

Este é o último relatório de atividades resultante da monitorização da implementação do PE 2015-19, fazendo, em concreto o ponto de situação relativamente às metas propostas para 2019 e que constavam do plano de atividades apresentado para este ano, mas que coincidem, em larga medida com as metas finais do quadriénio 15-19.

No capítulo II – monitorização dos planos de ação por eixo, faz-se uma breve referência à tendência seguida para cada indicador, com referência aos resultados de anos anteriores, terminando com uma análise crítica global à informação constante das tabelas relativamente a cada eixo.

Imediatamente a seguir faz-se um breve enquadramento do IPVC no ano de 2019, já com perspetivas para o ano de 2020, no que ao ano letivo 2019/2020 diz respeito, com a descrição da instituição em números-chave nas áreas académica, recursos humanos, mobilidade internacional e serviços de ação social.

Pelo segundo ano, e em cumprimento das orientações do Sistema Normativo Contabilístico para a Administração Pública (SNC-AP) implementado a partir do ano de 2018, é integrada no Relatório de Atividades toda a documentação relativa às Contas da instituição, daí a designação "Relatório de Atividades e Contas", já utilizada no ano passado, sendo tratada em capítulo autónomo toda a documentação de caráter contabilístico e financeiro que até 2017 era submetida individual e separadamente junto do Tribunal de Contas.

Em janeiro de 2019 deu-se início ao processo eleitoral para a Presidência do IPVC, concluído a 31 de julho de 2019 com a tomada de posse de nova Presidência e Direções das escolas.

O novo Plano Estratégico IPVC 2020-2024 foi submetido ao Conselho Geral 6 meses após a tomada de posse do Presidente IPVC (conforme definido legal e estatutariamente), tendo sido aprovado em reunião do Conselho Geral de 21 de fevereiro de 2020.

A revisão dos estatutos do instituto, com calendarização aprovada pelo conselho geral e prevista decorrer nos meses de março a junho de 2019, será retomada em setembro de 2020, dado que devido à pandemia COVID-2019, foi suspensa.

O novo PE IPVC20-24 prevê 9 eixos estratégicos de atuação, sendo parte dos projetos estratégicos e Iniciativas um reforço do trabalho iniciado no PE IPVC1519, e outros, claramente, um alavancar de áreas mais inovadoras, como seja a Inovação Pedagógica.

Neste sentido, continuou-se a refletir na estrutura institucional, procurando reforçar os processos nucleares da missão institucional – ensino e aprendizagem, investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível, internacionalização e a colaboração interinstitucional e com a comunidade –, e otimizar a gestão dos recursos humanos e materiais e os serviços de apoio. Esta melhoria contínua conduziu:

- Introdução de aspetos de responsabilidade Social, com projeto "Campus Sustentável IPVC e com implementação de Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, baseado na NP 4469; criados ou revistos processos na área da sustentabilidade ambiental e social, integrando-os no Sistema (criados Processos "Ambiente", "Escola Inclusiva", "Academia Sénior", "Mobilidade e Transportes", entretanto designado "Mobilidade Sustentável";

- Alavancagem do Processo “Gestão de Projetos” de processo de suporte para processo de cadeia de valor, passando a designar-se por “Gestão da Investigação” e considerar a recente criação das UI no Sistema e seus procedimentos;

- Reforço dos modelos de identificação e auscultação às Partes Interessadas e modelos mais participados de análise SWOT (incluindo Metodologia RADAR da EFQM).

Numa perspetiva de reengenharia de processos, também se continuou a eliminar ou reduzir documentação ou tarefas supérfluas e que não acrescentam valor e por outro lado, manter e melhorar aquelas que são essenciais, sempre pensando os processos em função da sua cadeia de valor e das necessidades e expetativas e satisfação das partes interessadas. Tudo isto implica uma aprendizagem e uma evolução contínua dos mesmos com envolvimento dos órgãos e outras partes interessadas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

O IPVC EM NÚMEROS

Capítulo I – O IPVC EM NÚMEROS

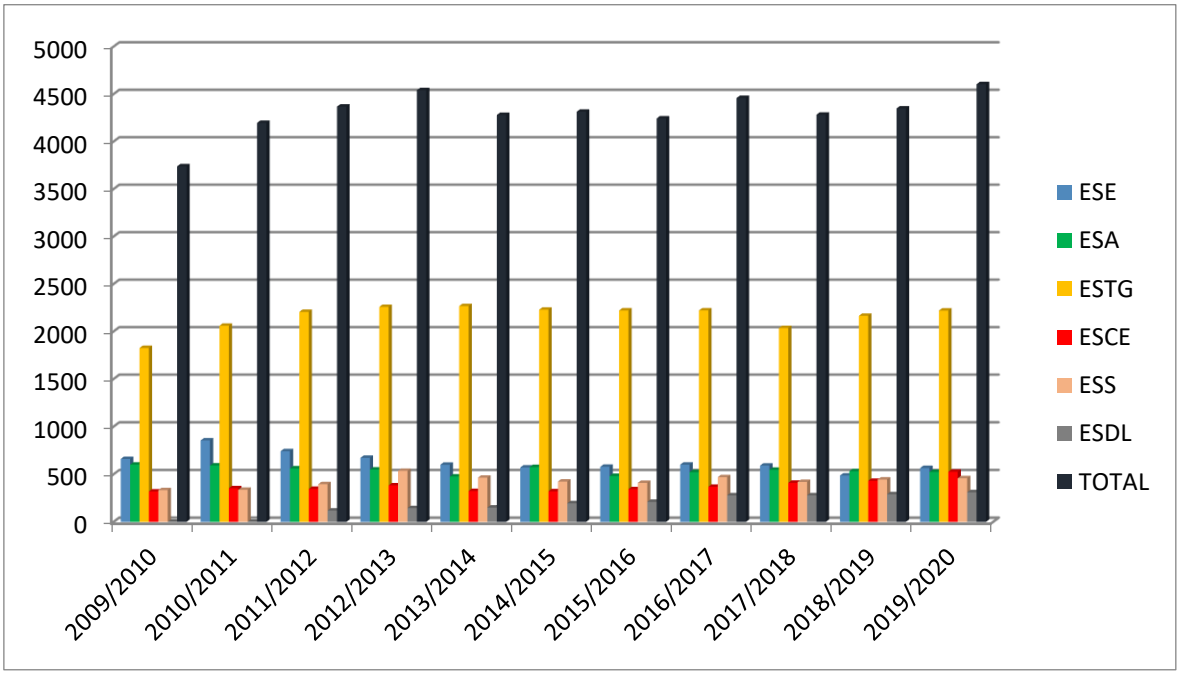
ÁREA ACADÉMICA

Alunos matriculados pela 1ª vez no ano letivo 2019/2020, por tipologia de formação e formas de acesso

Mestrados	Licenciaturas								CTeSP	TOTAL
	Concurso Nacional de Acesso				Concurso Especial de Acesso, Regimes Especiais e Regime de Transferência e Mudança de Curso			Concurso Especial Estudantes Internacionais		
Matriculados 1ª vez	Vagas Iniciais	Matriculados 1.ª Fase	Matriculados 2.ª Fase	Matriculados 3.ª Fase	Matriculados através de CEA	Matriculados através de Regimes Especiais	Matriculados através de Regime de Mudança de par instituição/ curso		Matriculados pela 1ª vez	
342	1022	**569**	**208**	**28**	**223**	**1**	**39**	**36**	**480**	**1926**

Fonte: Divisão de Serviços Académicos, com referência a 31.12.2019.

Evolução do número de alunos, por escola



Fonte: Divisão de Serviços Académicos, com referência a 31.12.2019

N.º de alunos por tipologia de cursos e por escola em 2019/2020

TOTAL	1º Ciclo		2º Ciclo		CTeSP		PG		TOTAL UO	% UO
MATRICULADOS	nº cursos	nº alunos	nº cursos	nº alunos	nº cursos	nº alunos	nº cursos	nº alunos		
3162 ESE	3	293	7	112	5	119	1	15	**539**	11,84%
3161 ESA	5	296	3	48	8	163			**507**	11,14%
3163 ESTG	16	1603	8	246	10	393			**2242**	49,25%
3164 ESCE	5	394	2	32	3	40	2	37	**503**	11,05%
7075 ESS	1	321	4	89	1	44			**454**	9,97%
3165 ESDL	1	207	3	49	1	51			**307**	6,74%
TOTAL	**31**	**3114**	**27**	**576**	**28**	**810**	**3**	**52**	**4552**	100,00%

Data de referência: 30.10.2019

No ano letivo 2019/2020 verifica-se, face ao ano letivo anterior, um aumento de duzentos e vinte novos alunos, matriculados 1.º ano, 1.º vez no global de formações oferecidas, constituindo um aumento de mais de meia centena em cada tipo de formação – CTESP, Licenciaturas e Mestrados – bem como ao nível dos estudantes internacionais, em que mais que duplicámos o número de colocados face ao ano letivo 2018/2019.

Os concursos especiais de acesso (meio de acesso dos alunos provenientes de CET, CTeSP e das provas de maiores de 23 anos) continuam a ser um meio de entrada nas licenciaturas a privilegiar, apesar de termos aumentado em mais de cinquenta o número de ingressos pelo concurso nacional de acesso.

Numa perspetiva oposta, diplomámos em 2019, com referência ao ano letivo 2018/2019, 1064 estudantes, nas mais diversas áreas e níveis de formação, dados com referência a 31.12.2019: 228 em CTeSP, 639 em Licenciaturas, 120 em Mestrados e 77 em Pós-graduações, o que representou um aumento de mais de uma centena face ao ano letivo anterior, em que emitimos 946 diplomas.

Da tabela abaixo constam as formações que abriram candidaturas e têm estudantes inscritos no ano letivo 2019/2020, contando-se 23 CTeSP, 26 licenciaturas, 21 mestrados e 4 pós-graduações.

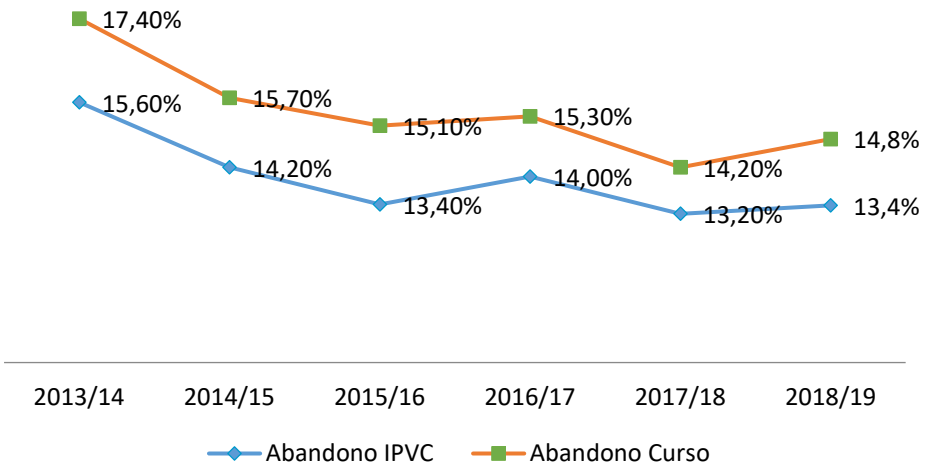
Formações com candidaturas abertas e estudantes inscritos 1.º ano, 1.ª vez, no ano letivo 2019/2020

Escola	Tipologia de formação	Designação
3162 ESE	CTeSP	Artes e Tecnologia
		Ilustração e Produção Gráfica
		Intervenção Educativa em Creche
		Serviços Educativos e Património Local
	Licenciaturas	Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas
		Educação Básica
		Educação Social Gerontológica
	Mestrados	Educação Artística
		Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do EB (Habl. Docência)
		Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências da Natureza no 2º Ciclo EB (Habl. Docência)
		Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia no 2º Ciclo EB (Habl. Docência)
		Gerontologia Social
	Pós-Graduações	Educação Literária e Literatura para a Infância e Juventude
3161 ESA	CTeSP	Análises e Gestão Laboratorial
		Cuidados Veterinários

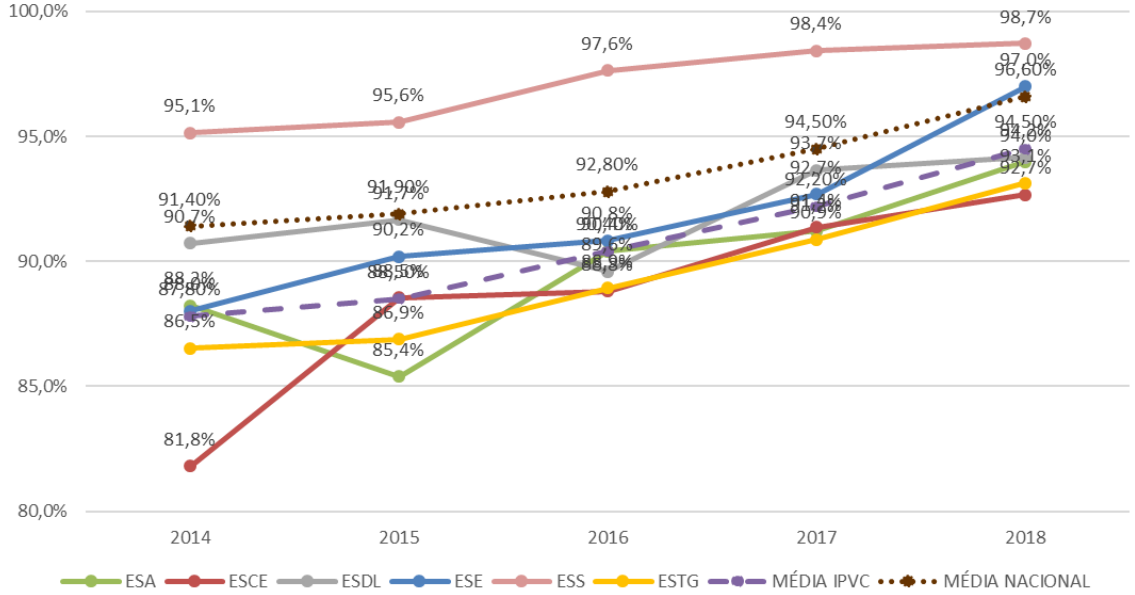
		Fruticultura, Viticultura e Enologia
		Geoinformática e Gestão de Recursos Naturais
		Gestão de Empresas Agrícolas
		Gestão do Turismo em Espaço Rural
	Licenciaturas	Agronomia
		Biotecnologia
		Engenharia do Ambiente e Geoinformática
		Enfermagem Veterinária
	Mestrados	Agricultura Biológica
		Enfermagem Veterinária em Animais de Companhia
		Engenharia Agronómica
3163 ESTG	**CTeSP**	Construção e Reabilitação
		Desenvolvimento Web e Multimédia
		Gestão Hoteleira
		Manutenção Mecânica
		Mecatrónica
		Qualidade e Segurança Alimentar
		Redes e Sistemas Informáticos
		Sistemas Eletrónicos e Computadores
		Tecnologia e Programação de Sistemas de Informação
	Licenciaturas	Design de Ambientes
		Design do Produto
		Engenharia Alimentar
		Engenharia Civil e do Ambiente
		Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia
		Engenharia de Redes e Sistemas de Computadores
		Engenharia Informática
		Engenharia Mecânica
		Engenharia Mecatrónica
		Gestão
		Gestão *(Noturno)*
		Turismo
		Turismo *(Pós-Laboral)*
	Mestrados	Cibersegurança
		Contabilidade e Finanças (APNOR)
		Design Integrado
		Engenharia Alimentar
		Engenharia Civil e do Ambiente
		Engenharia Informática

		Gestão das Organizações: Ramo Gestão de Empresas (APNOR)
		Turismo, Inovação e Desenvolvimento
3164 ESCE	**CTeSP**	Contabilidade e Gestão para PME
		Transportes e Logística
	Licenciaturas	Contabilidade e Fiscalidade
		Gestão da Distribuição e Logística
		Marketing e Comunicação Empresarial
		Organização e Gestão Empresariais
	Mestrados	Marketing
	Pós-Graduações	Gestão da Qualidade
		Marketing Digital e E-Business
7075 ESS	**CTeSP**	Termalismo e Bem-estar
	Licenciaturas	Enfermagem
	Mestrados	Enfermagem Médico-Cirúrgica
		Enfermagem de Reabilitação
3165 ESDL	**CTeSP**	Treino Desportivo
	Licenciaturas	Desporto e Lazer
	Mestrados	Atividades de Fitness
		Treino Desportivo

Apresentam-se a seguir dois gráficos que espelham a evolução, de 2013 a 2018, dos números do abandono (do curso e do Instituto), por um lado, e da empregabilidade dos nossos diplomados ao nível do 1.º ciclo, por outro.



Abandono Curso vs Abandono IPVC



Empregabilidade por UO do IPVC – apenas 1º Ciclo

RECURSOS HUMANOS

Evolução do Corpo Docente por Escola e Grau de Formação 2016 a 2019

	ESE				ESA				ESTG				ESCE				ESS				ESDL				Total			
2019/2018/2017/2016	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**	**19**	**18**	**17**	**16**
Doutoramento	39	34	36	34	30	31	31	33	95	90	81	84	22	21	22	20	18	16	16	14	14	11	12	8	218	198	193	162
Mestrado	11	11	10	12	15	8	9	8	41	37	37	40	9	7	9	8	18	15	14	13	9	5	9	7	103	88	88	86
Licenciatura	3	7	5	4	7	4	3	4	33	27	23	26	7	9	7	7	10	8	5	9	10	8	9	6	70	52	56	76
Total Docentes	53	52	51	50	52	43	43	45	169	154	141	150	38	37	38	35	46	39	35	36	33	24	30	21	391	338	337	324
Total ETI	**38,3**	**37,7**	**37,4**	**38**	**37,64**	**35,8**	**37**	**37,1**	**119,7**	**118**	**112,4**	**118,2**	**26,58**	**24,7**	**24,7**	**24,8**	**29,7**	**29,7**	**27,4**	**27,5**	**18,15**	**14,6**	**15,8**	**13,6**	**270,4**	254,7	**259,2**	**244,7**
Especialistas	0	0	0	0	1	1	1	7	10	9	6	5	5	5	4	4	7	6	5	4	4	3	3	4	27	19	24	16

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, com referência a 31.12.2019

Manteve-se em 2019 a tendência dos últimos anos de aumento do número de doutorados do corpo docente, terminando o ano com mais 20 docentes doutorados face ao ano de 2018.

Concluiu-se o processo de abertura dos concursos para professor-coordenador com o objetivo de cada grupo disciplinar ter, pelo menos, um professor-coordenador e, cada escola ter também, pelo menos, um professor-coordenador de carreira.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, diploma que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019 (DLEO), foi permitido que "até 31 de dezembro de 2019, as instituições de ensino superior podem abrir concursos para promoção de professores adjuntos e coordenadores, até serem atingidos os limites máximos definidos no artigo 30.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico" (ECPDESP).

Foi com base neste normativo que foi aprovada a abertura de sete concursos de promoção para doze lugares de professor coordenador nas mais diversas áreas disciplinares, numa perspetiva de gestão e promoção do pessoal docente que há mais de dez anos se encontravam na mesma categoria, concursos que se esperam estar terminados até ao final do ano de 2020.

Corpo Docente por Escola e Categoria

Categoria	ESA	ESCE	ESDL	ESE	ESS	ESTG	Total
Assistente Convidado	21	15	17	21	18	65	**157**
Equiparado a Assistente do 2º Triénio	0	1	0	0	1	2	**4**
Equiparado a Assistente do 2º Triénio c/ M. ou D.	1	0	1	0	0	3	**5**
Professor Adjunto	26	12	6	19	19	68	**150**
Professor Adjunto Convidado	1	8	8	8	3	16	**44**
Equiparado Professor Adjunto	1	0	0	0	0	2	**3**
Professor-Coordenador	1	2	1	3	5	12	**24**
Professor Coordenador Principal	1	0	0	0	0	1	**2**

PQND	0	0	0	2	0	0	**2**
Total	**52**	**38**	**33**	**53**	**46**	**169**	**391**

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IPVC, a 31 de dezembro de 2019

Ao longo dos últimos anos, e contrariando a tendência de períodos anteriores, verificou-se um aumento do número de colaboradores do corpo não docente, com contrato de trabalho em funções públicas, tendo-se ultrapassado em 2019 o maior número de trabalhadores de há 10 anos atrás.

Evolução do Corpo não Docente por Unidade Orgânica/Unidade Funcional

Ano	SC	SAS	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	ESDL	Total
2008	25	64	15	23	35	4	15		**181**
2009	37	63	12	22	29	4	13		**180**
2010	37	62	12	22	29	4	13		**179**
2011	38	62	9	20	30	5	11		**175**
2012	35	60	9	20	30	5	11		**170**
2013	31	57	9	19	28	5	11		**161**
2014	31	55	9	19	26	5	9	2	**156**
2015	36	56	10	17	27	6	9	2	**163**
2016	42	59	13	20	28	6	9	2	**179**
2017	43	60	15	20	27	6	10	3	**184**
2018	48	57	13	18	26	6	10	3	**181**
2019	47	65	15	17	27	7	11	2	**191**

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, com referência a 31.12.2019.

A continuidade da tendência de reforço concretizou-se na abertura de vários concursos internos para técnicos superiores (limitados a candidatos com vínculo à administração pública) e concursos para assistentes operacionais nas áreas de eletrónica e técnica, bem como de apoio geral.

Formalizou-se o processo de consolidação das mobilidades intercarreiras de cerca de dez trabalhadores, aguardando-se, neste momento, a emissão dos pareceres favoráveis do Ministério das Finanças, tendo sido previstos no mapa de pessoal para 2020 os lugares que permitam a consolidação dessa mobilidade no decurso do presente ano.

Após uma análise ao inquérito de satisfação por parte dos colaboradores do IPVC verifica-se que as questões com uma pontuação mais baixa se referem ao Sistema de Avaliação de Desempenho e ao

Sistema de Incentivos e Reconhecimento do Mérito. A insatisfação relativamente a estes dois aspetos prende-se essencialmente com a estagnação das carreiras fruto das políticas de congelamento das progressões que se viveram em Portugal nos últimos anos.

No que se refere ao Sistema de Avaliação de Desempenho, o IPVC concluiu em 2019, para o pessoal docente, a avaliação do período 2016-2018 e tendo em conta o descongelamento previsto na LOE desde 2018 permitiu a progressão de muitos docentes, já iniciada em 2018. No que diz respeito ao pessoal não docente, e dando continuidade ao processo retomado de descongelamento em 2018, procurou-se aprovar critérios de distribuição das quotas de excelente e relevante que, para além de assegurar o reconhecimento do mérito e excelência dos trabalhadores avaliados, garantam o acesso em regime de equidade e transversalidade, ao sistema de progressões resultantes do sistema de avaliação SIADAP3.

Em relação ao Sistema de Incentivos e Reconhecimento do Mérito o IPVC continuou com a abertura de vários procedimentos concursais quer a nível de pessoal docente quer a nível de pessoal não docente, procurando dar resposta às aspirações de evolução e progressão dos seus trabalhadores.

MOBILIDADE INTERNACIONAL

Programa	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos
Mobilidade Projetos Erasmus	91	101	118	145	124	125	173	218	159	163	206	206	187	186	136	236
Mobilidade Outros Projetos	1	1	0	0	1	0	15	20	2	27	6	34	1	16	6	13
Total	92	102	118	145	125	125	188	238	161	190	212	240	188	202	142	249

Fonte: Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional, com referência a dezembro 2019

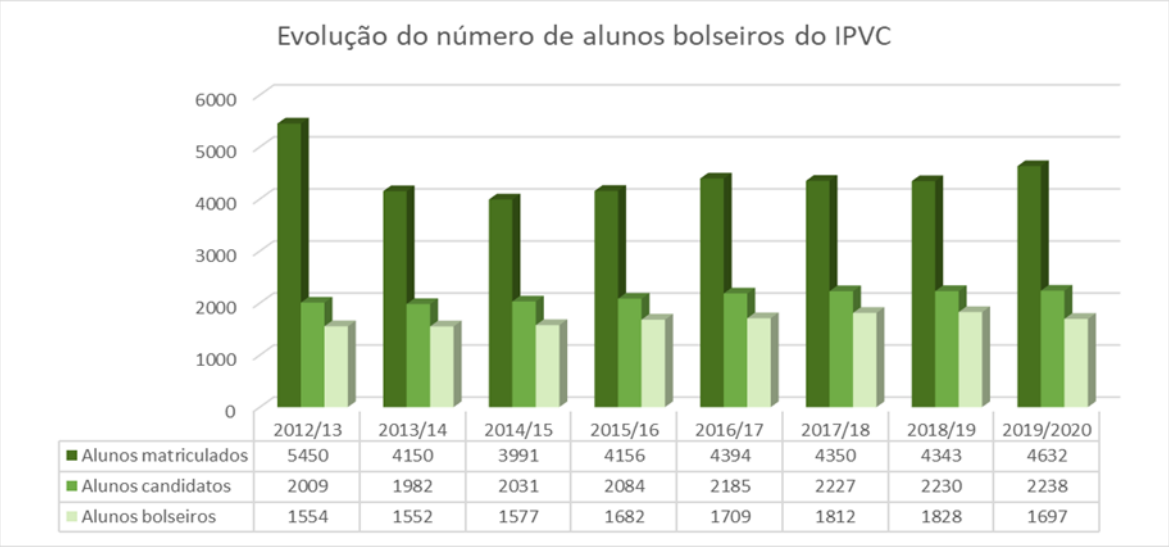
A mobilidade OUTGOING de estudantes continua a manifestar um decréscimo face aos anos anteriores, fruto sobretudo das dificuldades económicas dos nossos alunos, para os quais as bolsas atribuídas não são suficientes para suportar os custos da estadia num país estrangeiro.

Já ao nível da mobilidade STAFF e Docente, e apesar dos números terem descido ligeiramente face ao ano anterior, continua a fazer-se um bom aproveitamento do financiamento do Consórcio NOW Portugal – APNOR, do qual o IPVC é parte, enviando quase 40 trabalhadores (docentes e staff) para mobilidade noutras instituições/entidades.

Também a mobilidade INCOMING, sobretudo ao nível de Docentes e STAFF, apresenta números em crescimento face ao ano letivo anterior, sendo prova da atratividade da nossa instituição no âmbito destes projetos.

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

No ano letivo 2019/20 candidataram-se a bolsa de estudo 2.238 alunos (48,3% dos alunos do IPVC) e obtiveram bolsa de estudos 1.697 alunos (36,6% dos alunos do IPVC). Verifica-se que neste último ano letivo há um crescimento de alunos matriculados no IPVC o que reflete o crescimento económico da região versus os anos anteriores.



	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/2020
Alunos matriculados	5450	4150	3991	4156	4394	4350	4343	4632
Alunos candidatos	2009	1982	2031	2084	2185	2227	2230	2238
Alunos bolseiros	1554	1552	1577	1682	1709	1812	1828	1697

Beneficiaram ainda de apoio durante o ano de 2019, no formato de bolsa de apoio social, 26 alunos, pretendendo-se para além de apoiar economicamente os alunos mais necessitados, estimular igualmente o desenvolvimento do estudante como um todo, na certeza que para além de permitir reduzir as situações de abandono escolar, este formato de apoio irá contribuir de forma significativa para promover o sucesso académico e assegurar melhores condições de empregabilidade e sucesso profissional.

Verificou-se, face a 2018, uma redução do número de alunos apoiados por este sistema – de 38 para 26 – situação justificada pela falta de disponibilidade manifestada por muitos dos alunos inscritos, seja disponibilidade de horário, seja para as atividades que lhes são propostas.

Também no ano letivo 2019/2020 foram disponibilizadas nas residências IPVC 450 camas, aumentando o número de camas disponíveis face a 2017, sendo que a 31.12.2019 havia 379 alunos alojados.

Os SASIPVC dispõem de três residências com exploração direta e no ano de 2019, procurou-se disponibilizar mais camas aos alunos para fazer face à procura de alojamento. Neste sentido, foram celebrados novos protocolos com a MOVIJOVEM para disponibilizar camas na Pousada de Viana do

Castelo e aumentar o número destas na Pousada de Melgaço, o que se revelou eficaz, uma vez que se verificou uma diminuição nas listas de espera. Na sequência de anos anteriores o alojamento para os alunos Erasmus é assegurado por protocolo com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima em Viana do Castelo.

O número de complementos de alojamento atribuídos, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, foi no ano letivo de 2019/2020, de 408, com o encargo anual de 297.412,52 €.

No Gabinete de Saúde foram realizadas 580 consultas, entre consultas de psicologia e enfermagem, sendo que praticamente 75% da população académica já utilizou os serviços do Gabinete de Saúde.

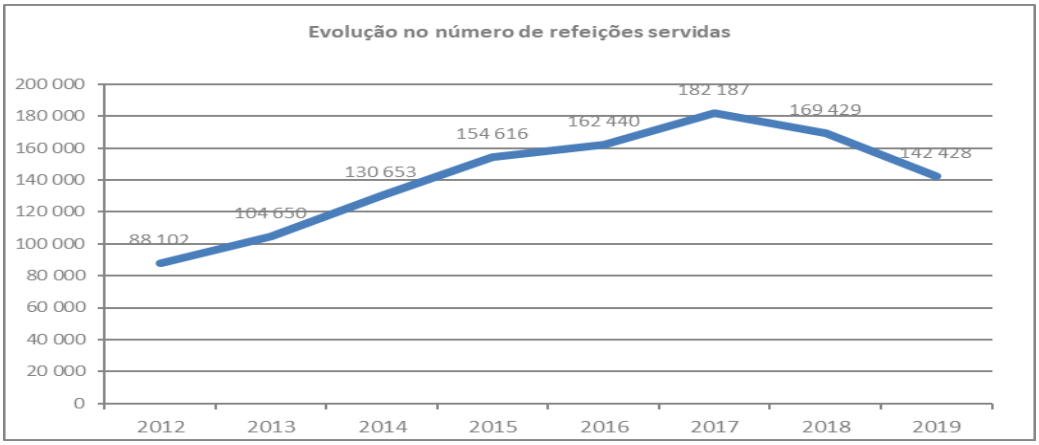
O Centro Desportivo do IPVC tem sob sua responsabilidade as seguintes instalações:

- Centro Académico: onde se encontra uma sala para sede do Centro Desportivo, bem como um Centro de Fitness;
- Campus da ESTG: dois campos de jogos exteriores e balneários;
- Campus da ESE: um campo relvado sintético de futebol de 7.

O Centro de Fitness de Viana do Castelo é a estrutura de acesso a atividades físicas com carácter contínuo e regular, servindo alunos e trabalhadores e, através de protocolos, algumas associações desportivas, bem como alguns externos à Comunidade IPVC.

Verifica-se que relativamente aos últimos três anos o nº. de acessos ao Centro de Fitness diminuiu, situação que se justifica, a nosso ver, pela vasta oferta no exterior a preços bastante apelativos assim como à falta de publicidade e incentivos oferecidos aos utentes do Centro Desportivo.

Os SAS, através da área da alimentação, disponibilizam à comunidade académica refeições de elevada qualidade a preços subsidiados, sendo possível diariamente a opção entre carne, peixe, dieta, vegetariano, sugestão do chefe e grill. O preço de referência das refeições é, nos termos da Lei nº. 71/2017, de 16 de agosto, indexado a 0,63 % do Indexante de Apoios Sociais em vigor no início de cada ano letivo.



Como demonstra o gráfico acima, comparativamente com os quatro últimos anos, o número de refeições servidas, tem vindo a dimuir desde 2018, depois de uma tendência de subida, que se vinha a verificar de 2015 a 2017. Mas entendemos que contribui para estes números a diversidade de oferta que os SAS têm vindo a implementar ao nível de serviço de bar, com oferta de refeições ligeiras, e que até 2018 foram incluídas no número total de refeições servidas pelas cantinas.

Dentro da estratégia de reforço dos serviços prestados aos alunos, no ano de 2019 deu-se continuidade à divulgação da BIRA IPVC. Este projeto enquadra-se no âmbito do projeto U-Bike Portugal que visa promover a mobilidade suave com enfoque na bicicleta. É ainda objetivo deste projeto sensibilizar a comunidade académica para a importância de adotar hábitos saudáveis trocando o automóvel pela bicicleta, o que para além de promover o bem-estar físico, contribui para uma poupança significativa nas deslocações ao final do mês.

O BUS Académico, que teve o seu início no ano letivo de 2015/16, no decorrer de 2019 teve 184 utilizadores com passe mensal e 1.387 utilizadores pontuais (com bilhete diário). Este ano verificou-se uma quebra quanto aos utilizadores de passe mensal e um acréscimo significativo de utilizadores com bilhetes diários. Esta situação provavelmente deveu-se ao fato de os utilizadores terem possibilidade de comprar os bilhetes e utilizarem os mesmos ao longo do ano letivo.

Este serviço de transportes *low cost*, é assegurado pelo IPVC, em conjunto com a CIM do Alto Minho e cobre os dez concelhos da região: 34 localidades estão interligadas com as seis escolas do IPVC, com um custo que oscila entre os 0,60 cêntimos e 1,80 euros por dia.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS

Capítulo II – MONITORIZAÇÃO PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS

EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ações/Projeto	Subações previstas para 2019	Indicador	Meta final que coincide com 2019	Resultado anterior	Tendência
OE1. Fortalecer e valorizar uma oferta formativa integrada, inovadora, criativa, reflexiva e profissionalizante.	OE1.OO1 Monitorizar a oferta formativa e os processos de formação numa atitude institucional de autoavaliação	Avaliação da instituição e da oferta formativa segundo os padrões da qualidade em uso nas agências nacionais e internacionais.	1. Diagnóstico de acreditações e reconhecimentos institucionais e de formações já existentes e oportunidades de novas avaliações externas.	Cursos aprovados/Certificações	100%	2009-2016: NCE acredit.- 84%; 2016 submetidos 6 NCE:4 Lic. e 2 Mest. 2017- Submetidos 4 NCE:1 Lic e 3 Mest; 2018 – Submetidos 6 NCE:1 Lic e 5 Mest. ACEF: 2009-2015: 100% acr. 2016: 1 mest. Não Acr.(CP) 2017: 1 mest. Não Acr.(CP) NCE Não Acreditados: 2015: 2 lic. 2018- 1 lic. Submetida Acreditação EURACE pela OE- lic. ECA -Não Acreditado CERTIFICAÇÕES -Turismo – certificação UNWTO TedQual 2016- Acreditação OE+AcCEdE-IPVC - acreditadas 2 Ações Formação: - Reconhecimento Cursos ESDL: Lic. DL formação	→

						treinador ATLETISMO e de SURF; Mestrado TD à formação treinador ANDEBOL, ATLETISMO e de FUTEBOL - Atualização ESTG como Entidades Formadora Acreditada por CCPFC Em curso acreditação pela ACOVENE da lic. em EV da ESA.	
		Análise da oferta formativa para aumentar a atratividade	1. Identificar cursos com menor índice atratividade (CNA e ou outros regimes e razões associadas (abril de cada ano) 2. Definir plano ações (maio de cada ano) 3. Prospeção de novas áreas de formação/novas abordagens para áreas já existentes (fev. da cada ano)	Estudantes matriculados totais /total de vagas (média). Nota: para lic. é considerado para vagas o CNA e matriculas todos os regimes.	Média geral IPVC > 75% CTESP >60% Licenciaturas >80% Mestrados >50%	2016 (6 Lic. c/<10%): - Eng. do Amb./CTA (0%) - Gestão (noturno) (3%) - EERC (3%) - ESER (3%) - CF (pós-laboral) (5%) - ECA (6%) 2017 (6 Lic. c/<10%): - Eng. Mecatrónica-0,0% - ECA-0,0% - ESER-0,0% - EAlim-3,3% - CTA-4,5% - Gestão (nocturno) -5,0 2018 (7 Lic. c/<10%) - Geoinformática- 0,0% - EA- 0,0% - ESER- 0,0% - EB – 7,8% - ECA- 2,8% - Eng. Mecatrónica- 3,3% - Gestão (nocturno)- 7,5% 2019: (6 Lic. c/<10%) - EA- 0,0% - ECA- 2,9% - Eng. Mecatrónica- 3.3% - Gestão (nocturno)- 7,5% - Geoinformática- 0.0% - EB – 9.8%	

		Análise dos processos formativos tornando-os mais aplicados, úteis e facilitadores da integração dos estudantes, no tecido social, no mundo empresarial e no trabalho.	1. Introduzir nos cursos práticas facilitadoras da integração dos estudantes no mundo empresarial e do trabalho (inicialmente prevista executar até fevereiro 2017, mas foi considerada uma ação que deve ter caráter de continuidade)	Nº de cursos do 1º ciclo organizados nesta perspetiva/nº total de ciclos de estudos Nº de cursos do 2º ciclo organizados nesta perspetiva/nº toral de ciclos de estudos; Nº de estudantes do 1º ciclo em práticas de contexto de trabalho na região /nº total de estudantes	Licenciaturas 80% Mestrados 50% Geral 60%	2015/16: 73,1% 2016/17: 73,1% 2017/18: 87,9% 2015/16: 64,70% 2016/17: 70,60% 2017/18: 43,30% 2014/15: 556/3120=17,8% 2015/16: 502/3168=15,8% 2016/17: 587/3054=19,2% 2017/18: 1030/2876= 35,8%	↗ ↘ ↗
	OE1.OO2 Harmonizar a oferta formativa de forma transversal e interdisciplinar do	Definição de uma matriz de unidades curriculares comuns por níveis de formação	Subações que transitaram desde 2016 para 2018 e 2019: Fazer o levantamento dos planos curriculares da oferta formativa total do IPVC; identificar matérias comuns a várias formações; elaborar um "porftólio" de UC comuns a várias formações; Propor um plano de implementação.	Percentagem de unidades curriculares comuns (por ciclos de estudos)		Em desenvolvimento	→
	OE1.OO3 Identificar, avaliar e disseminar as melhores práticas de ensino/aprendizagem	Planeamento e realização de formação para docentes visando o aperfeiçoamento de competências pedagógicas e sua eficácia educativa	1. Planeamento inicial de projeto de formação pedagógica de docentes (ação que transitou para 2018); 2. Implementação, monitorização e avaliação de projeto de formação pedagógica de docentes (dezembro 2019)	1.Taxa de PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES NO **DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES de Formação Pedagógica** 2.Nº de ações de formação pedagógica 3.Grau de satisfação do aluno relativamente ao docente	1. ≥ ano anterior 2.4 3.3,5	**1. 2016/2017** 37,5% (122 de 325 docentes). 2017: Formação MOCE (OLIN College de 1 docente IPVC para formar internamente) 2018: Formação MOCE (OLIN College de 1 docente IPVC para formar internamente) 2019: Formação Aprendizagem Baseada em Projetos	↗

						Interdisciplinares (PBL) na Prática (IDEA) 2. Aprendizagem Baseada em Projetos Interdisciplinares (PBL) na Prática promovida pelo Centro IDEA-UMinho 3. 2015/16: 88,1% (3,5) IASQE-4,7% docentes com avaliação =<2 2016/17: 91,3% (3,7) IASQE-2,97% docentes com avaliação =<2 2017/18: 92,75% IASQE- 1,65% docentes com avaliação =<2,5 2018/19: 92.78% IASQE- 4.9% docentes com avaliação =<2,5	↗ ↗
OE2 Conceber, racionalizar e divulgar a oferta formativa, antecipando necessidades da sociedade	OE2.OO1 Identificar as necessidades de formação, em particular na região Minho-Lima	Constituição de uma rede partilhada de educação no âmbito do Conselho Estratégico do Alto Minho para identificar necessidades de formação	A base de dados por tipologia com agentes de desenvolvimento foi criada e foram aplicados inquéritos de avaliação da satisfação; A rede partilhada não foi formalizada, mas ocorreram duas reuniões, com criação de um grupo constituído por ensino secundário e profissional, CIM e IPVC.	1. Grau de adequabilidade da oferta formativa (agentes de desenvolvimento) 2. Percentagem de participação dos agentes de desenvolvimento nas ações de divulgação	1. 60% de respostas positivas em inquérito a entidades empregadoras e recetores de estágios	**1. Inq. Ent. Externas**- 2016: - Satisfação com Diplomados- 4,3 (86% satisfação) - Imagem IPVC- 4,0 (80%) 2017: - Satisfação com Diplomados- 4,2 (84% satisfação) - Imagem IPVC- 3,9 (78%) 2018: Bienal (realizar 2019) 2019: - Satisfação com Diplomados- 4,1 (82% satisfação) - Imagem IPVC- 4,2 (84%) **Inquérito a Recetores de Estágios**	↗ ↗

						(CTESP no 2ºS 16/17):4.2 (CTESP no 2ºS 17/18):4.3 (CTESP no 2ºS 18/19):4.5	
	OE2.OO2 Estruturar a oferta formativa dirigida à formação de ativos - formação ao longo da vida	Criação e utilização de ferramentas de *e-learning*	Ação integrada em E1_OE1_OO3_A1	A criação de conteúdos será substituída por formação a docentes.	Sem efeito	-----	
		Criação de ações de curta duração, opcionalmente integradas na oferta formativa do 2º ciclo	1. Identificar UC/Módulos de 2º ciclo que possam prefigurar uma oferta de curta formação continua (anualmente até maio); 2. Identificar formações contínuas/especializadas (anualmente até maio); 3. Seleção e implementação de cursos.	1.Percentagem de ações realizadas (do total de ações planificadas) 2.Grau de satisfação dos participantes nas ações	1. 50%; 2. 3	1.2016: 3 2017: 3 2018: 9 2.2016: 4 2017: 3.99 2018: 4.8	→ ↗

O IPVC dispõe de procedimentos para criação, restruturação, suspensão, extinção de ciclos de estudos que asseguram o seu alinhamento com a estratégia institucional, a adequabilidade às necessidades da sociedade e ao perfil dos estudantes, a exequibilidade (objetivos de aprendizagem, planos de estudo, UCs, ECTS).

A aprovação da oferta formativa pela Presidência envolve auscultação das partes interessadas (ex. inquéritos estudantes, diplomados, Gab. Orientação Profissional Escolas, entidades externas, recetores de estágios), e informação obtida através de reuniões formais e informais (ex. “Emprego à mesa”, Projeto Ativar, Cimeira IPVC). Neste processo são também integrados resultados da autoavaliação (auditorias internas, relatórios de curso) e resultados de avaliação pela A3ES e, se aplicável, por outras entidades de acreditação/reconhecimento de formações. Posteriormente, a proposta é analisada e submetida a aprovação do CTC mediante pareceres do GD, AC, CP, direção da UO e entidades externas.

O processo Formação enquadra os procedimentos de gestão da atividade letiva: Ensino, aprendizagem e avaliação centrados no estudante, com mecanismos que asseguram o planeamento e execução, monitorização, análise e avaliação da atividade letiva com vista à melhoria contínua e inovação, envolvendo neste processo todos os Órgãos e partes interessadas relevantes.

A participação dos estudantes na garantia da qualidade do ensino aprendizagem é assegurada pela sua participação no Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Comissão de Curso (CC), GAQ (incluindo integração em auditorias internas), Associações e Federação de Estudantes e no Conselho de Ação Social-SAS, delegados de turma. Os estudantes, semestralmente, participam no Inquérito "Avaliação Satisfação Qualidade de Ensino" (IASQE), onde avaliam a escola, o curso, UCs/ECTS e desempenho dos docentes. Os resultados do IASQE são publicados na ON.IPVC e analisados por docentes, Coordenador e CC, CP, e Direção da UO.

Após a certificação do Sistema de Gestão pela A3ES em 2013, registaram-se melhorias substanciais no planeamento, monitorização e avaliação das atividades do processo FORMAÇÃO, nomeadamente a consolidação da funcionalidade "Atividade Letiva" no SI ON.IPVC.PT que gere documentos centrais do Ensino Aprendizagem (PUC, RUC); com integração automatizada de resultados da avaliação, assiduidade e grau de satisfação dos estudantes; horários; registo da assiduidade de estudantes e docentes; sumários, etc. Consolidou-se o sincronismo entre ON.IPVC e Moodle, sendo que PUC, sumários e assiduidade migram automaticamente para a 2ª plataforma. O Moodle facilita a disponibilização de recursos pedagógicos e otimiza a comunicação docente-estudante com vista à progressiva autonomia do estudante.

O sucesso académico e a integração ensino-investigação tem sido uma preocupação institucional, sendo as principais medidas desenvolvidas (apesar da necessidade de se tornarem mais transversais): 1) programas de tutorias integradas no currículo, com momentos formalmente estabelecidos no horário dos estudantes; 2) mentorado por professores ou pares para o desenvolvimento de softskills ou competências em domínios específicos; 3) cursos complementares em áreas de maior insucesso (ex. http://www.ipvc.pt/estg-mini-curso-fundamentos-matematica-2017); 4) estudos (Projeto FCT - 178/ID/2014, "Plataforma M@t-educar com sucesso"); 5) trabalhos interdisciplinares e/ou trabalhos em contexto real (ex. Proj. Integrado Individual da ESCE, Proj. Escola Inclusiva da ESTG, residências artísticas e masterclass, estágios curriculares e extracurriculares; Prog. Supervisão em Ensino Clinico e Prog. de Formação para Gestores Pedagógicos externos da ESS, concursos de geração de ideias e de desenvolvimento de produtos e planos de negócios), garantindo sempre uma componente investigação ligada ao percurso do estudante, como é o caso do Poliempreende, entre outros.

EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ações/Projeto	Subações previstas para 2019	Indicador	Meta final que coincide com 2019	Resultado anterior	Tendência
OE1 Potenciar a investigação e transferência de conhecimento e tecnologia	OE1.OO1 Definir a Política e estrutura de investigação do IPVC	Elaboração e implementação de um regulamento que enquadre a participação dos docentes do IPVC em ID&I e transferência	1. Discussão pública e publicação do regulamento (a proposta de regulamento foi elaborada e aguarda aprovação para submissão à discussão pública)	Regulamento publicado	100%	Reunião com AC e representantes de CI e UI Auscultação e estudo de "boas práticas" efetuado. 2- Elaborada proposta de regulamento- aguarda aprovação 3- Não efetuado Instituído Prémio Estímulo Publicação Científica IPVC	→ →
		Elaboração de um plano que, articulando de forma transversal as competências instaladas, as necessidades da sociedade e as oportunidades de financiamento, defina projetos prioritários de ID&I e transferência	1.Implementação do plano de projetos prioritários de ID&I e transferência já desenvolvido.	1. Plano plurianual 2. nº de projetos enquadrados nos eixos prioritários de desenvolvimento 3. nº de projetos transversais a várias áreas científicas	1. 100% 2. 30% 3. 50%	2016: 10/29 =34% 2017: >10% 2018: NM Plano de projetos prioritários de ID&I e transferência em desenvolvimento (projeto ATIVAR) Não Efetuado	→
	OE1.OO2 Fomentar a produc	Transformação das atividades de ID&I e prestação de serviços em	1. Operacionalizar o comité técnico-científico da OTIC e adaptar estrutura às	1. % de projetos e/ou prestação de serviços	1. 60% 2. 450 3. 4	1. Não efetuado 2. Scopus: 2016: 126	→

		produção técnico-científica e patentes	Unidades de Investigação submetidas à FCT; 2. Realizar workshops das AC com o INPI e/ou OTIC (dez. de cada ano); 3. Aumentar o n.º de docentes com centros de custos e a respetiva dotação (2019).	com produção técnico-científica 2. Número de publicações 3. Número de patentes 4. Número de apresentações em eventos técnico-científicos 5. % de docentes que participa na ID&I e transferência com, pelo menos, uma publicação ou uma participação em projeto financiado ou participação ativa em congresso/seminário	4. 450 5. 70% ETI	2017: 118 2018: 133 2019: 164 Instituído Prémio Estímulo Publicação Científica IPVC Regulamento do Repositório do IPVC aprovado e publicado 3. 2015: 0 2016: 0 2017: 0 2018: 0 2019: 0 4 e 5. NM	→ →
		Construção, e/ou reforço na utilização, de ferramentas que permitam a divulgação das competências humanas e materiais existentes, bem como dos trabalhos/projetos de ID&I e Transferência realizados e em execução	1. Desenvolvimento e teste de plataforma informática; 2. Alimentação da plataforma com o histórico de dados; 3. Utilizar o repositório para inclusão de produção científica (condição mandatária para ADD, concursos de carreira)	A plataforma está prevista entrar em fase de testes em janeiro de 2019 (com financiamento projeto ATIVAR); Falta homologar o regulamento do repositório, a política de acesso aberto e de preservação. Falta definir política de publisher copyright & self-archiving.	100%	A plataforma encontra-se em fase de testes. Com financiamento do projeto ATIVAR Regulamento do Repositório IPVC aprovado e publicado. Política de acesso aberto e Política de publisher copyright e self-archiving aprovadas	→ ↗ ↗

OE2 Melhorar a ligação entre a IDI&I e os parceiros	OE2.001 Potenciar a ligação entre a IDI&I e as necessidades das empresas da região	Integração e dinamização de "Fórum de boas práticas e network" com os representantes das empresas e instituições (inclui eventos, criação de redes de conhecimento…) e criação de lobbies que promovam o IPVC junto das empresas	Anulada a constituição do fórum, substituído por plataforma OTIC de gestão de relações com empresas, definindo um novo conjunto de ações: - Cimeira IPVC; - Ações do projeto ATIVAR; - Implementar UI (FCT); - Encontros técnico-científicos com participação de empresas.	1.N.º de empresas registadas na plataforma da OTIC. 2.N.º eventos setoriais que promovam rel. Proximidade com tecido empresarial;	1. 25 2. 45	1. NM 2. 2016: >10 2017: >20 2018: >58	↗
	OE2.OO2 Potenciar a ligação entre a IDI&T e as áreas de formação com potencial de maior empregabilidade	Definição de "projetos âncora" dos cursos (licenciatura/mestrados) com as atividades de ID&I envolvendo estudantes, docentes e, sempre que possível, outros parceiros	1. Monitorizar e divulgar interna e externamente todos os projetos âncora desenvolvidos (anualmente)	nº de "projetos âncora" com as atividades de ID&I	50	2016: submetido 5 projetos FCT (com esta vertente) 2017: Não monitorizado Definir método recolha informação. 2018: Apresentadas 15 propostas em reunião de PE.	→
		Implementação / consolidação da prática de divulgação anual aos alunos da atividade de ID&I dos docentes na área do curso	1. Colocar no moodle, na página da UC ficha curricular resumida (tipo A3ES) dos docentes que lecionam a UC. Esta mesma ficha / informação deverá surgir na página pessoal institucional do docente no portal IPVC e ligação a informação do Curso no Plano de Estudos 2. Atualizar o repositório IPVC de forma a que todas as informações sobre o trabalho I&D dos docentes possa ser "ligado" ao Repositório. 3. Criação de uma e-newsletter (responsabilidade de execução e divulgação da OTIC e GCI) de divulgação à	1. Nº de docentes com Ficha curricular publicada (validação pelo CTC) 2. Nº de docentes com obras no repositório 3. Nº de newsletters	1. 100% 2. 100% 3. 6	1. Não Efetuado 2. Não Efetuado 3. Não Efetuado (criada apenas 1 newsletter ESDL) 2018: 12 - newsletter mensal na ESDL	→ →

			comunidade IPVC e externa, do trabalho de ID&I ultimado pelos docentes (e das novidades do repositório IPVC).				
	OE2.OO3 Reforçar a ligação do IPVC a outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e Internacional.	Aumento do número de docentes com vínculo a centros de investigação (acreditados ou não pela FCT)	Atividades que decorreram em 2018 e cujo resultado se espera concretização em 2019: 1. Análise da correlação entre os grupos disciplinares com os Centros de Investigação que integram docentes do IPVC 2. Elenco de Centros de Investigação nacionais suscetíveis de integrar docentes do IPVC 3. Promover a criação de unidades de investigação internas ao IPVC, com vista a eventual integração em centros de investigação externos.	% de docentes com vínculo a centros/unidades de investigação	60%	2009: 55 2010: 56 2011: 73 2012: 74 2013: 77 2014: 80 2015: 97 2016: 104/321=32,4% 2017: 108/338=32,0% 2018: 160/349=45.8% 2019: ARC4DigiT: 18 CISAS: 16 PROMETHEUS: 16 UNIAG: 6 CIMO: 5 UICISA:E: 9 CIDESD:2	↗
		Incremento do número de colaborações de iDI&T em parceria com elementos de outras instituições	1. Criar mecanismos para facilitar o acesso às oportunidades de financiamento de IDI, para promover a realização de projetos em co-participação (atividades que têm execução contínua) 2. Elaboração de um mapa para monitorizar a rede de projetos, co-autoria de artigos científicos, participação em júris académicos, etc.	(3A+B)/4 A - % de projetos em parceria B - % de comunicações em co-autoria com elementos de outras instituições	60%	2016: 19 2017: 48 2018: 59/71=83% sem dados sobre % de comunicações em coautoria com elementos de outras instituições	↗ →

A política de I&DT+i do IPVC é definida e articulada, ao nível de mecanismos de gestão das atividades e de recursos (RH, materiais, equipamentos, infraestruturas e financeiros), objetivos e indicadores, com o Plano Estratégico, Planos de Atividades e o Sistema de Gestão-IPVC. O IPVC releva a

participação ativa de elementos externos na definição de mecanismos de garantia da qualidade da I&D, através de iniciativas de auscultação de entidades parceiras em projetos, em Prestação de Serviços Especializados (PSE), em programas de mobilidade (em particular IACOBUS e Erasmus Staff) ou noutras iniciativas de caráter técnico-científico, assim como a ativa participação em consórcios e em Incubadoras (incluindo a INCUBO). Destaca-se ainda o Projeto ATIVAR-IPVC (http://www.ipvc.pt/ativar), o Interface de Partilha e Valorização Regional Conhecimento.

É no Processo Gestão da Investigação (GIN), coordenado pelo Pró-presidente para a investigação, com elementos da OTIC e coordenadores das Unidades de Investigação, onde se definem e reveem periodicamente procedimentos, indicadores e metas. São também realizadas reuniões periódicas com Coordenadores das Áreas Científicas, presidente CTC, Direções e investigadores para discussão dos mecanismos de garantia da qualidade no IDI. Nas auditorias internas têm colaborado parceiros de outras IES.

O processo GIN integra gestão de projetos, PSE e gestão das Unidades de Investigação, com procedimentos, planos de ação, indicadores e metas que garantem o planeamento, monitorização e retroação, através da recolha de indicadores, incluindo posicionamento em rankings (SCIMAGO, U-Multirank), avaliação satisfação de parceiros e investigadores, auditorias, gestão ocorrências, elaboração relatórios semestrais e finais de execução do projetos/PSE e Relatório Anual de Processo, informação fundamental para rever riscos e oportunidades e planos de melhoria do eixo I&DT+i. Há procedimentos para apresentação de ideias de projetos e, se aprovadas, são elaboradas propostas de operacionalização (inclui o controlo da qualidade, riscos associados, indicadores de realização e disseminação).

Está instituído o regulamento de propriedade intelectual e procedimentos para a criação ou extinção de Unidades de Investigação – em 2019 aprovadas pela FCT duas das três UI submetidas: CISAS e PROMETHEUS (submetida, mas não aprovada ARC4DigiT) –, participação em UI (o IPVC integra o CIDESD, CIMO, UICISA:E, UNIAG) e participação de investigadores do IPVC em UI externas. De referir ainda a Unidade de Microbiologia Aplicada (UMA-IPVC) que colabora nos projetos de ensino, de IDI e desenvolve PSE.

No que se refere às publicações científicas, de acordo com dados da Web of Science, entre 2017 e 2019 os docentes do IPVC publicaram 182 artigos em revistas científicas internacionais com *peer review*, resultado que posiciona o IPVC no 5º lugar no conjunto dos politécnicos nacionais. Relativamente

aos 10 domínios científicos mais relevantes dos artigos publicados em revistas científicas internacionais, destacam-se as ciências do desporto (ligadas à Escola Superior de Desporto e Lazer) com 36 artigos e as ciências ambientais (ligadas à Escola Superior Agrária, à Escola Superior de Desporto e Lazer, à Escola Superior de Educação e à Escola Superior de Tecnologia e Gestão) com 14 artigos.

Ao nível dos projetos de investigação, em 2019, foram aprovados oito projetos de investigação envolvendo o IPVC (quatro como coordenador e quatro como parceiro), financiados ao abrigo de programas da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia; ERASMUS+, POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, INTEREG - POCTEP, do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) e do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020).

Entre 2017 e 2019, tiveram início 56 projetos de I&D, que representaram um incentivo total para o IPVC de 14,7 milhões de euros. Destacam-se, pelo número e valores envolvidos, os programas NORTE 2020 (16 projetos, 6,3 milhões euros), o POSEUR 2020 (com incentivo de 2,3 milhões de euros) e o COMPETE 2020 (14 projetos, 2,2 milhões de euros de incentivo).

Os serviços prestados pelo IPVC (ligados às atividades de formação, I&D e inovação) no ano de 2018 originaram um rendimento de 341 mil euros. No orçamento global do IPVC, as vendas e prestações de serviços correspondem a cerca de 2,1% do total de rendimentos.

EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ações/Projeto	Subações previstas para 2019	Indicador	Meta final que coincide com 2019	Resultado anterior	Tendência
OE1 Potenciar o sentido de pertença, uma cultura empreendedora e o trabalho colaborativo na comunidade do IPVC	OE1.OO1 Construir a Comunidade IPVC	Criação da estrutura de suporte ao funcionamento da Comunidade IPVC	Sem ações previstas para o ano em causa, nem metas associadas.	Estrutura da Comunidade criada	100%	1,2,3-Não Efetuado	→
		Criação de plataforma de gestão de relações da Comunidade IPVC	1. Definição das especificações da plataforma de suporte (ação que transitou para 2018 e 2019); 2. Desenvolvimento e implementação (ação que transitou para 2018 e 2019).	1.Nível de participação na plataforma por parte de toda a comunidade (por target) 2. Satisfação dos participantes com a utilidade e informação da plataforma	1. 60% 2. 70%	1-Não Efetuado 2. Apenas poderá ser realizada após implementação da comunidade.	→ →
	OE1.OO2 Divulgar a Comunidade IPVC	Criação da Revista Comunidade IPVC	Ação eliminada aquando da monitorização da implementação do plano estratégico.			Substituída pelo jornal da academia	→
		Realização de Gala anual Comunidade IPVC	Ação reformulada aquando da monitorização da implementação do plano estratégico, convertendo a gala na Cimeira IPVC.	1. Número de participantes 2. Perceção sobre valor da comunidade, incluindo sentimento de pertença	1. 250 2. 90%	Ação substituída pela CIMEIRA IPVC a partir de 2018	→
	OE1.OO3 Conceber e dinamizar atividades que criem valor para a Comunidade IPVC	Desenvolvimento um programa de atividades culturais e lúdicas	1. Programar integradamente os ciclos de cinema organizados de forma não coordenada nas várias Escolas do IPVC 2. Programação da organização de oficinas/workshops de expressão dramática/teatro, pintura, dança, atividades de ar livre/montanha/rio/mar.	1. Nº de atividades realizadas em relação às planeadas 2. N.º de atividades	1. 3 2. 6	1. Programa não publicado 2017: 3 2018: 3 2019: 3 2. Parcialmente Efetuado sem integração, mas sem definição de metido de monitorização	→ →
		Criação de um programa de promoção da saúde e bem-estar	1. Criação de plano de ações 2. Plano de comunicação – divulgação dos serviços junto da comunidade.	1. Participação nas atividades (em função do	1. 40% 2. 6	N.º de atendimentos no Gabinete de Saúde:	

		3. Atuação do gabinete de saúde.	total de colaboradores e alunos) 2. Nº de atividades		2016: 996 (598 Estudantes; 398 colaboradores) 2017: 971 (606 Estudantes; 365 Colaboradores) 2018: 724 (349 estudantes: 375 colaboradores)	→
	Criação de um programa de benefícios	2. Identificar possíveis parceiros 3. Plano de comunicação	1.N.º de associados 2.N.º parceiros que aderem ao programa	1. 500 2. 35	1. Não Efetuado	→
OE1.OO4 Criar um programa de promoção do emprego e empreendedorismo	Constituição de uma Rede de emprego entre empresas, antigos alunos e alunos	2. Desenvolvimento de um ciclo de palestras (ação com continuidade em 2019 integrada na Cimeira IPVC).	1. N.º membros da rede 2. N.º ofertas de estágios/empregos	1. 300 2. 600	1. 2015: LinkedIn EMP – 410 2016: LinkedIn EMP- 1778 Integração EMP com IPVC 2017: LinkedIn IPVC-3091 2018: LinkedIn IPVC - 4.834 2019: Reativar LinkedIn EMP 2. 2015: 230 portal de emprego 2016: 1661 portal emprego 2017: 2301 portal emprego 2018: 3022 portal emprego	↗ ↗
	Criação de uma rede de mentores que apoiem os empreendedores na criação de empresas	1. Levantamento de empresas e identificação de potenciais mentores (Projeto ATIVAR) 2. Estabelecer protocolos com instituições parceiras para a criação da rede de mentores (ações com continuidade em 2019 e integradas no projeto ATIVAR).	1. N.º de mentores 2. nº de projetos de criação de empresas apoiados	1. 9 2. 40	1. 2018:109 empresas protocoladas (ESTG:64; ESCE:9; ESA:36) 2. A realizar em 2019 (no âmbito do ATIVAR-IPVC)	↗ →

O IPVC procura uma relação mutuamente benéfica na colaboração interinstitucional que promova a criação de valor pela permuta de recursos, competências, experiência, informação e boas práticas. Esta estratégia assenta no eixo 3 "Comunidade" http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/99-2/ e 4 "Sociedade, Cooperação e Internacionalização" http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/102-2/ do PE IPVC1519.

A ação cultural e artística no exterior, é dinamizada através da Oficina Cultural e dos Ciclos de Estudos das Artes e Design, sendo geridas pelo processo CULTURA (CUL) com um Programa Atividades em cooperação com as UO's e parceiros (portal SAS Oficina Cultural). O GEED promove ações de cooperação para cidadania e voluntariado, como o ciclo cinema e formação para voluntariado. Destaca-se ainda o projeto Academia Sénior. A ação desportiva é dinamizada pelo Centro Desportivo, em colaboração com UO's e Federação Académica e entidades parceiras locais (http://portal.ipvc.pt/portal/page/portal/cd), gerido pelo processo DESPORTO (DES), destacando-se ainda as "Olimpíadas Intergeracionais" e o protocolo celebrado com o Comité Paralímpico.

O processo emprego (EMP), também integrado no sistema desde 2016 é outro exemplo estruturado e monitorizado de cooperação. O processo BUS-Académico é outro exemplo de colaboração com CIM-Alto Minho e Municípios, com objetivo de facilitar acesso ao Ensino Superior, em que se monitoriza o número de utilizadores e satisfação. Estes processos de colaboração com a comunidade (CUL, DES, EMP, BUS,..) têm indicadores de desempenho anuais, planos de ação e RAP, sendo realizadas auditorias e avaliado o grau de satisfação.

EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ações/Projeto	Subações previstas para 2019	Indicador	Meta final que coincide com 2019	Resultado anterior	Tendência
OE1. Potenciar as relações do IPVC com a sociedade.	OE1.OO1 Aumentar as ações tendentes ao desenvolvimento regional do Alto Minho	Participação com o tecido empresarial e instituições da região nas candidaturas ao programa Portugal 2020.	1. Implementação do plano de ação definido (2017-2019)	1.nº de candidaturas submetidas 2.nº de parceiros nacionais 3.nº de parceiros internacionais	1. 35 2. 215 3. 100	1. 2016: 28 2017: 34 2018: 38 (23 apreciação favorável) 2019: 36 (13 apreciação favorável) 2. 2016: 143 2017: 217 2018: 204 2019: 199 3. 2017: 110 2018: 125 2019: 119	↗ ↘ ↘
		Criação de mecanismos para o desenvolvimento de estágios, dissertações e/ou projetos de curso em parceria com empresas e instituições da região.	1. Constituição dos Conselhos Consultivos (ação cuja pertinência se encontra em análise); 2. Realização de estágios, dissertações ou projetos de curso em parceira (ação com continuidade).	1. Regras do conselho consultivo publicadas 2. Nº total de conselhos consultivos 3. Nº de estágios, dissertações ou projetos de lic. e mestrado, em parceria/total de alunos em condições de	1. 100% 2. 8 3. 15%	1 e 2 – ações anuladas 3. 2015/16: L-15.8% M-15.1% 2016/17: L- 18,9% M- 16.0% CTeSP 169 estágios 2017/18: Estágios: L-943; M- 120; CTeSP - 186. Dissertações ou projetos: 207 2018/19: Estágios: L-786;	→

						M- 134; CTeSP - 202. Dissertações ou projetos: 242 2019/20: 219 dissertações	↗
OE2. Reforçar e aumentar o nível de internacionalização do IPVC	OE2.OO1 Contribuir para a elaboração de uma estratégia de internacionalização da região e participar ativamente na sua implementação	Atuação junto da CIM e do Conselho Estratégico do Alto Minho para que na definição do plano de ação com vista à internacionalização da região, integrem o IPVC na sua especificidade de unidade do sistema científico e tecnológico nacional	1. Definição de programas de ação no âmbito da internacionalização conjuntas com a CIM (programas anuais) 2. Visita a universidades/empresas/centros tecnológicos/eventos nacionais ou internacionais que sejam referência para as tecnologias que possam interessar ao Alto Minho (planeamento anual)	1. N.º de reuniões assistidas e eventos participados com a CIM; 2. N.º visitas efetuadas	1. 7; 2. 5	1. Efetuado regularmente 2. **2018**: De 15 a 21 janeiro–Presidente do IPVC- Deslocação da Delegação do CCISP a **Macau**, para visitas e reuniões diversas; De 1 a 6 de maio – Presidente do IPVC- Deslocação a **Kiev, Ucrânia**, para, para visitas e reuniões diversas; De 28 a 31 de outubro – Missão a **Marrocos** – Reuniões diversas. Dia 22 de novembro – VISITA ao IPVC-ESTG Comitiva do Instituto Superior Profissional de **Zunyi, China**	→ →
		Integração nas atividades de internacionalização da iniciativa do IPVC dos interesses, instituições e pessoas da região	1. Promoção de ações de internacionalização de cariz educacional, científico e tecnológico que integrem agentes da região (plano anual)	N.º ações promovidas	5	Parcialmente Efetuado	→

			2. Monitorização e avaliação das ações promovidas (relatório anual)				
		Inventariação e monitorização das principais tecnologias instaladas ou que se venham a instalar na indústria da região, com a vista a reter o conhecimento inerente à sua manutenção e desenvolvimento numa lógica de apoio ao tecido industrial	1. Atuação junto de atores regionais para reconhecimento e planeamento de inventariação (ação em contínuo); 2. Estudo para elaboração e catalogação do estado de arte de processos para incorporação no SIT (associar ao projeto ATIVAR).	1.Catalogação concluída 2. Catálogo incorporado	1 e 2. 100%	Não Efetuado	→
	OE2.OO2 Aumentar a mobilidade internacional e participação em redes ao nível de formação, estágios e de investigação	Envolvimento das comissões de curso na divulgação e no incentivo à participação nos vários tipos de mobilidade, bem como na angariação de estágios	1. Promoção de ações de sensibilização e divulgação com a colaboração de associações ligadas à mobilidade (anualmente) 2. Apoio à mobilidade de docentes para a prospeção de empresas parceiras para acolhimento de alunos e recém-diplomados (anualmente) 3. Monitorização da mobilidade institucional (anualmente)	nº de mobilidade formação/estágios/investigação	675 de 16 a 19 (em 2019 – 190)	1, 2 e 3 implementadas. MOBILIDADE ESTUDANTES: 2014/15 - 113 IN/ 149 OUT 2015/16 - 139 IN/ 145 OUT 2016/17 - 152 IN / 160 OUT 2017/18 - 140 IN / 121 OUT 2018/19 - 131 IN / 98 OUT MOBILIDADE STAFF PD: 16/17 - 57 IN/ 47 OUT 17/18 - 48 IN / 60 OUT 18/19 - 49 IN / 47 OUT	↗

						PND: 16/17: 31 IN/ 5 OUT 17/18 - 16 IN / 7 OUT 18/19 - 69 IN / 5 OUT PARCERIAS ESTABELECIDAS: 2016/17: N.º protocolos ativos: 143; N.º protocolos efetivos: 61 2017/18: N.º protocolos ativos: 154; N.º protocolos efetivos: 61 2018/19: N.º protocolos ativos: 156; N.º protocolos efetivos: 62	
		Criação de duplas titulações/grau conjunto com instituições parceiras.	1. Desenvolvimento de parcerias como vista ao reconhecimento mútuo de graus, em especial com o Brasil (em contínuo) 2. Identificação de possíveis cursos, universidades e países estrangeiros a quem se atribui especial interesse no estabelecimento de duplas titulações (em contínuo)	nº de duplas titulações/grau conjunto	3 de 16 a 19 (em 2019 – 1)	2016/17: 0 2018: 0 2019: 0	→
		Participação do IPVC em organismos internacionais de ensino superior e redes internacionais de investigação	1. Incremento da colaboração com os membros da UASNET, EURASHE e REDE ALIANÇA EURECA (em contínuo)	nº de projetos de investigação realizados com parceiros internacionais	15 de 16 a 19 (em 2019 – 5)	2015: 4 2016: 2 2017: 8 2018: 14 2019: 15	↗
	OE2.O O3 Investir na atração de	Envolvimento de docentes, alunos e "*Alumni*", nomeadamente os de	1. Dinamizar as Semanas Internacionais	1. nº Estudantes internacionais ou em mobilidade *incoming*	1. 540 (em 2019 – 150)	2017: Criado Facebook Internacional-IPVC: 177 seguidores.	↗

		mobilidade Erasmus, na divulgação do IPVC (encontros de alunos e *Alumni*, criação de portfolio, criação de vídeos de divulgação para enviar para os restantes Gabinetes Internacionais)	2. Atualizar o guia de acolhimento EN	2. nº de investigadores estrangeiros	2. 130 (em 2019 – 40)	2018:201 1. 2015/16: 139 IN + 6 Estudantes Internacionais 2016/17: 152 IN + 10 Estudantes Internacionais 2017/18: 140 IN + 19 Estudantes Internacionais 2018/19: 131 IN + 17 Estudantes Internacionais 2. Semana Internacional: 2015: 151 participantes. 2017: 60 participantes. 2019: 85 participantes 2016/17: 88 (Docentes/Staff) 2017/18: 64 (Docentes/Staff) 2018/19: 118 (Docentes/Staff)	↗↘
		Adaptação do Portal IPVC ao perfil dos estudantes estrangeiros	1. Definir conteúdos e recolha de dados PT e EN 2. Conceção e tradução	% de satisfação dos estudantes estrangeiros com a informação do portal IPVC	70%	1: análise, de sites de IES nacionais e internacionais, 1.1 Rever prazo 2 e 3: simplificação do Portal IPVC (versão PT e EN) % respostas positivas sobre serviço GMCI: 2016/17: Incoming 1.ºS: 87,8%l	↗

						/ 2.ºS: 100% Outgoing 1.ºS: 85,3% /2.ºS: 95,8% 2017/18: Incoming 1.ºS:82,9% / 2.ºS:93,3% Outgoing1.ºS:94,4% / 2.ºS: 93,10% 2018/19: Incoming 1.ºS: 100% / 2.º S: N/D ainda Outgoing 1.º S: 95,30% / 2.º S: N/D ainda Nº.visitas Portal Internacional: 2016/17: 24956 visitas 2017/18: 26421 visitas 2018/19: 31395 visitas	
OE3 Maximizar a cooperação e a educação para o desenvolvimento nos países da CPLP.	OE3.OO1 Apoiar projetos de cooperação e desenvolvimento no âmbito da educação, formação, investigação e prestação de serviços especializados	Colaboração no desenvolvimento de oferta formativa	1. Apoio à estruturação/reestruturação de cursos de formação inicial de professores e técnicos agrários (até 2019) 2. Formação de formadores e monitorização das práticas pedagógicas (até 2019) 3. Formação pós-graduada de professores de Cabo Verde e técnicos agrários e do ambiente em Moçambique no âmbito da ASSESCA (até 2019)	N.º cursos em parceria (CPLP)	3 (2 em 2019)	Em desenvolvimento ESE – Mestrado Educação Artística com protocolo com Cabo Verde. 1 turma 16/17 e 17/18	→
		Criação e ou implementação de unidades do sistema cientifico-tecnológico nessas regiões	1. Criação da Escola Superior de Educação da Guiné Bissau (até 2019)	N.º unidades criadas	2	Em desenvolvimento	→

			2. Criação da Escola Superior Agrária da Universidade Amílcar Cabral, na Guiné Bissau (até 2019)				
		Desenvolvimento de programas de voluntariado local que funcionem eventualmente como estágios e/ou de integração profissional	1. Implementação de um plano plurianual de um conjunto de atividades a desenvolver até 2019: - Voluntariado de Verão - Estágios no âmbito dos cursos de formação inicial - Estágios/desenvolvimento de projeto no âmbito de formação pós-graduada	1.N.º de estágios ou projetos desenvolvidos 2. N.º programas voluntariado 3. N.º de ações de formação para a cooperação e desenvolvimento	1. 6 (2 em 2019) 2. 4 (1 em 2019) 3. 1 (e n.º de participantes)	1 e 2. Devido a cortes orçamentais, o GEED não tem protocolos internacionais, nem atividades de mobilidade (desde 2012) e de voluntariado (desde 2013). Desenvolve Educação para o Desenvolvimento a nível regional. Projeto Global Schools e Ciclo de Cinema GEED. 3. 2014: 1 ação- 19 participantes 2015: 2 ações-35 " 2016: 1 ação -19 " 2017: 1 ação – 18 " IX edição do Curso Livre - Aprendizagens para o Desenvolvimento 2018: 1 ação-16 participantes.	→ ↘

O IPVC procura uma relação mutuamente benéfica na colaboração interinstitucional que promova a criação de valor pela permuta de recursos, competências, experiência e informação e boas práticas. Esta estratégia assenta no eixo 3 "Comunidade" http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/99-2/ e 4 "Sociedade, Cooperação e Internacionalização" http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/102-2/ do PE IPVC1519.

Foram definidos procedimentos de gestão de parcerias, de gestão de projetos e PS. Há mecanismos de promoção, monitorização e avaliação de projetos em parceria e PS com indicadores (ex. nº de projetos em parceria, nº PS) e de avaliação da satisfação (ex. inq. a entidades externas, inq. a recetores de estágios, inq. a parceiros de projetos e a clientes de PS). Estas ações de cooperação têm também como objetivo obter receitas próprias.

A associação com outras entidades, como a APNOR, INCUBO, REXIA, PortugalFoods, têm permitido potenciar os recursos, tendo mesmo conduzido à criação de ciclos de estudos em associação. O Mestrado em Enf. Veterinária, ministrado com os IPB, IPCB, IPPortalegre e IPV e na Saúde com IPB, IPV e UTAD, e licenciatura e mestrado em Eng. Alimentar com IPleiria e IPB, são exemplos de cooperação, para o ensino.

Na mobilidade, há procedimentos e indicadores definidos, mas é necessário aproveitar mais eficientemente a informação contida nos relatórios de mobilidade (efetuados por estudantes e staff quando regressam) para estratégias de melhoria da colaboração com os parceiros.

A Presidência, através da OTIC, GMCI e GEED, em colaboração com as AC e UI identifica oportunidades de cooperação e PS e potencia parcerias pela divulgação da produção e competências científicas instaladas no IPVC através da OTIC, da participação em eventos e registo dos colaboradores na Plataforma DeGóis, CIENCIA ID e ORCID, inserindo os seus Curricula Científicos. O Repositório http://repositorio.ipvc.pt, já está integrado no RCAAP.

No que se refere ao contributo para o desenvolvimento regional e nacional, adequado à missão, procura-se a definição conjunta de estratégias de desenvolvimento. Exemplos são a colaboração com CIM-Alto Minho, em particular no plano estratégico “Desafio Alto Minho 2020” e com quem tem desenvolvido projetos.

EIXO 5 - GOVERNANÇA

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ações/Projeto	Subações previstas para 2019	Indicador	Meta final que coincide com 2019	Resultado anterior	Tendência
OE1. Liderar e gerir estrategicamente a instituição para e com as PESSOAS	OE1.OO1 Valorizar o desenvolvimento profissional dos colaboradores e a adequação da estrutura do pessoal que garantam a sustentabilidade, que atenda às áreas prioritárias da formação e do IDI&T, bem como do funcionamento do IPVC	Elaboração e Implementação de Plano de Gestão de Pessoal Docente	A pertinência desta ação foi analisada em sede de monitorização da implementação do plano estratégico e foi considerado que a mesma perdeu relevância, uma vez que a instituição tem vindo a proceder à abertura de concursos e integração na carreira deste pessoal de acordo com as disponibilidades orçamentais e com as regras legais aprovadas anualmente.	Sem efeito	Sem efeito	2016: Preenchidos 2 lugares Prof. Coordenador Principal; 2017: Abertos 9 lugares Prof. Coordenador. 2018: abertos 8 Concursos Prof adjunto; 1 concurso para Prof. coordenador principal. Em 2019 foram abertos 4 Concursos para professor coordenador e 2 conc. para prof. Adjunto. GRAU SATISFAÇÃO PD 2015: PD - 3,6 2016: PD – 3.5 2017: PD – 3.7 2018: PD – 3.9 2019: inq. não implementado	↗ ↗

		Elaboração e Implementação de Plano de Gestão de Pessoal Não Docente	A pertinência desta ação foi analisada em sede de monitorização da implementação do plano estratégico e foi considerado que a mesma perdeu relevância, uma vez que a instituição tem vindo a proceder à abertura de concursos e regularização de vínculos deste pessoal de acordo com as disponibilidades orçamentais e com as regras legais aprovadas anualmente.	Sem efeito	Sem efeito	2017:Preenchidos 6 lugares de Assistentes Operacionais; Aberto concurso para 6 Técnicos Superiores; Aberto concurso para Assistente Operacional – Motorista; Procedeu-se à mobilidade intercarreiras 2018: aberto concurso para Assistente Operacional (2 lugares); prevista a abertura de outro concurso para mais 4 lugares de assistente operacional. Foram abertos 2 concursos para Assistente Operacional (5 lugares) estando prevista a abertura de outro concurso para 6 lugares de técnico superior. GRAU SATISFAÇÃO PñD 2015: PND – 3,5 2016: PND – 3.4 2017: PND - 3,7 2018: PND – 3,9 2019: inq. não implementado	↗ ↗
		Criação de programa de incentivos e de reconhecimento do Mérito	1. Identificação de boas práticas e apresentação de proposta 2. Abertura da proposta à discussão pública 3. Implementação do programa	1. % de colaboradores abrangidos pelo programa 2. Grau de satisfação	1. 40% 2. 3	Atendendo à conjuntura económica na base deste objetivo e tendo em conta o descongelamento de progressões-objetivo suspenso	→
		Revisão do procedimento de acolhimento e implementação do Manual de Acolhimento de colaboradores	1. Monitorização e avaliação do procedimento de acolhimento.	1.Manual implementado e procedimento revisto 2. Taxa de satisfação dos	1. 100% 2. 3	1.Manual revisto e aprovado 2. Implementação do inquérito para novos contratados definida para junho 2020.	↗

				novos contratados			
	OE1.OO2 Implementar mecanismos de gestão estratégica e de trabalho colaborativo	Criação e implementação de uma estrutura de gestão do plano estratégico	1. Monitorização e avaliação do PE com reuniões por Eixo geridas com comissão técnica 2. Implementação do Sistema de Gestão de PE 3. Balanços anuais e final	1. Estrutura criada 2. Taxa de Concretização d o Plano (Ações) 3. Jornadas dedicadas ao PE/Eixos do PE	1. 100% 2. 100% 3. 5 Jornadas (por Eixo e geral no final)	1. 2016-Comissão constituída 2. 2016: 49,4% 2017: 40,9% 2018: 46,3% 2019: monitorização ainda não validada 3. 2017: reduzida participação e limitações na recolha de estado das ações- 2018: Revisão Equipas	→ → →
		Elaboração do plano anual de atividades de forma participativa	1. Definição de critérios para desenvolvimento da plataforma informática 2. Definição de metodologia de validação das propostas recolhidas 3. *Workshop* de divulgação da Plataforma e promoção da participação	1. Rácio contributos alunos incorporados face a total de apresentados 2. Rácio contributos dos colaboradores incorporados face a total de apresentados 3. Rácio contributos das entidades externas incorporados face a total de apresentados	30%	Não Efetuado	→
	OE1.OO3 Desenvolver um sistema integrado	Implementação dos mecanismos e metodologias de gestão de riscos e controlo interno	1. Análise dos procedimentos já existentes e práticas da instituição e identificação dos riscos (ao longo de três anos)	Áreas intervencionadas	6	1. Efetuado 2.e 3. Não Efetuado 4. Implementar gabinete de Auditoria de controlo interno (revisão Estatutos IPVC)	→

			2. Elaboração de um manual de controlo interno e revisão do PGRCIC e integração no SGGQ-PGE (ao longo de três anos) 3. Divulgação e implementação (ao longo de três anos) 4. Criação do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno (ação integrada no processo de revisão dos estatutos IPVC)				
		Elaboração e implementação do plano de transparência da informação institucional	1. Análise da informação institucional divulgada por outras entidades e condicionalismos legais (até final de 2017) 2. Definição da informação institucional a divulgar 3. Determinação dos meios de divulgação	1.Modelo relatório aprovado 2. Taxa concretização plano	1 e 2. 100%	1. efetuado 2. parcialmente efetuado 3. Não Efetuado e modelo de relatório por aprovar.	→
		Implementação de Sistema de Gestão de Responsabilidade Social	1. Constituição de equipa; 2. Diagnóstico para implementação do SGRS; 3. Criação do SGRS; 4. Certificação – 2019.	1. Sistema certificado em 2019 2. Eficácia ações desenvolvidas	1. Sim 2. 80%	SAMA submetido e aprovado em Dez.2017 Auditoria de 1ª fase a realizar em 2019	→
		Estruturação e implementação do Observatório IPVC	1. Elaborar Procedimento de Gestão Observatório-Definir missão/funções e âmbito/áreas de intervenção (Ensino/IDI&T,...) (ação a executar até ao final de 2017) 2. Elaborar Portfólio Indicadores (listagem e fichas de indicadores) (ação que transita para 2018) 3. Produção disponibilização de informação; Gestão de Pedidos (contínuo)	1. Procedimento publicado 2. Portfolio disponibilizado Plataforma em fase final de desenvolvimento pelo SI.	1. 100% 2. 180	1.Recolha indicadores internos/externos; Participação Estudo do GT2-IPQ Indicadores ES Revistos Indicadores de Processos, Manual da Qualidade e ajustados indicadores PE IPVC1519 Adquiridas bases de Dados 2. Plataforma em fase final de desenvolvimento-SI	→ →
OE2. Posicionar o aluno como elemento central da atenção	OE2.OO1 Reforçar a adequação e a qualidade dos de servicos	Criação do gabinete de apoio ao candidato	1. Monitorização do funcionamento do gabinete	1. Gabinete criado 2. N.º atendimentos	1. 100% 2. 300	Não Efetuado	→
		Criação de um serviço de estágios/emprego	1. Monitorização do Serviço	Serviço criado	100%	Gabinete de Emprego, Portal de Emprego constituídos.	→

						Nota: Monitorização efetuada (ver E3_OE1_OO4_A1)	
		Elaboração de um programa para aumentar o valor percecionado dos serviços prestados	1. Implementação e monitorização do programa	N.º de serviços criados/reformulados	10	Não Efetuado	→
	OE2.OO2 Construir com os alunos novos formatos de interação	Criação de um repositório com a informação da participação dos alunos em atividades organizadas pelo IPVC	1. Definição da tipologia de atividades a registar, responsáveis de validação e formatos (2017) 2. Implementação do módulo no ON.IPVC de cadastro de atividades e participantes (ação que transita para 2018) 3. Disponibilização do interface mobile para gestão de atividades (dezembro 2018)	1. Repositório criado seguido de disponibilização dos interfaces mobile 2. Pedidos declaração de participação/Atividades inseridas no Repositório	1. 100% 2. 90%	Este indicador está parcialmente cumprido, sendo que o repositório ficará disponível com a entrega do projeto ativar, ou seja, para final de 2019 ou início de 2020.	→
		Estabelecimento de um procedimento de acompanhamento das associações de estudantes	1. Elaboração dos procedimentos e do modelo de organização da estrutura de acompanhamento 2. Criação da estrutura de acompanhamento	Número de reuniões/ações de sensibilização e de formação realizadas pela estrutura de acompanhamento	4	Não Efetuado	→
OE3. Potenciar a Comunicação e o Marketing Estratégico	OE3.OO1 Reforçar a atividade de promoção de oferta formativa e IDI&T	Elaboração do plano de marketing	1. Plano de comunicação 2. Implementação e monitorização	Plano de Marketing aprovado: análise SWOT, estratégia de comunicação finalizada e plano de comunicação aprovado	100%	1, 2, 3 não efetuado. Em finais de setembro foi constituído o grupo de "conselheiros" da ESCE para auxiliar o GCI nestas questões.	→

		Envolvimento dos recursos dos cursos da área de Marketing nas atividades de estudo relacionadas com a marca e notoriedade do IPVC	1.Identificação dos cursos e UC que contribuam para a concretização da ação 2.Identificação dos temas a desenvolver (anualmente)	1 tese ou projeto ou relatório por ano	3	2017: 1 tese de Mestrado em Marketing (Desenvolvimento de uma estratégia de content marketing para redes sociais: o caso da ESCE-IPVC). 2018: 2 teses 2019: Meta alcançada, nos cursos de Marketing (mestrado e Pós Graduação)	→
		Reforço das atividades com as escolas secundárias e profissionais	1. Elaboração de Plano Anual de Ação Integrado (GCI/Escolas/Cursos) (até fevereiro de cada ano) 2. Monitorização da Implementação (dez. de cada ano)	% de alunos inscritos no IPVC das escolas com atividades com IPVC	>=ano anterior	2014: Viana 42.6%; Braga 39.6%; Porto 14.7%. 2015: Viana 49.1%; Braga 36.9%; Porto 10.6%. 2016: Viana 37.3%; Braga 40.4%; Porto 18.6%. 2017: Viana: 36.3% ; Braga: 43.8% ; Porto:16.0%	→
	OE3.OO2 Reforçar competências dos centros de atendimento	Elaboração do plano de reestruturação dos centros de atendimento	1. Elaboração da proposta de reestruturação 2. Apresentação do plano de formação na sequência da reestruturação (ações enquadradas em candidatura ao projeto SAMA)	1. Número de centros reestruturados/criados 2. Avaliação da satisfação com atendimento	1. 8 2. 3	Efetuada uma análise das situações existentes noutras instituições 2, 3 Não Efetuado	→
		Formação dos colaboradores em Marketing, Atendimento e Gestão de Situações de Crise	1. Implementação do plano de formação referenciado em 2. da ação anterior (candidatura ao projeto SAMA); 2. Início da implementação do plano de reestruturação (até final de 2018, na sequência da aprovação projeto SAMA).	1. Número horas formação área atendimento/ano 2. Não Conformidades auditoria (Cliente mistério; auditoria EAR)	1. 63h 2. Redução em 50% do n.º NC face ao ano 2015	1. 2017: - Protocolo e Organização de Eventos na Administração Pública: 4 colaboradores - 70h; - Língua Inglesa: 48 colaboradores – 1200h. 2018- Atendimento-44 colaboradores – duas sessões de 4:00 Horas 2019- Não foi feita nenhuma formação de atendimento 2. 2017: 2 ocorrências de incumprimento do manual de atendimento.	↗

						2018: 2 ocorrências de incumprimento do manual de atendimento identificadas no cliente mistério, mas contestadas em ata 2019- 0 Ocorrências	↗
	OE3.OO3 Criar canais de comunicação orientados	Criação da lista de áreas temáticas do IPVC para comunicação orientada de informação com mapeamento do fluxo de informação e respetivos intervenientes	1. Definir e implementar circuitos e canais de distribuição 2. Avaliação do modelo implementado	1. Grau de Satisfação com informação institucional recebida 2. Nº de áreas temáticas mapeadas	1. 3 2. 100%	O IPVC integra "projeto de Gestão documental comum para as IES" DGLAB. O IPVC colabora no Projeto ASIA - Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística. Iniciado em SAC, e efetuada visita a IPLeiria. Foi elaborado em novembro de 2019, uma formação interna ministrada pela Coordenadora do projeto RADA, com o objetivo de fornecer ao grupo ferramentas e metodologias de boas práticas para a correta implementação do RADA no IPVC, permitindo assim agilizar o processo.	→
		Programação de uma agenda global do IPVC	1. Monitorização	Calendário implementado/validado	100%	2018: Funcionalidade Criada na ON.ipvc Escolas, SAS e GCI carregaram info no CALENDÁRIO GLOBAL CRIADO na ON.IPVC a partir de março-2019	→
OE4. Incrementar a utilização das TIC	OE4.OO1 Aumentar a interoperabilidade e dos sistemas de informação	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Indicadores (ação associada a candidatura apresentada pela CIM a fundos comunitários)	1. Preparar a plataforma e integrar no ON.IPVC (ação reagendada para dezembro/2018) 2. Implementar os indicadores definidos (segundo o processo de criação do observatório) (dezembro 2019)	1.Plataforma implementada 2. Indicadores acedidos/ Indicadores disponíveis na Plataforma (5	1. 100% 2. 50%	Indicador não foi cumprido por ausência de financiamento. O projeto que financia esta operação arrancou em janeiro de 2019 e tem conclusão para março de 2020.	→

				acessos diferenciados)			
		Reforço dos serviços digitais da organização em suporte multiplataforma (*smartphone, tablet*, relógio, *smarttv*, etc)	1. Implementação de todos os impressos do SGGQ em formato digital (os possíveis) 2. Disponibilização dos serviços on-line em suporte mobile	Número de serviços implementados	12	2016 e 2017- 9 Serviços 2018: 26 impressos Implementados na plataforma, entre os novos e os revistos	↗
		Reforço da interoperabilidade do Sistema de Informação do IPVC com os Sistemas de Informação Territoriais (SIT)	1. Elaboração de estudo para definir Catálogo Temático e regras de utilização 2. Disponibilização da plataforma	1. N.º de interfaces de interoperabilidade 2. N.º de séries de dados disponibilizadas	1. 3 2. 20	1. Efetuado; 2. Em desenvolvimento.	→
	OE4.OO2 Evoluir o sistema de informação para o funcionamento analítico	Implementação de um "*Business Inteligence*" para o Sistema de Informação do IPVC	1. Elaboração de estudo análise de requisitos e tecnologias/ferramentas de suporte à plataforma (Dez.2018) 2. Implementação da plataforma e teste com séries de dados base (Julho 2019) 3. Integração com o sistema de gestão de indicadores (Dez. 2019)	1.Sistema implementado (correlação não linear de dados) 2. Número de setores integrados (RH, SAF, SAC)	1. 100% 2. 3	Este indicador não será cumprido. Não foi possível encontrar financiamento para esta operação.	↗
	OE4.003 Adaptar as infraestruturas tecnológicas às novas realidades	Elaboração do plano de reestruturação dos laboratórios de informática	Implementação e reavaliação do plano elaborado (criação e reestruturação dos laboratórios) (até 2019) Candidatura CTESP equipamentos.	1. Número de laboratórios avaliados 2. Número de laboratórios reestruturados	1. 16 2. 12	1. 2016: 5 avaliados 2017: Submetida candidatura a equipamentos via CTeSP. 2018: meta ultrapassada 2. Este indicador foi cumprido e superado, sendo que nos últimos anos foram renovadas cerca de 400 máquinas para os laboratórios do IPVC.	↗ ↗

		Reforço da capacidade e cobertura da rede *WiFi* em detrimento da rede cablada	1. Implementação da rede de distribuição e parte da rede Wi-Fi 2. Implementação da nova rede Wi-Fi. Candidatura CTESP equipamentos.	1. Taxa de cobertura da rede Wi-Fi 2. Novos hotspots de alta densidade instalados	1. 100% 2. 20	2016: Plano restruturação da rede WiFi em desenvolvimento 2017: Submetida candidatura a equipamentos através de CTeSP. Este projeto ainda não se encontra aprovado. 2018: As redes WiFi da ESTG e da ESCE foram totalmente renovadas, bem como a residência da ESA. Foram instaladas cerca de 200 unidades para a rede WiFi. 2019: Foram efetuados investimentos que permitiram remodelar as redes: ESTG, ESCE, ESE, Residência da ESA. Estão a ser implementadas pequenas alterações na ESDL e nos SAS	↗

No Plano Estratégico IPVC1519, o Eixo "Governança", definiu-se o objetivo "Desenvolver um sistema integrado de gestão eficiente e transparente" com as seguintes ações "reforçar mecanismos e metodologias de gestão de riscos e controlo interno; implementar plano de transparência da informação institucional; Implementar Sistema de Gestão de Responsabilidade Social; implementar o Observatório IPVC". Das melhorias incorporadas, destaca-se: criação do serviço de apoio Observatório; desenvolvimento do SI-IPVC (https://on.ipvc.pt), de gestão transversal e mais eficiente fluxo de informação, monitorização de indicadores, com integração automatizada de várias fontes de informação; auscultação das partes interessadas relevantes, de auditorias de autoavaliação, com participação de alunos e parceiros; reforço de mecanismo de prevenção do abandono e promoção do emprego.

Está em curso o pedido de certificação do SG pela NP 4469 (jan.2020) e, no âmbito do Programa Nacional "3 em Linha" de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, Eixo 2 "Conciliar na Administração Pública" (Medida 12), efetuou-se, em jun.2019, candidatura ao POCI-62-2019-13 para implementação e certificação do IPVC na Norma NP 4552-Sistemas de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Está em implementação a ISO 27001 e prevê-se a implementação de um "business intelligence" de gestão de indicadores e reforço da interoperabilidade do SI. Em abril 2020, foi submetido projeto a SAMA2020, Cyber & Data Protection IP–Cibersegurança e Proteção de Dados (IPVC, IPV e IPG).

A identificação de recursos necessários à consecução dos objetivos do IPVC a curto e longo prazo e que é um aspeto fundamental da governação/gestão, também tem que ser otimizada, em particular no que se refere a gestão do Património e Contas, da responsabilidade da Presidência, Conselho de Gestão e Conselho Geral, e à continua atualização das competências técnico científicas instaladas e à produção científica, da responsabilidade das Áreas Científicas, Conselho Técnico-Científico e Unidades de Investigação.

Para assegurar que os recursos (tais como equipamentos, instalações, materiais, energia, conhecimento, finanças e pessoas) são utilizados de modo eficaz e eficiente, implementaram-se processos que permitem, alinhados com procedimentos regulamentados pelos órgãos de gestão, monitorizar e avaliar esses recursos. Exemplos disso são o processo de "Gestão Económico-Financeira-GEF", com atividades e procedimentos que garantam a eficiente gestão do aprovisionamento, da contabilidade, tesouraria e do património e o processo de "Gestão de Empreitadas e de Infraestruturas-GEI" e o Processo de "Gestão de Recursos Humanos-GRH" e ainda processos relacionados com apoios sociais, da responsabilidade dos SAS.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

CONTAS

1. Análise Orçamental e Económico-Financeira

1.1. Situação Orçamental

Transferências do Orçamento do Estado

A dotação inicial do Orçamento do Estado para 2019 foi de € 12.784.100 (orçamento de funcionamento), conforme se constata na tabela seguinte.

Orçamento do Estado	Dotação Inicial
2015	10.890.306,00
2016	11.600.359,00
2017	12.206.910,00
2018	12.344.785,00
2019	12.784.100,00

O acréscimo verificado face ao ano anterior é justificado pela necessidade de fazer face ao aumento das despesas com pessoal decorrentes das alterações legislativas entretanto ocorridas, nomeadamente, as relativas às revalorizações remuneratórias inerentes ao processo de descongelamento das carreiras e as associadas ao regime transitório da carreira docente politécnica.

Salienta-se que o total das transferências do Orçamento do Estado destinam-se a financiar apenas despesas com pessoal, assentando a orçamentação destas despesas em 2019 nos pressupostos constantes das instruções emanadas pelo Direção-Geral do Orçamento, nomeadamente:

1. Vencimentos estimados para dezembro de 2018, neles se incluindo as valorizações remuneratórias deste ano;
2. Inclusão dos encargos decorrentes do processo de descongelamento faseado de carreiras;
3. Catorze meses de remunerações certas e permanentes e de outras despesas de natureza certa e permanente;
4. A contribuição da entidade patronal para a Segurança Social ou CGA, de acordo com a taxa contributiva aplicável.

No decorrer de 2019, a dotação do Orçamento do Estado foi sujeita a dois reforços orçamentais que totalizaram 151.293 euros e que visaram compensar a diminuição de receita cobrada relativa a propinas, decorrente da diminuição do valor anual da propina relativa ao 1º ciclo. O valor da propina do 1º ciclo foi alterado de 999 euros para 871,52 euros a partir do ano letivo de 2019/2020.

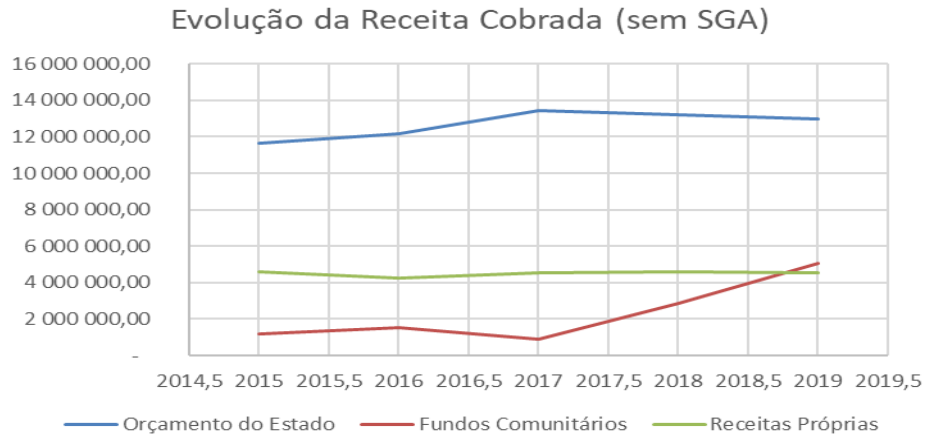
Execução Orçamental da Receita e Despesa

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da execução orçamental da Instituição desde 2015, sendo percetível a relevância que o Orçamento do Estado tem na estrutura de financiamento das despesas deste Instituto. De facto, no período em análise, o Orçamento do Estado financiou entre cerca de 56,57 % e 70,82% o total das despesas pagas pela Instituição.

	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Saldo da Gerência Anterior										
OE (f.f. 311, 319, 359)										
Fundos Comunitários (f.f. 400)	96 008,16		299,00		92 045,05		2 116,69		554,69	
Receitas Próprias (313, 358, 500)	102 478,67		2 866,05		27 359,42		13 119,63		378 161,45	
TOTAL	**198 486,83**		**3 165,05**		**119 404,47**		**15 236,32**		**378 716,14**	
Receita Cobrada										
OE (f.f. 311, 319, 359)	11 660 091,81	66,87%	12 160 993,43	67,63%	13 441 205,00	71,21%	13 194 973,06	63,84%	12 983 869,77	57,56%
Fundos Comunitários (f.f. 400)	1 197 031,81	6,87%	1 552 504,84	8,63%	903 318,22	4,79%	2 866 788,25	13,87%	5 055 247,21	22,41%
Receitas Próprias (313, 358,500)	4 579 313,65	26,26%	4 267 552,25	23,73%	4 531 044,71	24,00%	4 606 455,11	22,29%	4 516 197,74	20,02%
TOTAL RECEITA COBRADA LÍQUIDA	**17 436 437,27**	**100%**	**17 981 050,52**	**100%**	**18 875 567,93**	**100%**	**20 668 216,42**	**100%**	**22 555 314,72**	**100%**
Despesa Paga										
OE (f.f. 311, 319, 359)	11 657 227,36	**66,11%**	12 136 499,83	**67,94%**	13 441 148,59	**70,82%**	12 835 063,61	**63,21%**	12 932 650,48	**56,57%**
Despesas com Pessoal	11 605 066,57		12 085 673,79		13 421 015,81		12 798 370,84		12 920 338,70	
Aquisição de bens e serviços	37 388,80		26 576,04		20 132,78		6 322,34		12 311,78	
Aquisição de bens de capital	5 974,02						19 856,60			
Outras despesas	8 797,97		24 250,00				10 513,83			
Fundos Comunitários (f.f. 400)	1 292 740,97	**7,33%**	1 460 758,79	**8,18%**	993 246,58	**5,23%**	2 868 350,25	**14,13%**	5 053 137,95	**22,11%**
Despesas com Pessoal	250 052,17		13 719,67		9 862,73		519 825,86		1 011 375,95	
Aquisição de bens e serviços	316 326,07		1 030 193,84		339 017,10		689 589,00		901 258,45	
Aquisição de bens de capital	380 483,45		70 819,45		291 722,07		1 309 941,22		2 594 726,26	
Outras despesas	345 879,28		346 025,83		352 644,68		348 994,17		545 777,29	
Receitas Próprias (313, 358, 500)	4 681 790,72	**26,55%**	4 267 552,48	**23,89%**	4 545 340,91	**23,95%**	4 601 322,74	**22,66%**	4 873 711,29	**21,32%**
Despesas com Pessoal	2 118 526,48		2 241 984,17		1 681 514,06		1 759 050,79		2 131 184,14	
Aquisição de bens e serviços	2 118 645,07		1 569 355,08		2 146 229,18		2 070 165,85		2 277 420,90	
Aquisição de bens de capital	124 267,08		203 406,73		351 131,91		349 230,12		138 933,13	
Outras despesas	320 352,09		252 806,50		366 465,76		422 875,98		326 173,12	
TOTAL DESPESA PAGA	**17 631 759,05**	**100%**	**17 864 811,10**	**100%**	**18 979 736,08**	**100%**	**20 304 736,60**	**100%**	**22 859 499,72**	**100%**
Saldo para a Gerência Seguinte	**3 165,05**		**119 404,47**		**15 236,32**		**378 716,14**		**74 531,14**	

Realça-se que no ano de 2019 o peso do financiamento do Orçamento do Estado diminuiu, tendo aumentado o peso do financiamento relativo a fundos comunitários. De facto, nos últimos dois anos tem-se verificado um aumento do peso do financiamento relativo a fundos comunitários, sendo de salientar, nomeadamente, o impacto dos projetos relacionados com o financiamento dos cursos CTESPS – financiamento do Fundo Social Europeu. Acresce que o IPVC também tem desenvolvido um esforço no sentido de tentar aumentar a sua autonomia face ao Orçamento do Estado, potenciando o n.º de candidaturas aprovadas por programas de financiamento

comunitário, com o natural reflexo em termos de cobrança de receita relativa a fundos comunitários.



Em termos de cobrança de receitas próprias, em 2019 verificou-se um ligeiro decréscimo face ao ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição do valor da propina correspondente ao 1º ciclo. Se fosse eliminado o impacto desta diminuição do valor da propina, verificar-se-ia um acréscimo no valor de receita cobrada de propinas, justificada pelo aumento do n.º de alunos.

De seguida apresentam-se as despesas pagas da Instituição de 2015 a 2019, distribuídas por agrupamento de despesa, apresentando-se, igualmente, para cada agrupamento de despesa, a respetiva estrutura de financiamento caraterizada por Orçamento do Estado, Fundos Comunitários e Receitas Próprias.

Despesa Paga	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Despesas com Pessoal	13 973 645,22	79,25%	14 341 377,63	80,28%	15 112 392,60	79,62%	15 077 247,49	74,25%	16 062 898,79	70,27%
Aquisição de bens e serviços	2 472 359,94	14,02%	2 626 124,96	14,70%	2 505 379,06	13,20%	2 766 077,19	13,62%	3 190 991,13	13,96%
Aquisição de bens de capital	510 724,55	2,90%	274 226,18	1,54%	642 853,98	3,39%	1 679 027,94	8,27%	2 733 659,39	11,96%
Outras despesas	675 029,34	3,83%	623 082,33	3,49%	719 110,44	3,79%	782 383,98	3,85%	871 950,41	3,81%
Total da Despesa Paga	**17 631 759,05**	**100%**	**17 864 811,10**	**100%**	**18 979 736,08**	**100%**	**20 304 736,60**	**100%**	**22 859 499,72**	**100%**

Despesas com Pessoal	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
OE	11 605 066,57	83,05%	12 085 673,79	84,27%	13 419 034,31	88,79%	12 798 370,84	84,89%	12 920 338,70	80,44%
Fundos Comunitários	250 052,17	1,79%	13 719,67	0,10%	11 844,23	0,08%	519 825,86	3,45%	1 011 375,95	6,30%
Receitas Próprias	2 118 526,48	15,16%	2 241 984,17	15,63%	1 681 514,06	11,13%	1 759 050,79	11,67%	2 131 184,14	13,27%
Total das Despesas com Pessoal	**13 973 645,22**	**100%**	**14 341 377,63**	**100%**	**15 112 392,60**	**100%**	**15 077 247,49**	**100%**	**16 062 898,79**	**100%**

Aquisição de Bens e Serviços	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
OE	37 388,80	1,51%	26 576,04	1,01%	1 615,00	0,06%	6 322,34	0,23%	12 311,78	0,39%
Fundos Comunitários	316 326,07	12,79%	1 030 193,84	39,23%	369 286,80	14,74%	689 589,00	24,93%	901 258,45	28,24%
Receitas Próprias	2 118 645,07	85,69%	1 569 355,08	59,76%	2 134 477,26	85,20%	2 070 165,85	74,84%	2 277 420,90	71,37%
Total das Aquisição de Bens e Serviços	**2 472 359,94**	**100%**	**2 626 124,96**	**100%**	**2 505 379,06**	**100%**	**2 766 077,19**	**100%**	**3 190 991,13**	**100%**

Aquisição de Bens de Capital	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
OE	5 974,02	1,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	19 856,60	1,18%	0,00	0,00%
Fundos Comunitários	380 483,45	74,50%	70 819,45	25,83%	291 722,07	45,38%	1 309 941,22	78,02%	2 594 726,26	94,92%
Receitas Próprias	124 267,08	24,33%	203 406,73	74,17%	351 131,91	54,62%	349 230,12	20,80%	138 933,13	5,08%
Total das Aquisição de Bens de Capital	**510 724,55**	**100%**	**274 226,18**	**100%**	**642 853,98**	**100%**	**1 679 027,94**	**100%**	**2 733 659,39**	**100%**

Outras despesas	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
OE	8 797,97	1,30%	24 250,00	3,89%	15 423,60	2,14%	10 513,83	1,34%	0,00	0,00%
Fundos Comunitários	345 879,28	51,24%	346 025,83	55,53%	352 644,68	49,04%	348 994,17	44,61%	545 777,29	62,59%
Receitas Próprias	320 352,09	47,46%	252 806,50	40,57%	351 042,16	48,82%	422 875,98	54,05%	326 173,12	37,41%
Total das Outras Despesas	**675 029,34**	**100%**	**623 082,33**	**100%**	**719 110,44**	**100%**	**782 383,98**	**100%**	**871 950,41**	**100%**

O orçamento da Instituição é canalizado, maioritariamente, para financiar despesas com pessoal. Desde 2015 que as despesas com pessoal representam entre cerca de 70 % e 80% do total da despesa paga.

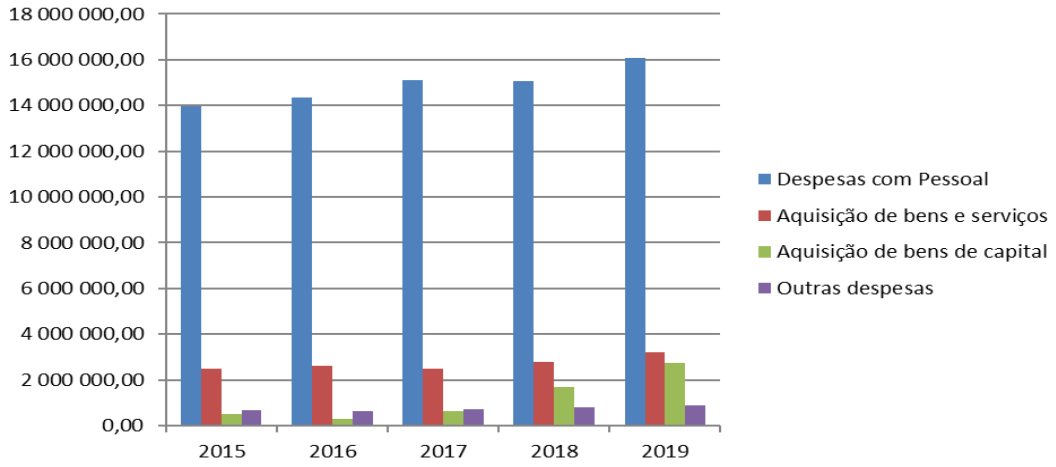
Nos dois últimos anos verifica-se que o peso das despesas com pessoal no total das despesas pagas diminuiu face aos anos transatos. No entanto, a análise comparativa relativamente às despesas com pessoal torna-se enviesada por força da alteração das políticas contabilísticas no subsistema da contabilidade orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) relativamente ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos.

Com a aplicabilidade do SNC-AP, as retenções efetuadas em remunerações auferidas que serão entregues a entidades terceiras, tais como, Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, deixaram de ser consideradas como operações de tesouraria e passaram a ser refletidas como operação orçamental no momento do respetivo pagamento. Desta forma, e considerando que em 2018 e em 2019 transitaram descontos de vencimentos do mês de dezembro por pagar, o total da despesa paga nestes anos não reflete a dívida transitada para o ano seguinte, não sendo a informação comparável face aos anos transatos.

O total das despesas pagas relativas a aquisição de bens e serviços ascendeu a 3.190.991,13 euros, tendo-se verificado um acréscimo de 424.913,94 euros face ao ano transato. Este acréscimo foi justificado, essencialmente, pelas aquisições efetuadas ao abrigo de projetos cofinanciados pela União Europeia. Em termos de estrutura de financiamento, quer os fundos comunitários quer as receitas próprias contribuíram para o financiamento deste aumento de despesa.

Tal como já ocorrido em 2018, a aquisição das despesas de bens de capital continuou a apresentar um acréscimo significativo, tendo assumido um peso de 11,96% na estrutura das despesas totais pagas. Esta situação decorreu, maioritariamente, das aquisições de equipamentos efetuadas para efeitos de funcionamentos dos cursos CTESPS, financiados pelo FEDER a 85%.

Evolução da Estrutura das Despesas Pagas



Saldos de Gerência

O saldo de gerência (SG) apurado em 2019 totaliza 74.531,14 euros, conforme se indica na tabela abaixo:

Saldos de Gerência	2015	2016	2017	2018	2019
Orçamento do Estado (F.F. 311)	44,23	49,29	55,69	359.909,45	50.700,15
Orçamento do Estado (F.F. 313)	0,65	44,88	88,92	0,00	16,18
Outras receitas (Restantes F.F.)	3.120,17	119.310,30	15.091,71	18.806,69	23.814,21
Total	**3.165,05**	**119.404,47**	**15.236,32**	**378.716,14**	**74.531,14**

Conforme já referido anteriormente no âmbito da análise das despesas com pessoal, também em termos de saldo de gerência o mesmo não é comparável face aos anos anteriores a 2018. A justificação também se prende com a alteração da política contabilística verificada no subsistema da contabilidade orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) relativa ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos.

De qualquer forma, constata-se que face a 2018 ocorreu uma diminuição do saldo de gerência, não sendo o mesmo suficiente para financiar todas as despesas relativas a descontos de vencimento do mês de dezembro de 2019, cuja liquidação ocorreu no mês de janeiro de 2020.

1.2. Análise económica e financeira

1.2.1 Posição Financeira

As demonstrações financeiras relativas a 2019 revelam uma estrutura do balanço positiva, o que demonstra um bom desempenho financeiro.

O ativo líquido do IPVC em 2019 ascendeu a 50.303.816,095 euros, o que traduziu um aumento de 4,5% face ao ano transato, e o património líquido ascendeu a 35.261.547,92 euros, traduzindo um acréscimo de 3,31% face a 2018.

O aumento do ativo líquido foi justificado, essencialmente, pelo aumento dos ativos fixos tangíveis e pelo aumento da dívida relativa a utentes. Este último aumento é justificado pela alteração de mensuração da dívida de alunos, a qual passou a ser reconhecida na totalidade, como direito a receber, no momento em que o aluno se matricula, apesar do pagamento poder ocorrer de forma faseada ao longo do ano letivo em curso.

No que respeita ao património líquido, o aumento verificado em 2019 face a 2018 justifica-se pelo aumento da rúbrica outras variações no património líquido e pelo aumento do resultado líquido do período.

O aumento verificado nas outras variações no património líquido decorre, essencialmente, do registo das execuções financeiras dos projetos cofinanciados pela União Europeia, assim como, das doações de veículos automóveis elétricos, que foram efetuadas ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

Apresentam-se abaixo dois indicadores de gestão relacionados com a performance financeira do IPVC – o rácio de autonomia financeira, que representa a percentagem dos ativos da instituição que está a ser financiada com recurso a capitais próprios, e o rácio da solvabilidade, que mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios e, neste sentido, analisa a capacidade da instituição cumprir os seus compromissos. Para os dois anos em análise, estes indicadores demonstram o pouco peso que os fundos alheios apresentam no financiamento dos ativos do IPVC, assim como, a forte capacidade do IPVC para solver os seus compromissos.

	2018	2019
Autonomia Financeira	70,91%	70,10%
Solvabilidade	243,73%	234,42%

1.2.2 Rentabilidade Económica

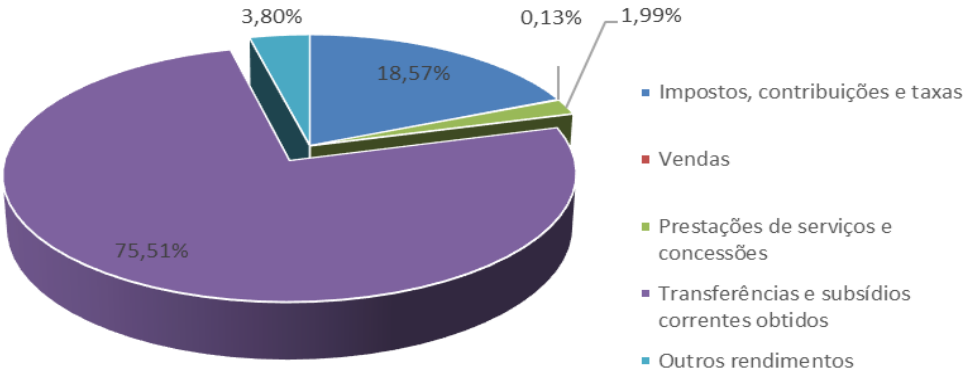
Rendimento

Tal como tem ocorrido em anos anteriores, as transferências e subsídios correntes obtidos continuam a apresentar o maior peso na estrutura de rendimentos do IPVC.

As transferências e subsídios correntes respeitam, essencialmente, às transferências do Orçamento do Estado que totalizam 12.935.393 euros, assim como, incluem os rendimentos reconhecidos relativos a projetos cofinanciados pela União Europeia.

Face a 2018, verificou-se uma diminuição das transferências do Orçamento do Estado em 219.387 euros.

Distribuição dos Rendimentos relativos a 2019



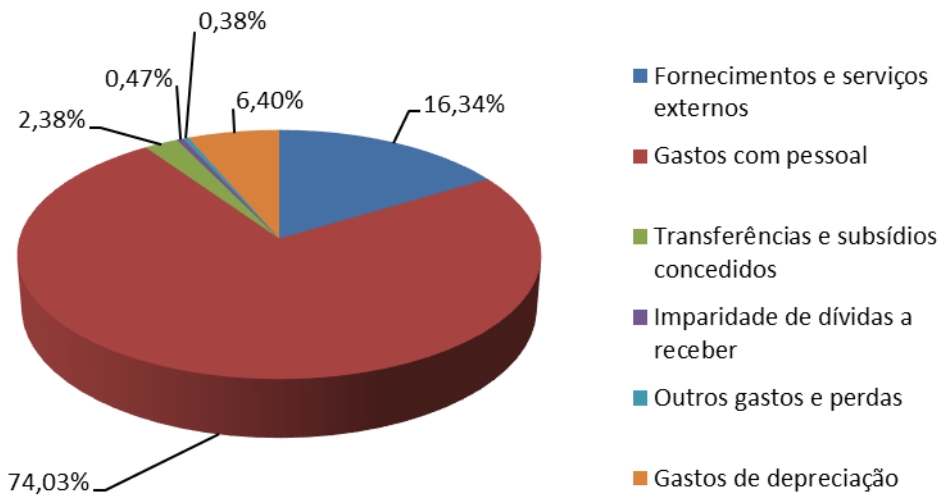
A rubrica relativa a Impostos, Contribuições e Taxas também continua a ser a segunda mais relevante na estrutura de rendimentos, na medida em que reflete, essencialmente, o rendimento relativo propinas de formação inicial, cursos técnicos superiores profissionais, mestrados e pós-graduações, assim como, o montante relativo a emolumentos, juros de mora e outras penalidades.

Face a 2018, verificou-se uma diminuição do rédito relativo a impostos, contribuições e taxas no montante de 42.215,57 euros, justificada pela redução do valor anual da propina correspondente ao 1º ciclo.

1.3. Gastos do exercício

No âmbito da análise à estrutura de gastos da Instituição, são os gastos com pessoal que assumem o peso mais significativo, conforme tem ocorrido em anos anteriores e tal como se comprova pelo gráfico abaixo apresentado. Os gastos relativos a remunerações e encargos sociais representam cerca de 74,03% dos gastos globais da Instituição. Posteriormente destacam-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) e as depreciações.

Distribuição dos Gastos relativos a 2019



Face ao ano anterior, e em termos absolutos, a rubrica de gastos com pessoal foi a que maior variação apresentou.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um acréscimo face ao ano anterior de cerca de 266.706 euros, tendo contribuindo para este aumento, essencialmente, as aquisições de bens e serviços necessárias à execução de projetos cofinanciados pela União Europeia.

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal em 2019 sofreram um acréscimo face a 2018 no montante 612.284,78 euros, para o qual contribuiu, essencialmente:

- O descongelamento faseado das carreiras;

- O encargo decorrente de concursos para a admissão de pessoal docente e não docente.

Em termos de análise da estrutura dos gastos com pessoal, salienta-se o seguinte:

- As remunerações dos órgãos diretivos e as remunerações do restante pessoal/pensões representam 80,86 % dos gastos com pessoal e encontram-se identificadas abaixo:

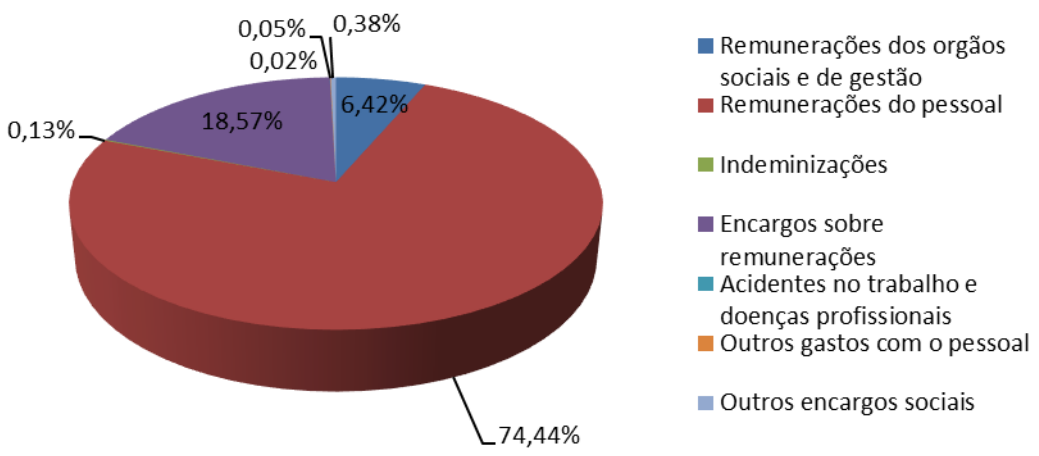
Remunerações	2018	2019	Acréscimo %
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	962 111,51	1 039 284,53	8,02%
Remunerações do pessoal	11 623 763,63	12 052 602,37	3,69%
Total	12 585 875,14	13 091 886,90	4,02%

- O encargo da entidade sobre as remunerações representa cerca de 18,57%, estando distribuído da seguinte forma:

Encargos da Entidade	2018	2019	Acréscimo %
Caixa Geral de Aposentações	2 203 440,51	2 235 129,99	1,44%
Segurança Social	674 064,30	772 382,33	14,59%
Total	2 877 504,81	3 007 512,32	4,52%

Apresenta-se de seguida o gráfico ilustrativo da distribuição dos gastos com pessoal verificada em 2019.

Distribuição dos Gastos com Pessoal relativos a 2019



1.4. Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período apurado em 2019 foi negativo em 270.026,17 euros. Neste sentido, o IPVC não conseguiu durante o ano económico de 2019 gerar rendimentos capazes de financiar todos os gastos da Instituição.

No entanto, refere-se que o resultado líquido negativo da Instituição é justificado, em grande medida e de uma forma global, pelo valor das depreciações e, mais concretamente, pelo valor das depreciações dos edifícios e outras construções. De facto, se analisarmos o EBITDA, ou seja, o resultado do período sem o impacto das depreciações, amortizações e provisões, verificámos que o mesmo ascendeu em 2019 a 1.129.321,58 euros.

Face a 2018 verificou-se um aumento do resultado líquido do período em 897.317,61 euros, conforme demonstrado abaixo por rubrica:

	Rendimentos	Gastos
Impostos, contribuições e taxas	-42 215,57	
Vendas	8 257,19	
Prestações de serviços e concessões	24 677,88	
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 924 100,10	
Fornecimentos e serviços externos		266 706,00
Gastos com pessoal		612 284,78
Transferências e subsídios concedidos		119 369,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		173 719,80
Provisões (aumentos/reduções)		-17 000,00
Outros rendimentos	291 687,48	
Outros gastos e perdas		-172 157,35
Gastos/reversões de depreciação e amortização		326 266,33
Subtotal	**2 206 507,08**	**1 309 189,47**
TOTAL DA VARIAÇÃO		**897 317,61**

A variação positiva acima indicada é justificada, essencialmente, pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos, cuja variação positiva foi de 1.924.100,10 euros. Esta variação é justificada pelo rédito reconhecido no âmbito do financiamento dos cursos CTESPS, que ascendeu em 2019 a 1.551.815,45 euros.

Salienta-se que no âmbito do reconhecimento do rédito relativo ao financiamento dos cursos CTESPS, assumiu-se que por questões de prudência, o rédito só é reconhecido após obtida a aprovação da despesa elegível pelo respetivo programa financiador. Neste sentido, o reconhecimento do rédito num determinado ano poderá não corresponder à execução financeira desse ano mas sim à execução financeira aprovada relativamente a outros anos.

1.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

1.6. Perspetivas para o exercício de 2020

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível, apesar dos constrangimentos e ameaças que se têm sentido e que continuarão a vigorar no meio envolvente.

1.7. Considerações Finais

Cumpre ainda informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações ou perante o Estado e Outros Entes Públicos.

1.8. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dado que o resultado líquido do período foi negativo 270.026,17 euros, sugerimos que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Balanço

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

Euros

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2019	SNC-AP Reexpresso 31/12/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	37 644 319,80	36 161 190,40
Ativos intangíveis	3	15 099,18	1 548,35
Participações financeiras	18.I	90 125,00	90 125,00
Outros ativos financeiros	18.G	2 136,04	
		37 751 680,02	36 252 863,75
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.A	9 447 588,84	10 522 440,43
Clientes, contribuintes e utentes	18.B	2 842 474,96	720 715,65
Estado e outros entes públicos	18.E	619,66	20,30
Outras contas a receber	18.C	28 179,08	23 414,55
Diferimentos	18.G	73 817,25	53 870,24
Caixa e depósitos	1	159 457,14	562 395,26
		12 552 136,93	11 882 856,43
Total do ativo		**50 303 816,95**	**48 135 720,18**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.J	35 958 141,08	35 958 141,08
Resultados transitados	18.J	-631 996,92	-605 323,53
Outras variações no património líquido	18.J	205 429,93	-53 712,83
Resultado líquido do período	18.J	-270 026,17	-1 167 343,78
Total do Património Líquido		35 261 547,92	34 131 760,94
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	15		17 000,00
		0,00	17 000,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.D	269 024,04	323 015,28
Fornecedores	18.H	1 071 096,87	847 400,51
Estado e outros entes públicos	18.E	597 512,41	547 988,54
Fornecedores de investimentos	18.H	467 691,03	235 270,80
Outras contas a pagar	18.F	2 828 930,55	2 432 705,94
Diferimentos	18.G	9 808 014,13	9 600 578,17
		15 042 269,03	13 986 959,24
Total do Passivo		**15 042 269,03**	**14 003 959,24**
Total do Património Líquido e Passivo		**50 303 816,95**	**48 135 720,18**

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão

2.2. Demonstração dos Resultados por Natureza

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual do período findo em 31 de dezembro de 2019

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP 2019	SNC-AP Reexpresso 2018
Impostos, contribuições e taxas	14	4 010 448,62	4 052 664,19
Vendas	13	27 868,30	19 611,11
Prestações de serviços e concessões	13	429 328,22	404 650,34
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	16 311 372,45	14 387 272,35
Fornecimentos e serviços externos	21.A	-3 573 207,14	-3 306 501,14
Gastos com pessoal	19	-16 191 505,86	-15 579 221,08
Transferências e subsídios concedidos	21.B	-520 995,48	-401 625,57
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-103 422,02	70 297,78
Provisões (aumentos/reduções)	15		-17 000,00
Outros rendimentos	21.C	821 760,30	530 072,82
Outros gastos e perdas	21.D	-82 325,81	-254 483,16
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**1 129 321,58**	**-94 262,36**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-1 399 347,75	-1 073 081,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**-270 026,17**	**-1 167 343,78**
Resultado antes de impostos		**-270 026,17**	**-1 167 343,78**
Resultado líquido do período		**-270 026,17**	**-1 167 343,78**

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão

2.3. Demonstração das Alterações no Património Liquido

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2019

Euros

Rubrica	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que Não Controlam	Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	**35 958 141,08**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-605 323,53**	**0,00**	**0,00**	**-53 712,83**	**-1 167 343,78**	**34 131 760,94**	**0,00**	**34 131 760,94**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00		
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Aplicação do RL de 2018						-1 167 343,78				1 167 343,78			
Transferências e subsídios de capital						1 140 670,39			197 811,30		1 338 481,69		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido									61 331,46		61 331,46		
(2)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-26 673,39**	**0,00**	**0,00**	**259 142,76**	**1 167 343,78**	**1 399 813,15**		1 399 813,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-270 026,17**	**-270 026,17**	**0,00**	**-270 026,17**
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-26 673,39**	**0,00**	**0,00**	**259 142,76**	**897 317,61**	**1 129 786,98**	**0,00**	**1 129 786,98**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	**35 958 141,08**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-631 996,92**	**0,00**	**0,00**	**205 429,93**	**-270 026,17**	**35 261 547,92**	**0,00**	**35 261 547,92**

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão

2.4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019

Euros

RUBRICAS			NOTAS	SNC-AP 2019	SNC-AP 2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		538 517,57	412 054,00
Recebimentos de utentes				3 965 020,77	4 140 911,00
Pagamentos a fornecedores		-		-3 173 923,02	-3 138 931,00
Pagamentos ao pessoal		-		-16 404 849,99	-15 355 764,00
Caixa gerada pelas operações		+/-		**-15 075 234,67**	**-13 941 730,00**
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		12 664 314,89	12 980 965,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		**-2 410 919,78**	**-960 765,00**
					-960 765,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		-2 735 177,03	-1 644 954,00
Recebimentos provenientes de:					
Subsídios ao investimento		+		4 743 158,69	2 728 891,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		**2 007 981,66**	**1 083 937,00**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			**-402 938,12**	**123 172,00**
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		562 395,26	439 223,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		159 457,14	562 395,26
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período				562 395,26	439 223,25
- Equivalentes a caixa no início do período					
- Variações cambiais de caixa no início do período					
= Saldo da gerência anterior				562 395,26	439 223,25
De execução orçamental				378 716,14	15 236,32
De operações de tesouraria				183 679,12	423 986,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período				159 457,14	562 395,26
- Equivalentes a caixa no fim do período					
- Variações cambiais de caixa no fim do período					
= Saldo para a gerência seguinte				159 457,14	562 395,26
De execução orçamental				74 531,14	378 716,14
De operações de tesouraria				84 926,00	183 679,12

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,

2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade

Designação: Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

Endereço: Rua Escola Comercial e Industrial Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo

Código de Classificação Orgânica: 091037900

09 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1 – MEC – Funcionamento - SFA

03 – Estabelecimentos de Ensino Superior

79 – Institutos Politécnicos

00 – Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

Número Identificação de Pessoa Coletiva: 503761877

O IPVC foi criado em 1980 pelo Decreto-Lei 303/80 de 16 de agosto.

Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior, foram homologados os estatutos do IPVC pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado na II Série do Diário da República n.º 26 de 06 de Fevereiro de 2009.

Estrutura organizacional efetiva

O IPVC tendo em vista a concretização da sua missão bem como a especificidade do contexto social, económico e cultural em que se insere organiza-se internamente da seguinte forma:

a) Unidades de ensino e investigação, adiante designadas por escolas;

b) Unidades de investigação;

c) Unidades funcionais de suporte à sua atividade;

d) Unidades de investigação comuns a outras instituições de ensino superior universitário ou politécnico e ou de investigação;

e) Outras unidades, de natureza das anteriores ou diferentes, que venham a ser criadas para a prossecução dos objetivos do Instituto.

O IPVC constitui um todo único organizado, vertical e horizontalmente, em áreas de ensino/aprendizagem, científicas, de investigação e prestação de serviços, e dispõe ainda de serviços para o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Instituto e de toda a sua estrutura organizativa.

O IPVC integra as seguintes escolas:

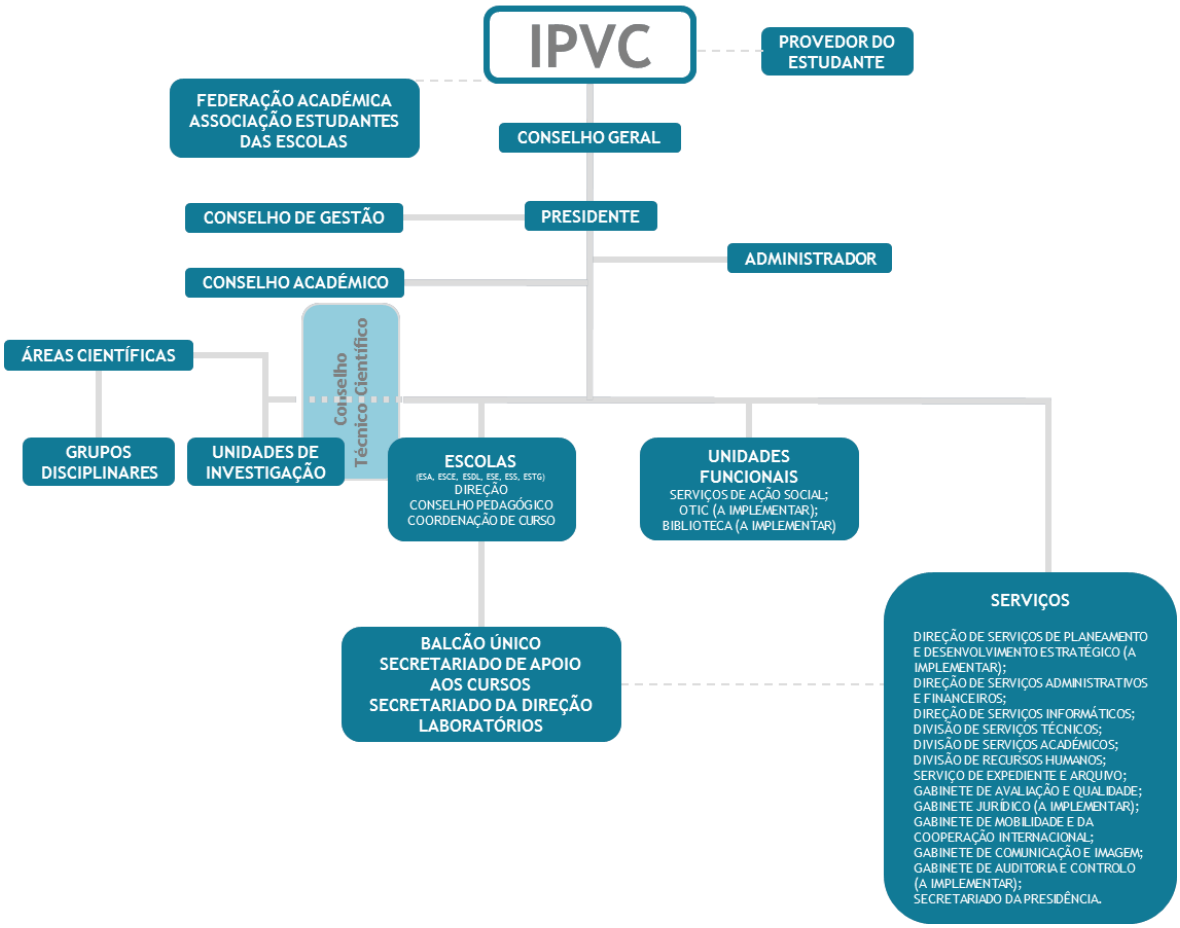
a) Escola Superior de Educação (ESE);
b) Escola Superior Agrária (ESA);
c) Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG);
d) Escola Superior de Enfermagem, que passa a designar -se por Escola Superior de Saúde (ESS);
e) Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE);
d) Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL).

Para suporte à sua atividade o IPVC dispõe das seguintes unidades funcionais:

a) Serviços de ação social (SAS);
b) Biblioteca;
c) Oficina de transferência de tecnologia, de inovação e de conhecimento (OTIC).

| ORGANOGRAMA

Instituto Politécnico de Viana do Castelo



Descrição sumária das atividades

O IPVC é uma instituição ensino superior de direito público, tendo definidas as seguintes atribuições:

a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos deformação pós-graduada e outros, nos termos da lei;

b) A criação do ambiente educativo e de desenvolvimento humano adequado à sua missão;

c) A realização da investigação e o apoio e participação em instituições científicas;

d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;

e) A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;

f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento da região e do país, numa perspetiva de valorização recíproca;

g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;

h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus;

i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura;

j) Apoiar o associativismo estudantil, proporcionar condições de estudo adequadas aos trabalhadores estudantes e estabelecer um quadro de ligação aos seus antigos alunos.

Face ao exposto, o IPVC promove uma formação integral dos estudantes, em conhecimentos, valores e competências incentivadoras da autoaprendizagem e do empreendedorismo. Dispõe de uma oferta formativa e processos de I+D+i diversificados, inovadores e proactivos, que respondem aos desafios contemporâneos. O estudante é a referência central do seu modelo organizacional e dispõe, ainda, de um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano o qual, promovendo as pessoas, integra-as na sua missão. Dispõe de uma estrutura que configura um todo-único, coeso, construído de recursos e competências, organizado por áreas de atividade, e dispõe de um sistema de direção estratégica e de qualidade ágeis, que distribuem recursos de modo orientado e eficiente face aos seus objetivos estratégicos e à sua missão.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

b) Considerando que a adoção do SNC-AP ocorreu pela primeira vez no ano de 2018, a informação comparativa relativa ao ano anterior constante das demonstrações financeiras baseia-

se em SNC-AP, sendo comparável com a do ano em referência, com exceção do referido na nota seguinte;

c) Na prestação de contas de 2018, no que respeita às bases de mensuração dos ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de mensuração dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017, nomeadamente, no que respeita à valorização dos edifícios e terrenos.

Aquando da transição do normativo POC-Educação para SNC-AP, os prédios rústicos e urbanos podiam ser mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor, se não existisse informação fiável e atualizada sobre o seu custo ou o custo depreciado. Apesar desta possibilidade de mensuração, em 2018 não foi possível, em tempo útil, aferir o VPT para todos os prédios afetos à atividade operacional do Instituto, pelo que optou-se por não alterar o critério de mensuração existente relativamente a estes ativos tangíveis.

No decurso de 2019 procedeu-se à regularização desta situação, tendo-se apurado o VPT destes prédios, pelo que os terrenos e edifícios passaram a serem mensurados pelo respetivo VPT, com referência à data de 01/01/2018.

Adicionalmente, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras os prédios rústicos e urbanos afetos à Escola Superior de Ciências Empresarias e Escola Superior de Desporto e Lazer, utilizados pelo IPVC através da cedência gratuita pelos respetivos Municípios. A mensuração destes prédios foi efetuada nos mesmos moldes dos restantes, através do apuramento do VPT com referência à data de transição.

Neste sentido, houve necessidade de se proceder à reexpressão dos comparativos relativamente às seguintes rubricas do balanço - ativos tangíveis, resultados transitados e resultado líquido do período - conforme apresentado no quadro abaixo.

Rubricas Reexpressas	Balanço 2018	Ajustamentos		Balanço Reexpresso 2018	Impacto da Regularização
		Desreconhecimento	Reconhecimento		
Ativos Tangiveis	16 788 247,16	-13 984 428,78	33 357 372,02	36 161 190,40	19 372 943,24
Resultados Transitados	-18 982 073,33	-15 400 870,20	33 777 620,00	-605 323,53	18 376 749,80
Resultado Liquido do Período	-2 163 537,22	1 416 441,42	-420 247,98	-1 167 343,78	996 193,44

Salienta-se ainda que, face ao ano transato, a dívida relativa a alunos não é comparável pois procedeu-se à alteração do procedimento de reconhecimento, tal como referido na nota 14. Relativamente a esta questão, não houve lugar à reexpressão dos comparativos.

e) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2019 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2019	2018
Caixa e Depósitos	**159 457,14**	**562 395,26**
Caixa	**661,08**	**3 405,73**
Depósitos à ordem	**158 796,06**	**558 989,53**
Depósitos à ordem do Tesouro	89 466,00	534 582,78
Conta 1049 - IPVC/OE	1 372,97	323 331,73
Conta 6600 - IPVC/Receitas Próprias	79 104,07	27 213,50
Conta 6620 - ESA/IPVC	8 988,96	0,00
Conta 7703 - IPVC/Projetos		177 897,39
Conta 1120012213 - IPVC - Programa Socrates/Erasmus		6 140,16
Depósitos bancários à Ordem	69 330,06	24 406,75
Conta n.º 0852128707330	54 268,73	16 354,68
Conta n.º 0852083968430	15 061,33	8 052,07

Todos os saldos de Caixa e Depósitos Bancários encontram-se disponíveis para uso.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do IPVC. Neste sentido, estas demonstrações representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no período de 2019 foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, à exceção do critério de mensuração dos edifícios e terrenos, que passaram a ser mensurados pelo VPT nas presentes demonstrações financeiras, conforme já referido anteriormente.

Considerando que esta alteração de critério de mensuração teve subjacente a adoção do SNC-AP pela primeira vez em 2018, procedeu-se à reexpressão dos comparativos para as rubricas do balanço aplicáveis – ativos tangíveis, resultados transitados e resultado líquido do período.

Adicionalmente, e tal como já referido anteriormente, o procedimento relativo à mensuração da dívida de alunos foi alterado face a 2018.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Compensação

A compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflita a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade. Neste sentido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, exceto se o mesmo for exigido ou permitido por uma NCP.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade das estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas em cada item das presentes demonstrações financeiras, encontram-se detalhadas nas notas a seguir apresentadas.

NOTA 3 - Ativos Intangíveis

A Instituição reconhece ativos intangíveis sempre que seja provável que fluirão para si benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado atribuível ao ativo, e desde que seja possível a sua mensuração com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da Instituição encontram-se mensurados pelo custo, o qual inclui o custo de compra (incluindo impostos não dedutíveis) e qualquer outro custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido.

Os ativos intangíveis da Instituição incluem essencialmente: licenças de software (programas de computador e sistemas de informação), desde que não integrados em ativos fixos tangíveis, e cujo período de licença atribuída seja superior a um ano. Estas licenças de software foram amortizadas de acordo com o método da linha reta, tendo sido atribuída a vida útil de 2 anos.

Por outro lado, também integra o ativo intangível da Instituição o registo de uma patente, a qual não tem sido sujeita a amortização.

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos intangíveis.

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2018 e 2019, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RÚBRICAS	*Início período*			*Fim Período*		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 430,49	655,64	774,85	18 972,86	4 647,18	14 325,68
Propriedade industrial e intelectual	773,50	0,00	773,50	773,50	0,00	773,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**2 203,99**	**655,64**	**1 548,35**	**19 746,36**	**4 647,18**	**15 099,18**

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Perdas por imparidade	Amortizações do período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	774,85	17 542,37	0,00	3 991,54	14 325,68
Propriedade industrial e intelectual	773,50	0,00	0,00	0,00	773,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**1 548,35**	**17 542,37**	**0,00**	**3 991,54**	**15 099,18**

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 3.2 A - Ativos intangíveis - adições

RÚBRICAS	*Adições*			
	Internas	Compras	Outras	TOTAL
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	17 542,37	0,00	17 542,37
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**17 542,37**	**0,00**	**17 542,37**

NOTA 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Bases de mensuração

As presentes demonstrações financeiras mensuram os edifícios e terrenos afetos à atividade do IPVC pelo respetivo VPT, apurado no decurso de 2019 mas com referência à data de 01/01/2018, uma vez que esta alteração de critério de mensuração tem subjacente as politicas contabilísticas previstas no SNC-AP, quando aplicado pela primeira vez em 2018. Neste sentido, foram efetuados os ajustamentos de regularização por contrapartida da conta especifica de ajustamentos de transição para SNC-AP.

Indica-se abaixo a metodologia de trabalho adotada no âmbito do apuramento do VPT de todos os edifícios e terrenos do IPVC:

1 – Apuramento do VPT de todos os prédios rústicos e urbanos:

Na fase inicial procedeu-se ao apuramento do VPT de todos os prédios rústicos e urbanos afetos à atividade do IPVC, como grupo público, ou seja, não se diferenciando a atividade desenvolvida pelo IPVC da atividade desenvolvida pelos Serviços de Ação Social deste Instituto. Apresenta-se abaixo a forma de apuramento verificada para os Serviços Centrais e cada uma das unidades orgânicas do IPVC.

- **Serviços Centrais (SC):**

  O edifício dos SC não se encontra titulado em nome do Instituto Politécnico de Viana do Castelo pelo que não foi possível consultar o respetivo VPT através do portal da Autoridade Tributária (AT). Neste sentido, recorreu-se ao simulador disponibilizado pela AT para proceder ao cálculo do respetivo VPT, introduzindo-se as variáveis solicitadas, de forma individualizada para as seguintes áreas – edifício principal, arquivo e garagem, e auditório e centro de produção. O VPT apurado foi reajustado de forma a refletir o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018 e que corresponde ao montante de 603 euros;

- **Escola Superior de Educação (ESE):**

  Através da caderneta predial da ESE, titulada em nome do Ministério da Educação, foi possível consultar o VPT do artigo matricial, tendo o mesmo sido ajustado em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Escola Superior Agrária (ESA):**

  Foram consultados os VPT de todos os prédios rústicos e urbanos disponíveis na AT, tendo os mesmos sido ajustados em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG):**

  Foram consultados os VPT de todos os prédios rústicos e urbanos disponíveis na AT, tendo os mesmos sido ajustados em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Escola Superior de Saúde (ESS):**

  Foi consultado o VPT do prédio urbano disponível na AT, tendo o mesmo sido ajustado em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Escola Superior de Ciências Empresarias (ESCE):**

  O imóvel afeto à ESCE encontra-se titulado em nome do Município de Valença e foi cedido a este Instituto a título de empréstimo gratuito, por um período de 50 anos. Não tendo sido possível consultar o respetivo VPT, recorreu-se ao simulador disponibilizado pela AT para proceder ao cálculo do VPT, introduzindo-se as variáveis solicitadas e reajustando o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL):**

  Relativamente ao imóvel afeto à ESDL, o mesmo foi cedido ao IPVC, a título gratuito, pelo Município de Melgaço e por um período de 50 anos. Tendo este Município remetido a caderneta predial relativamente ao respetivo prédio urbano, procedeu-se à atualização do VPT reajustando apenas o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- **Convento de São Francisco do Monte:**

  Relativamente a este convento, foram consultados todos os artigos matriciais disponíveis no portal da AT, tendo-se apurado os VPT dos prédios urbanos após efetuado o ajustamento do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

2 – Reconhecimento dos ativos no IPVC e nos SAS:

Considerando os critérios de reconhecimento de ativos tangíveis constantes da NCP n.º 5, entendeu-se que os edifícios e terrenos afetos à atividade operacional dos SAS, na medida em que contribuem para o seu potencial de serviço, deveriam ficar contabilizados nas demonstrações financeiras desta entidade, seguindo-se o princípio da substância sob a forma.

Neste sentido, e partindo dos VPT apurados anteriormente, efetuou-se uma distribuição destes VPT de forma proporcional entre IPVC e SAS, em função da área de construção afeta à atividade de cada instituição. Para efeitos de apuramento da área de construção afeta à atividade dos SAS, foram consideradas as áreas dos seguintes espaços – bares, cantinas e residências.

3 – Apuramento da valorização relativa a edifícios e terrenos:

Conforme previsto no classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento - no caso dos prédios urbanos relativos a imóveis, considerou-se que o valor do terreno correspondia a 25% do valor global do VPT, tendo sido os restantes 75% contabilizados em edifícios.

Os prédios rústicos foram contabilizados na totalidade na conta de terrenos, assim como, também ficaram contabilizados como terrenos alguns artigos urbanos que não têm construção associada, como é o caso de diversos artigos alocados à valorização da ESTG.

Apresenta-se no quadro abaixo, a valorização final apurada para os prédios afetos ao IPVC.

VALORIZAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS DO IPVC			
Localização	**VPT**	**Terreno**	**Edificio**
SC	2 889 820,00	722 455,00	2 167 365,00
ESE	2 523 600,00	630 900,00	1 892 700,00
ESA	3 844 530,00	965 840,00	2 878 690,00
ESTG	15 669 180,00	6 074 030,00	9 595 150,00
ESS	4 515 900,00	1 128 980,00	3 386 920,00
ESCE	1 943 040,00	485 760,00	1 457 280,00
ESDL	2 274 460,00	568 620,00	1 705 840,00
Convento	117 090,00	29 360,00	87 730,00
TOTAL	**33 777 620,00**	**10 605 945,00**	**23 171 675,00**

No que respeita às bases de mensuração dos restantes ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de valorização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo detalhado.

Neste âmbito importa salientar que no decurso do ano de 2012 foi efetuado o levantamento físico de todos os bens patrimoniais do IPVC. Face ao desenvolvimento deste trabalho, e considerando o relatório apresentado pela empresa responsável pelo referido trabalho, a valorização dos bens em 2013 (a qual se mantém até à presente data) foi efetuada da seguinte forma:

- Bens identificados fisicamente relativamente aos quais foi possível apurar o correspondente custo de aquisição nos registos contabilísticos: valorização ao custo de aquisição;
- Bens identificados fisicamente mas relativamente aos quais não foi possível aferir o respetivo registo contabilístico: valorização com base no valor de mercado;
- Obras de arte: dada a especificidade inerente a esta tipologia de bens, recorreu-se a peritos especializados para proceder à sua avaliação pelo que se encontram valorizados ao valor de mercado;

Para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2018, e para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta dos bens considerou-se como critério de mensuração o custo de aquisição destes bens.

Método de depreciação usado e vidas úteis/taxas de depreciação

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método da linha reta.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017 continuaram a ser depreciados com base nas taxas de depreciação previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2018 foram depreciados considerando a vida útil de referência definida no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado na Portaria nº 198/2016, de 14 de julho, que aprova as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional.

Esta Portaria estabelece que "(…)os bens duradouros (que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano), não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a (euro) 100 e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62(…)".

Esta contabilização como gasto iria abranger muitas aquisições de bens duradouros que eram anteriormente inventariadas no âmbito da aplicação do POC-Educação, tais como, material de ensino, material informático ou mobiliário. Neste sentido, considerou-se que o controlo destes ativos é relevante, tendo-se optado por continuar a inventariar estes bens, derrogando o exposto nas notas de enquadramento referido no parágrafo anterior e tendo sido seguido o seguinte procedimento de contabilização:

- Contabilização destes bens na classe 4 procedendo-se à sua inventariação;
- Depreciação a 100% no ano da aquisição destes bens.

O efeito contabilístico destes registos nas demostrações financeiras é equivalente ao indicado na nota explicativa da conta 62 e, desta forma, continua-se a garantir o controlo destes ativos através da sua inventariação.

As vidas úteis estimadas para cada classe de ativos, são as seguintes:

	Vida útil estimada (média)
Outros ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	Entre 50 a 100 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 5 a 10 anos
Outros	Entre 4 a 10 anos

Salienta-se que relativamente aos edifícios foram estimadas as seguintes vidas úteis:

- Os edifícios dos SC e da ESA são edifícios centenários, construídos em alvenaria de pedra granítica com pavimento originais também em pedra. As caixilharias dos vãos envidraçados são em madeira envernizada e as coberturas são inclinadas em estrutura de madeira revestida a telha cerâmica, os revestimentos interiores das paredes são estucados e pintados a tinta plástica, e os pavimentos são revestidos a madeira, pedra natural ou material cerâmico. Face a esta caraterização, a vida útil estimada para estes edifícios foi de 100 anos;
- Os edifícios das ESE, ESTG, ESS, ESCE e ESDL são recentes, construídos com estrutura em betão armado e paredes exteriores em alvenaria de tijolo cerâmico ou painéis prefabricados de betão. As caixilharias dos vãos envidraçados são, em regra, em alumínio com vidro duplo. As coberturas são em terraço ou inclinadas revestidas com materiais prefabricados, as paredes revestidas a material cerâmico ou pintadas com tinta plástica, e os pavimentos revestidos a linóleo, madeira, pedra natural e material cerâmico. Face a esta caraterização, a vida útil estimada para estes edifícios foi de 50 anos;

- Dado o estado de ruínas em que se encontra o Convento de São Francisco do Monte, não foi estimada a respetiva vida útil, pelo que não foram registadas depreciações relativamente a este imóvel.

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos fixos tangíveis.

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2018 e 2019, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RÚBRICAS	*Início período*			Início Período - Reajustamento SNC-AP			*Fim Período*		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta Reclassificada	Depreciações Acumuladas Reclassificadas	Quantia Escriturada Reclassificada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural			0,00						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**				**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ativos fixos em concessão			0,00						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**				**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outros ativos fixos tangíveis			0,00						
Terrenos e recursos naturais	5 395 680,44	0,00	5 395 680,44	10 605 945,00	0,00	10 605 945,00	10 605 945,00	0,00	10 605 945,00
Edifícios e outras construções	28 363 595,49	19 821 832,80	8 541 762,69	23 171 675,00	421 201,22	22 750 473,78	23 254 133,14	841 449,20	22 412 683,94
Equipamento básico	9 093 251,91	6 973 582,34	2 119 669,57	9 093 251,91	6 973 582,34	2 119 669,57	11 732 789,91	7 768 413,91	3 964 376,00
Equipamento de transporte	318 889,52	115 524,44	203 365,08	318 889,52	115 524,44	203 365,08	380 220,98	166 544,43	213 676,55
Equipamento administrativo	67 624,76	53 837,50	13 787,26	67 624,76	53 837,50	13 787,26	85 809,71	58 770,09	27 039,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 478 990,08	1 198 776,21	280 213,87	1 478 990,08	1 198 776,21	280 213,87	1 467 247,33	1 200 841,88	266 405,45
Ativos fixos tangíveis em curso	233 768,25	0,00	233 768,25	187 735,84		187 735,84	154 193,24	0,00	154 193,24
	44 951 800,45	**28 163 553,29**	**16 788 247,16**	**44 924 112,11**	**8 762 921,71**	**36 161 190,40**	**47 680 339,31**	**10 036 019,51**	**37 644 319,80**
Total	**44 951 800,45**	**28 163 553,29**	**16 788 247,16**	**44 924 112,11**	**8 762 921,71**	**36 161 190,40**	**47 680 339,31**	**10 036 019,51**	**37 644 319,80**

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada inicial reclassificada - Ajustamento SNC-AP	*Variações*				Quantia escriturada final
			Adições	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Abates/Transferências	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Terrenos e recursos naturais	5 395 680,44	10 605 945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 605 945,00
Edifícios e outras construções	8 541 762,69	22 750 473,78	82 458,14	420 247,98	0,00	0,00	22 412 683,94
Equipamento básico	2 119 669,57	2 119 669,57	2 726 274,90	881 304,26	0,00	-264,21	3 964 376,00
Equipamento de transporte	203 365,08	203 365,08	61 331,46	51 019,99	0,00	0,00	213 676,55
Equipamento administrativo	13 787,26	13 787,26	18 354,95	5 102,59	0,00	0,00	27 039,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	280 213,87	280 213,87	23 872,97	37 681,39	0,00	0,00	266 405,45
Ativos fixos tangíveis em curso	233 768,25	187 735,84	154 193,24	0,00	0,00	-187 735,84	154 193,24
	16 788 247,16	36 161 190,40	3 066 485,66	1 395 356,21	0,00	-188 000,05	37 644 319,80
Total	**16 788 247,16**	**36 161 190,40**	**3 066 485,66**	**1 395 356,21**	**0,00**	**-188 000,05**	**16 788 247,16**

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - adições

RÚBRICAS	*Adições*			Total
	Internas	Compras	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	82 458,14	0,00	82 458,14
Equipamento básico	0,00	2 726 274,90	0,00	2 726 274,90
Equipamento de transporte	0,00	0,00	61 331,46	61 331,46
Equipamento administrativo	0,00	18 354,95	0,00	18 354,95
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	23 872,97	0,00	23 872,97
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	154 193,24	0,00	154 193,24
	0,00	3 005 154,20	61 331,46	3 066 485,66
Total	**0,00**	**3 005 154,20**	**0,00**	**3 066 485,66**

As adições de ativos fixos tangíveis decorreram maioritariamente de processos aquisitivos a título oneroso, ou seja, tiveram como contrapartida um exfluxo de caixa, dos quais se destacam as diversas aquisições de equipamento básico, nomeadamente, decorrente da necessidade de execução de projetos financeiros, com especial enfoque para o projeto relativo ao financiamento de equipamentos para o ensino superior destinados a novos cursos de curta duração - CTESPS.

Por outro lado, também se encontram registados os seguintes ativos financiados com recurso a receitas próprias da instituição, nomeadamente:

- Substituição de caixilharias no total de 11.166,35 euros;
- Remodelação da infraestrutura de rede no total de 16.316,66 euros;
- Estantes para a ESE no total de 7.569,90 euros;
- Substituição de alcatifas em determinados espaços da ESTG no total de 11.473,44 euros;

É de referir ainda que no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, foi formalizado um contrato com o Fundo Ambiental, ao abrigo do qual foram adquiridos três veículos elétricos a título gratuito e por um período de 4 anos, no valor de 61.331,46 euros.

Quadro 5.2 B - Ativos fixos tangíveis - diminuições

RÚBRICAS	*Diminuições*			Total
	Alienação a Título Oneroso	Fusão, Cisão Reestruturação	Abates/ Transferências	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão				0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	-264,21	-264,21
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	-187 735,84	-187 735,84
	0,00	0,00	-188 000,05	-188 000,05
Total	**0,00**	**0,00**	**-188 000,05**	**-188 000,05**

O total do montante refletido em diminuições engloba a transferência de ativos fixos tangíveis em curso para as respetivas contas de ativos fixos tangíveis.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

O montante de 154.193,24 euros relativo a ativos fixos tangíveis em curso encontra-se discriminado no quadro abaixo.

453	**Ativos fixos tangíveis em curso**	**154 193,24**
45307	Equipamento ESA sem uso/não entregue	4 161,04
45308	Empreitada Centro Bem Estar Animal	38 766,67
45311	Obras sistema circulação agua	84 303,93
45312	Módulos de Estacionamento bicicletas	26 961,60

Não existem restrições de titularidade nem ónus associados aos ativos da Instituição.

NOTA 9 – Imparidade de Ativos

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 9 relativamente à Imparidade de Ativos.

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuro estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

A 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido na rubrica de imparidades foi o seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia Bruta Inicial	Aumentos ano	Diminuições ano	Quantia Bruta Final
Clientes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	85 356,36	6 129,77	1 901,56	89 584,57
Utentes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	448 292,79	99 193,81		547 486,60
	Total	**533 649,15**	**105 323,58**	**1 901,56**	**637 071,17**

A imparidade de 2019 relativa a clientes de cobrança duvidosa foi reconhecida para a totalidade dos clientes que possuíam saldos devedores há mais do que um ano económico, ou seja, cuja faturação tinha sido emitida até 31/12/2018.

As diminuições relativas a clientes de cobrança duvidosa no montante de 1.901,56 euros respeitam a recebimentos de clientes verificados em 2019, já reconhecidos em anos anteriores como de cobrança duvidosa.

No âmbito do reconhecimento da imparidade relativa a utentes, a mesma respeita às dívidas dos alunos inscritos na Instituição.

No ano económico de 2019, tal como já ocorreu em 2018, e considerando que os alunos têm efetuados planos de dívida para proceder ao pagamento de propinas, maioritariamente do ano letivo em curso e do ano letivo imediatamente anterior, considerou-se como estando em imparidade a dívida dos alunos relativa aos anos letivos anteriores aos dois últimos anos letivos, ou seja, a dívida relativa aos anos letivos anteriores ao ano letivo 2018/2019.

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Conforme previsto na NCP 13 os rendimentos com contraprestação são reconhecidos quando for provável que fluam para a Instituição benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das Vendas é reconhecido na demonstração dos resultados:

i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

O rendimento das Prestações de Serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviço à data do balanço.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço.

Os rendimentos de transações com contraprestação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, têm a seguinte decomposição, tendo sido mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

		ANO 2019	ANO 2018
71	**Vendas**	**27 868,30**	**19 611,11**
712	Produtos acabados e intermédios		
71201	Produtos agrícolas e pecuários	24 678,08	12 550,31
71205	Material de escritório	1 266,87	573,92
71299	Outros		
712991	Material de limpeza e higiene	1 480,85	6 462,81
712999	Outros	442,5	24,07
72	**Prestações de serviços e onessões**	**429 328,22**	**404 650,34**
7207	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	620,00	1 184,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	10 368,20	8 875,06
7210	Serviços laboratoriais	26 839,22	37 450,59
7211	Aluguer de equipamentos	4 416,00	445,12
7212	Arrendamento	50 381,73	46 155,55
7299	Outros serviços		
729901	Serviços de docência/lecionação		14 552,20
729902	Inscrições em seminários e congressos	16 980,57	5 057,00
729903	Bus Académico	27 684,31	25 047,88
729904	Serviços de biblioteca	229,00	318,00
729905	Inscrições em ações de formação/cursos	165,00	
729906	Parque de estacionamento	1 196,04	828,87
729907	Fotocópias/impressões	927,94	891,43
72999	Outros serviços	289 520,21	263 844,60

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Conforme previsto na NCP 14, em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Existem igualmente outras transações sem contraprestação em que a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos. A determinação da substância de uma transação com ou sem contraprestação requer julgamento.

O rendimento associado a uma transação sem contraprestação, compreende os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela entidade, o qual representa um incremento no património líquido.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo, ou seja, o rendimento compreende influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela Instituição que relata.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela Instituição.

A Instituição reconhece um ativo relativo a impostos quando um acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação relativos ao exercício de 2019 respeitam a impostos, contribuições e taxas, transferências correntes e subsídios.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no exercício, em 31 de dezembro de 2019, têm a seguinte decomposição na demonstração dos resultados:

Impostos, contribuições e taxas

70	Impostos, contribuições e taxas	ANO 2019	ANO 2018
		4 010 448,62 €	4 052 664,19 €
704120	Emolumentos	228 492,60	219 621,48
704122	*Propinas*		
7041221	Formação Inicial	2 738 936,44	2 648 036,52
7041222	Mestrados	552 250,85	606 935,13
7041223	CTESPS	365 084,12	405 209,34
7041224	Pós-graduações	63 381,03	90 801,69
7041229	Outras propinas	53 470,81	70 091,99
7044	*Multas e outras penalidades*		
70441	Juros de mora	7 993,79	9 426,54
70449	Outras multas e penalidades	838,98	2 541,50

Dos montantes acima apresentados a rubrica que apresenta maior destaque é a de rendimentos de propinas de formação inicial.

No âmbito deste tipo de rendimento salienta-se que a dívida de alunos, à data do fecho contabilístico, ascende a 3.249.756,90 euros, discriminada por ano letivo conforme apresentado no quadro abaixo.

	Taxas, multas e outras penalidades			
	ANO 2019			ANO 2018
Ano Letivo	**Faturação emitida até 31/12/2019**	**Dívida não faturada até 31/12/2019**	**Dívida Total**	**Faturação emitida até 31/12/2018**
Ano letivo 2007/08	562,5		562,5	562,50
Ano letivo 2008/09	22,00		22,00	22,00
Ano letivo 2009/10	1 373,75		1 373,75	1 373,75
Ano letivo 2010/11	10 633,86		10 633,86	10 633,86
Ano letivo 2011/12	10 678,96		10 678,96	10 691,15
Ano letivo 2012/13	4 272,08		4 272,08	4 272,08
Ano letivo 2013/14	85 303,77		85 303,77	87 462,84
Ano letivo 2014/15	91 875,67		91 875,67	96 614,84
Ano letivo 2015/16	112 649,58		112 649,58	117 178,39
Ano letivo 2016/17	110 075,22		110 075,22	119 488,38
Ano letivo 2017/18	120 039,21		120 039,21	153 206,82
Ano letivo 2018/19	140 525,15		140 525,15	392 137,09
Ano letivo 2019/20	445 693,27	2 116 051,88	2 561 745,15	
TOTAL DIVÍDA 31/12/2019	**1 133 705,02**	**2 116 051,88**	**3 249 756,90**	**993 636,70**

Do total da dívida referida, encontra-se reconhecido como dívida de cobrança duvidosa o montante de 547.486,60 euros, que corresponde à dívida acumulada até ao ano letivo de 2017/18.

Salienta-se que, face ao ano transato, ocorreu uma alteração de procedimento no que concerne ao reconhecimento da dívida de alunos. Nos anos transatos o saldo relativo a dívida de alunos apenas contemplava a faturação emitida e não liquidada. No entanto, face ao exposto no manual de implementação do SNC-AP, foi entendido que o Instituto deveria reconhecer, no montante da matrícula, o montante global do direito a receber por parte do aluno, independentemente da data de vencimento acordada com o mesmo para efeitos de pagamento. Neste sentido, em 2019 foi reconhecida a dívida de alunos de 2.116.051,88 euros, ainda não faturada à data do fecho contabilístico, mas que será devida no período que decorre entre janeiro e junho de 2020.

Transferências e subsídios correntes

As transferências e subsídios correntes respeitam maioritariamente às transferências do Orçamento do Estado no montante de 12.935.393 euros. As restantes transferências respeitam a rendimentos de projetos cofinanciados e transferências efetuadas pelas autarquias locais para efeitos de financiamento de atividades desenvolvidas pelo IPVC, incluindo o serviço relativo ao Bus Académico.

	ANO 2019	ANO 2018
Transferências e subsídios correntes obtidos	**16 311 372,45**	**14 387 272,35**
Transferências MCTES	12 935 393,00	13 154 780,00
Serviços e Fundos Autónomos		
Transferênicas do IFAP	12 002,78	9 505,06
Segurança Social		
Financiamento comunitário em projetos co-financiados	1 551 815,45	279 193,17
Resto do Mundo		
União Europeia - Instituições	1 770 828,77	906 610,68
Administração Local	41 332,45	37 183,44

O montante de 1.551.815,45 euros refletido na conta Segurança Social – Financiamento comunitário em projetos cofinanciados respeita exclusivamente ao rédito reconhecido relativamente ao financiamento dos CTESPS. Este rendimento foi apurado com base no valor das execuções apresentadas e aprovadas ao respetivo programa financiador, ou seja, não foi considerado o valor das execuções apresentadas mas ainda não validadas ao programa financiador. Este procedimento tem subjacente o princípio da prudência, conjugando a materialidade do montante de financiamento e um conjunto de variáveis suscetíveis de análise por parte das entidades financiadoras que geram, de certa forma, uma certa incerteza relativamente ao montante a aprovar por estas entidades.

Ressalva-se ainda que, aquele montante de 1.551.815,45 euros, corresponde a rendimento do ano de 2019 e de anos anteriores, uma vez que a aprovação de parte da despesa de anos anteriores só ocorreu no decurso de 2019 ou no início do corrente ano, não tendo sido possível reconhecer este rédito nas demonstrações financeiras de anos anteriores.

No quadro abaixo, é possível verificar que a despesa apresentada e aprovada relativamente a 2019 ascendeu a 743.032,60 euros, apesar de já ter sido apresentado ao programa financiador

relativamente a 2019, e após aplicação do fator do financiamento de 85%, o montante de 1.899.072,03 euros.

Designação do Projeto CTESPS	Despesa Apresentada Financiada			Despesa Aprovada Financiada		
	2019	De anos Anteriores	Total	2019	De anos Anteriores	Total
POCH-02-5368-FSE-000056		503 533,51	503 533,51	0,00	374 970,09	374 970,09
POCH - 000026_010801094		204 759,24	204 759,24	0,00	183 076,23	183 076,23
POCH-02-5368-FSE-000078	182 889,69	292 454,15	475 343,84	0,00	254 519,47	254 519,47
NORTE 2020 -08-5368-FSE - 000005		785 181,79	785 181,79	0,00	397 794,89	397 794,89
NORTE 2020 - 000015		1 083 209,04	1 083 209,04	0,00	522 924,02	522 924,02
NORTE-08-5368-FSE-000029	288 977,86	529 636,47	818 614,33	0,00	442 738,37	442 738,37
NORTE-08-5368-FSE-000036	744 375,43	841 954,41	1 586 329,84	743 032,60	841 954,41	1 584 987,01
Norte-08-5368-FSE-000052	682 829,06		682 829,06	0,00	0,00	0,00
Total	**1 899 072,03**	**4 240 728,62**	**6 139 800,65**	**743 032,60**	**3 017 977,48**	**3 761 010,08**

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. As provisões devem ser revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial no serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Um passivo contingente deve ser divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

Em 2019 não foram constituídas nem reforçadas provisões, tendo sido utilizada a provisão constituída em 2018 pelo montante de 17.000 euros aquando do pagamento devido resultante de um acordo entre as partes no âmbito do processo judicial 1084/18.0T8VCT, do autor Silva Sousa.

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	17 000,00					-17 000,00				**0,00**
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
TOTAL	**17 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-17 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

No seguimento da circularização efetuada ao advogado Pedro Nuno Rodrigues, divulga-se a seguir o valor indicado por este advogado relativamente aos processos judiciais identificados e que ainda se encontram em curso:

Processos Judiciais	Entidade	Valor Processo	Descrição	Interações do órgão de gestão relativamente ao desfecho
Processo 113/05.2BEBRG-A	João Carlos de Castro Abrantes	0,00	Execuçao de acordão - convocatória para reuniões de conselho cinentífico	Aguarda marcação de julgamento - não existe valor em causa
Processo 2841/12.7BEPRT-A	Sofia Raquel da Silva Dias	0,00	Execução da sentença de anulação do ato do presidente que fez cessar o contrato de trabalho	Aguarda sentença - não existe valor em causa
Processo 1137/13.1BEBRG	ABB Alexandre Barbosa Borges	852 906,03	Devolução de maquinaria e indemnização pelos prejuízos causados e pelo enriquecimento sem causa	Não é nada provavél que o pedido seja julgado procedente. Aguardamos informação atualizada.
Processo 1875/14.1BELSBB	SNESUP	0,00	Anulação do ato de homologação do regulamento concursal para contratação de pessoal docente	Aguarda sentença - não existe valor em causa
Processo 219/17.5BEBRG	Rute Maria dos Santos Penaforte	4 592,00	Impugnação da decisão de indeferimento do pedido de bolsa de estudos	Aguarda sentença.
Processo 267/17.5BEBRG	João Miguel Ferreira Moura Alves	8 478,82	Impugnação do ato de homologação da aprovação do contrato de candidato seriado em primeiro lugar em processi de recrutamento e condenação a prática de ato devido.	Aguarda prolação de sentença. **Parecer quanto à estimativa final de responsabilidade - não previsível**
Processo 378/17.5BEPRT	André da Costa Barros	33 337,81	Pedido de indemnização por cessação do contrato de trabalho subordinado	Foi realizada audiência preliminar e o processo aguarda que seja proferido despacho saneador. **Parecer quanto à estimativa final de responsabilidade - não previsível**
Processo n.º 2183/18.4 BERG	Alexandra Nascimento Lima Barbosa	0,00	Suspensão da eficácia do acto praticado pelo IPVC de exclusão da candidatura da autora à proposta de contratação publicitada pelo Edital n.º 201819-CPS-F e admissão provisória da autora ao referido processo.	Foi apresentada contestação - aguarda agendamento de audiência preliminar ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações. **Parecer quanto à estimativa final de responsabilidade - não previsível**
Processo n.º 1479/19.2 BERG	Euromex - Companhia de limpezas, Lda	0,00	Declaração de nulidade do acto de adjudicação e do contrato referentes ao concurso público adotado pelo IPVC para a formação do contrato de aquisição de serviços de limpeza.	Foi apresentada contestação - aguarda agendamento de audiência preliminar ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações. Não é previsível que em 2020 exista decisão definita/transito em julgado (ao menos em sentido desfavorável ao IPVC). **Parecer quanto à estimativa final de responsabilidade - não previsível**
Processo n.º 3313/19.4 BERG	António João de Melo Martins de Araújo	0,00	Anulação do acto que determinou a exclusão do autor do concurso documental objeto dos autos e condenação do IPVC à prática do acto devido de admissão do autor ao referido concurso.	Foi apresentada contestação - aguarda agendamento de audiência preliminar ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações. **Parecer quanto à estimativa final de responsabilidade - não previsível**

NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 22/06/2019 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Conforme a NCP 18, a Instituição deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a Instituição se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

i. Dinheiro;
ii. Um instrumento de capital próprio de uma outra Instituição;
iii. Um direito contratual;
iv. De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Instituição;
v. De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a Instituição;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

i. Uma obrigação contratual;
ii. Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade;
iii. Para trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis; ou
iv. Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade

A Instituição reconhece inicialmente os seus ativos e passivos financeiros, pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, a Instituição mensura, em cada data de relato, todos os ativos e passivos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em cada data de relato, a Instituição avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A Instituição desreconhece um ativo financeiro apenas quando:

i. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;

ii. A Instituição transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro;

A Instituição desreconhece um passivo financeiro apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permaneceram na posse da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2019 as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

A) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

O montante global de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 9.447.588,84 euros. Este saldo traduz, essencialmente, o montante global dos financiamentos aprovados relativos a projetos, deduzidos dos respetivos montantes já recebidos. Apresenta-se no quadro abaixo a discriminação deste saldo por projeto.

Conta	Designação do Projeto	ANO 2019	ANO 2018
20120001	TREASURE	0,00	11 550,19
20120002	Global Schools	0,00	27 609,24
20120003	Projeto PARRA (IFDR)	91 575,35	91 575,35
20120004	Desktop Unificado (SAMA)	1 718,65	1 718,65
20120005	Projeto COCOON (PTDC - 3438 e POCI - 016611)	23 528,35	47 742,81
20120009	Proj. nº 017626: PIGS+CARE	115 439,29	137 355,73
20120010	Proj. 017634 - Dem@Biofumados	6 527,18	61 133,17
20120011	Proj. 008465 - Ampliação do Complexo Zootécnico	6 248,70	6 248,70
20120012	POCH-02-5368-FSE-000026 - CTESP iniciado 2015/2016	0,00	85 047,93
20120013	IRUDESCA (Erasmus +)	0,00	7 615,80
20120014	Norte 2020 -08-5368-FSE - 000005 -CTESPS 2015/2016	76 112,75	219 767,67
20120015	Projeto RedValue	30 664,57	58 421,74
20120016	Projeto U-BIKE	82 227,36	96 358,70
20120017	Projeto EMER-N	3 546,53	7 062,93
20120019	Projeto WAW	31 585,51	35 573,52
20120020	Projeto PIN Poli-Entrepreneurship	21 840,01	21 840,01

Conta	Designação do Projeto	ANO 2019	ANO 2018
20120021	Projeto Internacionalização ESP	27 731,15	27 731,15
20120022	Projeto +AGRO	65 755,02	84 817,37
20120024	Projeto Revitagri-P	195 862,61	314 392,98
20120025	Projeto TERR@ENO	126 023,74	161 280,22
20120026	Projeto ATIVAR	319 472,20	428 270,15
20120027	Projeto PORBIOTA	192 227,49	192 227,49
20120028	POCH-02-5368-FSE-000056 - CTESP 2016/2017	0,00	372 959,57
20120029	Projeto TERR@ALVA	32 995,26	71 912,71
20120030	Projeto NMSPCAM - FCT	18 984,95	72 589,09
20120031	Projeto AgeNortC - FCT	21 537,26	50 440,36
20120032	Projeto RnMonitor - FCT	14 028,68	40 685,33
20120033	Projeto SMOB - FCT	60 034,24	96 591,82
20120034	Projeto INCOME - Agência Nac. Erasmus + Educação e Formação	22 661,80	69 519,00
20120035	Projeto CompetiTUR	20 481,62	59 408,27
20120036	Projeto Gmove	5 153,96	5 153,96
20120037	Projeto ACCESS4All	6 402,40	6 402,40
20120038	Projeto The Route	14 180,51	14 180,51
20120039	Projeto Casa Avó	506,74	8 614,59
20120040	Projeto DeCodE	12 992,17	12 992,17
20120041	Projeto Maintenance4.0	1 239,27	11 445,25
20120042	Projeto SAFECARE	9 219,92	9 219,92
20120043	Projeto CIMO 2017	0,00	8 000,00
20120044	Municipio de Viana do Castelo - FAMI 079	4 045,51	4 045,51
20120045	Municipio de Viana do Castelo - FAMI 2018/20	18 685,97	18 685,97
20120046	SAMA-UTAD-Prpjeto BeQA@HE POCI-05-5762-FSE-000081	172 059,88	172 059,88
20120047	Erasmus+: IN COMMON SPORTS	9 345,00	18 690,00
20120048	PDR - ClimCast	14 368,24	14 368,24
20120049	FCT - UNIAG	3 426,37	13 409,28
20120050	Projeto GET UP AND GOALS	137 423,58	206 420,51
20120052	NORTE 2020 - 000015 - CTESP 2016/2017	260 201,57	728 207,74
20120053	MAR2020 - Ranicultura	256 451,27	516 371,57
20120054	Projeto PDR - FTA+siv	31 743,20	31 743,20
20120055	Projeto PDR - Acontece In Loco	25 427,03	29 125,94
20120056	Projeto PDR - BioPest	24 800,81	24 800,81
20120057	Projeto NORTE - 08-5674-FEDER- 000004 - Equip. CTESPS	813 775,05	2 474 229,01
20120058	Projeto MobFood	73 162,98	80 584,06
20120059	Projeto POCTEP - BIOMASSA	85 388,50	127 948,92
20120060	Projeto POCTEP - ECODESTIN	44 194,48	69 568,98
20120061	Projeto POCTEP - INTERNOVAMARKET-FOOD	135 498,51	159 617,63
20120062	Projeto POCTEP - NUTRIAGE	114 628,53	114 628,53
20120063	Projeto VALORMAR	202 355,88	240 467,52
20120064	Projeto RICEPLUS - POCI-01-0247-FEDER-033389	114 608,21	121 180,50
20120065	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	93 047,64	119 144,53
20120066	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	48 492,15	48 492,15
20120067	Erasmus + Projeto RURASL KA2018 2377.	82 453,20	0,00
20120068	POCH-02-5368-FSE-000078 –(Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	268 987,03	513 049,80
20120069	NORTE-08-5368-FSE-000029 (Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	730 381,96	906 863,45
20120071	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	25 279,04	25 279,04
20120072	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	97 870,91	117 240,49
20120073	SAMA - SMAC FEDER 035482	310 644,00	419 604,84
20120074	NexGenBS FEDER 0375543	144 444,95	144 444,95
20120075	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	24 160,93	24 160,93
20120078	CIMO 2019	239,45	
20120080	Forvalue	73 917,03	
20120082	ECOSAN – Fundo Ambiental - Projeto n.º 58	134,40	
20120084	MCFire FCT _ PCIF/MPG/0108/2017	28 522,25	
20120085	Escolas Transformadoras – coordenação da Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	11 520,00	
20120086	Internacionalização - H2020 - IDEIIA	132 616,90	

Conta	Designação do Projeto	ANO 2019	ANO 2018
20120089	NORTE-08-5368-FSE-000036	1 573 875,09	
20120090	ERASMUS - Projeto MASCE (Ana Barbosa)	22 994,40	
20120091	Projeto Beyond Scale EPPKA3	23 051,70	
20120092	INICIA	24 033,80	
20120095	Norte-08-5368-FSE-000052	1 530 826,20	
20922	Outros credores - Docentes Erasmus		2 550,00
	TOTAL	**9 447 588,84**	**10 522 440,43**

B) Clientes, contribuintes e utentes

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de clientes, contribuintes e utentes à data de 31 de dezembro de 2019:

Clientes, Contribuintes e Utentes		ANO 2019	ANO 2018
		2 842 474,96	**720 715,65**
211	Clientes c/c	120 097,11	157 755,39
214	Utentes	2 722 377,85	562 960,26

A dívida de clientes, contribuintes e utentes respeita a:

- Faturação que se encontra em dívida relativa a vendas e prestações de serviço no montante de 120.097,11 euros;
- Direito a receber de alunos relativamente a taxas (propinas, emolumentos, multas e outras penalidades) dos anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020 pelo montante global de 2.722.377,85 euros.

Ressalva-se que, face ao ano anterior, ocorreu uma alteração de reconhecimento relativamente à dívida de alunos, o que inviabiliza a análise comparativa face aos montantes refletidos no ano transato.

No ano de 2018, o saldo devedor da conta de utentes refletia o montante devido pelos alunos até à data de 31 de dezembro de 2018, ou seja, consubstanciava o total da faturação emitida a estes alunos que se encontrava vencida e por liquidar.

No decurso de 2019, e considerando o exposto no manual de implementação do SNC-AP, reconheceu-se que o direito a receber de alunos ocorre no momento da sua efetiva matrícula na Instituição, pelo que a partir desse momento deve ficar refletido nesta conta o montante global

que será devido pelo aluno, independentemente da data em que se vencem as respetivas prestações de propinas.

Conforme referido na nota 9 relativa a imparidades, o total das imparidades acumuladas foi a seguinte:

- Clientes - no montante de 89.584,57 euros;
- Utentes - no montante de 547.486,60 euros.

C) Outras contas a receber

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a receber à data de 31 de dezembro de 2019:

Outras Contas a Receber		ANO 2019	ANO 2018
		28 179,08	**23 414,55**
221	Fornecedores c/c	695,88	
2711	Fornecedores de investimentos-contas gerais c/c	12,72	
272191	Propinas	8 333,24	13 310,51
272199	Outros acréscimos de rendimentos	18 003,78	7 202,80
225	Fornecededores em receção e conferência		38,85
2772	Entregues a terceiros	199,58	199,58
221	Fornecedores saldos devedores		672,74
2789111	Serviços de Ação Social	933,88	1 927,35
278919	Outros devedores-Outros		50,00
278929	Fornecedores investimento saldos devedores		12,72

D) Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos

O montante global de credores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 269.024,04 euros. Este montante traduz, essencialmente, o financiamento relativo aos projetos financiados pelo Programa Erasmus e cuja identificação se indica abaixo.

Conta	Designação do Projeto	ANO 2019	ANO 2018
20120023	Erasmus + (KA103 - 035270) - Ano letivo 2017/2018	0,00	15 434
20120051	Projeto 2017-1-PT01-KA103-035354 - Erasmus Ano letivo 2017/2018	28 848,04	36 619,48
20120067	Erasmus + Projeto RURASL KA2018 2377.	0,00	54 968,80
20120079	Erasmus - Ano letivo 2018/2019 -2018-1-PT01-KA103-046767	0,00	88 347,60
20120081	Erasmus Concorcio 2018/19 - Projeto 2018-I-PT01-KA103-046931	60 936,60	92 950
20120082	ECOSAN – Fundo Ambiental - Projeto n.º 58	0,00	34 270,60
20120083	Erasmus + Projeto 2019-1-PT01-KA103-060109 - 2019/2020	75 894,40	0,00
20120094	Erasmus Consórcio 2019-I-PT01-KA103-060334	103 345,00	0,00
20921	Outros credores - Alunos Erasmus	0	424,8
	TOTAL	**269 024,04**	**323 015,28**

E) Estado e outros entes públicos

A dívida ao Estado e outros entes públicos ascendeu a 597.512,41 euros, existindo um saldo devedor a favor do IPVC de 619,66 euros. O saldo devedor resulta da emissão de reposições abatidas aos pagamentos com descontos relativos à ADSE, assim como, ao montante de IVA que ainda é possível recuperar junto do Estado.

A discriminação da dívida ao Estado encontra-se indicada no quadro abaixo e respeita exclusivamente a descontos de vencimentos e retenções na fonte de trabalhadores independentes do mês de dezembro a pagar no mês de janeiro de 2020.

Neste sentido, o IPVC não possui dívidas em mora ao Estado ou a outras instituições públicas (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE) relativamente a descontos e retenções efetuados no âmbito do processamento de remunerações.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas rubricas de Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2019:

Estado e Outros Entes Públicos		ANO 2019	ANO 2018
Conta	**Passivo corrente**	**597 512,41**	**547 998,54**
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		
2421	De trabalho dependente	226 431,00	208 583,00
2422	De trabalho independente	10 170,09	2 438,57
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
2436	IVA a pagar	23 294,21	21 973,84
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de		
2451	Sistemas de proteção social		
24511	Parte do trabalhador		
245111	CGA	79 535,34	76 595,43
245112	Segurança Social - Regime Geral	27 174,01	22 973,07
24512	Parte patronal		
245121	CGA	172 237,10	165 824,18
245122	Segurança Social - Regime Geral	58 670,66	49 600,45
245123	Segurança Social - Trabalhadores Independentes		
Conta	**Ativo corrente**	**619,66**	**20,30**
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
2432	IVA Dedutível	24,18	
2434	IVA Regularizações	567,64	
2452	Subsistemas de saúde		
24521	Parte do trabalhador		
245211	ADSE	27,84	20,30

F) Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos reconhecido relativamente ao subsídio de férias previsional a pagar em 2020 (e respetivos encargos) e férias vencidas a 01/01/2020, no montante de 2.261.103,12 euros.

Encontra-se também refletido o montante de 423.786,24 euros, incluído na conta de outros credores, devido a diversas entidades parceiras de projetos financiados. Nestes projetos o IPVC é a entidade coordenadora dos mesmos e, como tal, fica responsável por transferir para os seus parceiros as verbas recebidas das entidades financiadoras.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a pagar à data de 31 de dezembro de 2019:

Outras Contas a Pagar		ANO 2019	ANO 2018
		2 828 930,45	**2 432 705,94**
208	Outros devedores e credores por transferências e subsídios	2 475,00	0,00
211	Clientes c/c	0,00	17 616,35
2141	Utentes - Taxas	20 107,55	
231	Remunerações a pagar	37 767,66	26 484,98
2382	Outras operações - com o pessoal	80,20	6 740,10
27221	Remunerações a Liquidar	2 261 103,12	2 134 185,18
27229	Outros acréscimos de gastos	51 437,36	52 953,14
2771	Cauções - Recebidas de terceiros	3 164,19	1 150,75
2785	Sindicatos	1 535,77	0,00
27892	Outros credores	451 259,60	193 575,44

G) Diferimentos (Ativo e Passivo)

Os diferimentos refletidos no ativo no montante de 75.953,29 euros respeitam, essencialmente, a diversos gastos de funcionamento da Instituição que deverão ser reconhecidos em períodos posteriores e que foram pagos antecipadamente, como é o caso de seguros e licenças de software. O montante de 2.136,04 encontra-se refletido na rúbrica do balanço – outros ativos financeiros – uma vez que correspondem a gastos a reconhecer a mais de 12 meses.

Os diferimentos refletidos no passivo englobam os gastos a reconhecer relativamente a projetos cofinanciados no total de 7.396.865,38 euros, assim como, o rendimentos a reconhecer na área de propinas no total de 2.411.148,75 euros.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na rubrica de diferimentos - passivo à data de 31 de dezembro de 2019:

		ANO 2019	ANO 2018
DIFERIMENTOS PASSIVO		**9 808 014,13**	**9 600 578,17**
2821	Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	6 966 238,66	6 927 682,44
2822	Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	430 626,72	2 400 845,27
28231	Propinas	2 411 148,75	272 050,46

Salienta-se que, o montante relativo ao diferimento de propinas não é comparável com o do ano anterior uma vez que, tal como já referido anteriormente, ocorreu uma alteração de procedimento no âmbito do reconhecimento da dívida de propinas por parte de alunos, que passou a ser reconhecida no momento do ato da matrícula.

Adicionalmente, apresentamos abaixo um detalhe por cada rubrica do quadro acima apresentado, relativamente a transferência e subsídios de capital e subsídios correntes obtidos com condições:

Gastos a reconhecer no âmbito da execução financeira de projetos cofinanciados relativos a despesas correntes

		ANO 2019	ANO 2018
2821	**Transferências e subsídios correntes obtidos com condições**	**6 966 238,66**	**6 927 682,44**
2821002	Projeto Treasure	31 886,55	31 886,55
2821003	Projeto Global Schools	0,00	0,41
2821005	Projeto PARRA (IFDR)	88 185,78	88 185,78
2821008	Projeto COCOON	0,00	37 076,61
2821009	Projeto Redvalue	0,00	25 002,30
2821010	Proj. nº 016159: PIGS+CARE	30 040,39	93 763,44
2821011	Projeto U-BIKE	94 477,55	94 477,55
2821012	Projeto EMER-N	0,00	48,97
2821014	Projeto WAW	0,00	3 988,01
2821015	Projeto PIN Poli-Entrepreneurship	21 840,01	21 840,01
2821016	Projeto Internacionalização ESP	9 701,41	9 701,41
2821017	Projeto + AGRO	0,00	101 347,48
2821019	Proj. 017634 - Dem@Biofumados	0,00	11 452,94
2821020	POCH - CTESPS 2015/2016 - 5368 - FSE - 000026	0,00	52 180,83
2821021	Norte 2020 - CTESPS 2015/2016 - 5368 - FSE - 000005	558 335,50	129 444,46
2821022	Projeto AgeNortC - FCT	26 705,31	42 697,45
2821023	Projeto SMOB - POCI-01-0145-FEDER-024043	61 083,25	94 476,76
2821024	Projeto RnMonitor - POCI-01-0145-FEDER-023997	32 737,05	47 284,49
2821025	Projeto Gmove	0,00	6 063,49
2821026	Projeto ACCESS4All	6 227,72	6 402,40
2821027	Projeto The Route	11 746,57	16 682,95
2821028	Projeto Casa Avó	0,00	10 134,81
2821029	Projeto DeCodE	11 901,91	15 284,91
2821030	Projeto Maintenance4.0	1 116,42	13 465,00
2821031	Projeto SAFECARE	10 846,96	10 846,96
2821032	Projeto CIMO 2017	0,00	1 180,10
2821033	Projeto ATIVAR	172 647,62	452 649,23
2821034	Municipio de Viana do Castelo - Projeto FAMI 079	1 717,16	1 717,16
2821035	Municipio de Viana do Castelo - Projeto FAMI 2018/20	18 685,97	18 685,97
2821036	SAMA-UTAD	70 055,40	212 169,16
2821037	Erasmus+: IN COMMON SPORTS	31 150,00	31 150,00
2821038	PDR - ClimCast	11 628,66	12 815,54
2821039	FCT - UNIAG	2 492,44	13 409,28
2821040	Projeto GET UP AND GOALS	133 353,65	231 573,03

2821	Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	ANO 2019	ANO 2018
2821042	2017-1-PT01-KA103-035354 - Erasmus Consórcio Ano letivo 2017/2018	0,00	4 540,97
2821043	POCH-02-5368-FSE-000056 - CTESP 2016/2017	0,00	223 618,94
2821044	NORTE 2020 - 000015 - CTESP 2016/2017	333 790,98	373 571,61
2821045	MAR2020 - Ranicultura	256 451,29	516 371,57
2821046	Projeto INCOME	115 865,00	115 865,00
2821047	Projeto PDR - FTA+siv	27 182,11	30 515,76
2821048	Projeto PDR - Acontece In Loco	3 981,19	22 485,12
2821049	Projeto PDR - BioPest	15 745,87	23 883,37
2821050	Projeto NMSPCAM - FCT	0,00	9 554,71
2821051	Projeto TERR@ALVA	1 905,31	51 888,90
2821052	Projeto PORBIOTA	226 150,00	226 150,00
2821053	Projeto MobFood	46 897,79	76 087,62
2821054	Projeto Competitur	0,00	12 441,77
2821055	Projeto Revitagri	168 876,13	310 273,84
2821056	Projeto POCTEP - BIOMASSA	41 286,81	59 820,29
2821057	Projeto POCTEP - ECODESTIN	15 908,32	28 177,12
2821058	Projeto POCTEP - INTERNOVAMARKET-FOOD	41 781,67	83 889,99
2821059	Projeto POCTEP - NUTRIAGE	57 279,10	57 279,10
2821060	Projeto VALORMAR	169 007,50	282 902,97
2821061	Projeto Terr@eno	97 138,84	183 541,17
2821062	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	21 605,69	19 091,73
2821063	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	123 889,85	171 123,25
2821064	Projeto RICEPLUS - POCI-01-0247-FEDER-033389	68 126,23	100 680,19
2821065	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	56 829,80	67 474,50
2821066	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	69 354,35	106 843,88
2821067	SAMA - SMAC FEDER 035482	190 831,34	269 185,62
2821068	NexGenBS FEDER 0375543	125 011,40	169 935,23
2821069	NORTE-08-5368-FSE-000029 (Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	562 234,85	854 552,50
2821070	POCH-02-5368-FSE-000078 –(Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	318 720,53	476 155,12
2821071	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	15 513,15	22 514,96
2821072	Erasmus Concorcio APNOR 2018/19 - Projeto 046931	9 609,72	24 933,33
2821073	Erasmus 2018/19 - 2018-1-PT01-KA103-046767	0,00	13 246,87
2821074	Escolas Transformadoras – coordenação da Fundação Gonçalo da	19 200,00	0,00
2821075	Internacionalização - H2020 - IDEIIA	132 616,90	0,00
2821078	Forvalue	73 917,03	0,00
2821079	INICIA	46 136,00	0,00
2821081	Erasmus + Projeto RURASL KA2018 2377	137 422,00	0,00
2821082	Ecosan-Fundo Ambiental	34 405,00	0,00
2821083	CIMO 2019	239,45	0,00
2821084	PCIF/MPG/0108/2017 – MCFire	33 556,25	0,00
2821085	Erasmus Consórcio 2019-I-PT01-KA103-060334	17 681,94	0,00
2821086	Projeto Beyond Scale EPPKA3	38 419,50	0,00
2821089	Erasmus + Projeto 2019-1-PT01-KA103-060109 - 2019/2020	25 075,00	0,00
2821090	ERASMUS - Projeto MASCE (Ana Barbosa)	38 324,00	0,00
2821091	NORTE-08-5368-FSE-000036	218 881,29	0,00
2821092	Norte-08-5368-FSE-000052	1 530 826,20	0,00

Gastos a reconhecer no âmbito da execução financeira de projetos cofinanciados relativos a despesas de investimento:

		ANO 2019	ANO 2018
2822	**Transferências e subsídios de capital obtidos com condições**	**430 626,72**	**2 391 770,76**
28221013	Projeto Treasure	5 676,94	11 379,47
28221020	Projeto COCOON (PTDC - 3438 e POCI - 016611)	0,00	744,49
28221021	Projeto Redvalue	8 374,20	0,00
28221027	Projeto NORTE - 08-5674-FEDER- 000004 - Equip. CTESPS	311 371,49	2 210 537,30
28221028	Projeto NMSPCAM - FCT	2 561,15	3 136,50
28221030	Projeto Competitur	0,00	2 522,52
28221033	Projeto MobFood	2 015,66	2 015,66
28221034	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	0,00	4 122,63
28221035	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	0,00	2 856,00
28221037	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	0,00	1 800,00
28221038	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	0,00	10 396,61
28221039	SAMA - SMAC FEDER 035482	99 712,41	150 419,22
28221040	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	914,87	914,87

H) Fornecedores e Fornecedores de investimento

A rubrica de fornecedores apresentava em 31 de dezembro de 2019 um saldo de 1.071.096,87 euros, enquanto a rubrica de fornecedores de investimento apresentava um saldo de 467.691,03 euros.

Salienta-se que a maioria da dívida a fornecedores de investimento respeita a aquisições de equipamentos para os cursos CTESPS, cujo financiamento por parte das entidades financiadoras não tinha ocorrido até 31 de dezembro de 2019.

Apresentam-se nos quadros abaixo os principais saldos credores a favor de fornecedores.

Fornecedores c/c		
2211001027	Minho Brinde - Agência de Publicidade, Lda.	43 563,59 C
2211002361	CESCE - Soluções Informáticas, S.A.	34 079,95 C
2211007258	Multisector Norte Innovation Consulting, Lda	42 511,88 C
2211008257	Ubiquity Technology, Lda.	37 016,85 C
2211008287	Rego de Almeida, Lda.	56 031,97 C
2211016177	SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	53 004,19 C

Fornecedores faturas em receção e conferência		
225003411	LandProject CIGPA, Lda.	41 396,58 C
225007258	Multisector Norte Innovation Consulting, Lda	21 863,25 C
225012838	ETRAUD - Representações e Serviços, Lda.	38 006,39 C
225022222	Dinis Rego, Unipessoal, Lda.	18 407,36 C
225024391	Optima - Fabrico de Máquinas para Corte e Gravação, Lda.	46 125,00 C
225026341	Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A.	43 050,00 C

Fornecedores de investimento		
27111000169	Pinheiro & Santos, Lda	34 415,68 C
27111001316	Frilabo II, Lda.	36 435,16 C
27111002651	SERVIVE Portugal, Lda.	39 300,71 C
27111007445	Agrozende - Fabricação de Estufas e Regas, Lda.	32 305,95 C
27111017110	Officelan, Lda	39 213,05 C
27111023906	Monte & Monte, S.A.	79 303,46 C

I) Participações financeiras

Face ao ano transato não se verificaram alterações em termos de investimentos financeiros, tendo-se mantido o reconhecimento destes investimentos pelo montante de 90.125 euros, tal como apresentado no mapa abaixo. Estes investimentos encontram-se mensurados ao custo de aquisição.

41	**Investimentos financeiros**	**90.125,00**
414	Investimentos noutras entidades	
4141	Participações de capital	
41411	APNOR - Associação dos Institutos Politécnicos do Norte	500,00
41412	INCUBO -Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho	86.125,00
41413	COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola	1.500,00
41414	Régie Lima - Cooperativa Florestal e Social, Ciprl	1.000,00
41415	CentroHabitat- Assoc. Plataforma para a Construção Sustentável	1.000,00

J) Património Líquido

Abaixo encontram-se discriminados os movimentos ocorridos durante o período de 2019:

Património Líquido	2019					
	Saldo Inicial	Reajustamentos Transição SNC-AP	Saldo Inicial Reclassificado	Débito	Crédito	Saldo Final
Património/Capital	35 958 141,08		35 958 141,08	0,00	0,00	35 958 141,08
Resultados Transitados	-18 983 323,33	18 377 999,80	-605 323,53	1 925 611,27	1 898 937,88	-631 996,92
Outras Variações do Capital Próprio	-53 712,83		-53 712,83	45 667,43	304 810,19	205 429,93
Resultado Liquido do Período	-2 163 537,22	996 193,44	-1 167 343,78	270 026,17	1 167 343,78	-270 026,17
TOTAL	**14 757 567,70**	**19 374 193,24**	**34 131 760,94**	**2 241 304,87**	**3 371 091,85**	**35 261 547,92**

Os movimentos relativos aos reajustamentos de transição para SNC-AP têm inerente os movimentos contabilísticos relativos à mensuração dos edifícios e terrenos pelo respetivo VPT, conforme já explicitado anteriormente na nota 5.

Refere-se ainda que a maioria das variações verificadas no património líquido, para além do registo do resultado líquido do período anterior, prende-se com:

- Reconhecimento do rédito correspondente ao valor das depreciações relativas a ativos tangíveis financiados no montante de 795.560,70 euros;
- Reconhecimento das execuções financeiras submetidas aos respetivos programas financiadores, por contrapartida das respetivas contas do passivo;
- Registo da aquisição, a título gratuito, de 3 viaturas elétricas financiadas a 100% pelo Fundo Ambiental - Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP, no montante de 61.331,46 euros.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

Todo o pessoal ao serviço da Instituição foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com a anteriormente referido.

O IPVC não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Os gastos com pessoal relativos a 2019 totalizaram 16.191.505,86 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

		ANO 2019	ANO 2018
63	**Gastos com o pessoal**	**16 191 505,86**	**15 579 221,08**
631	Remunerações dos orgãos sociais e de gestão	1 039 284,53	962 111,51
632	Remunerações do pessoal	12 052 602,37	11 623 763,63
634	Indeminizações	20 676,63	56 040,03
635	Encargos sobre remunerações	3 007 512,32	2 877 504,81
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 485,68	2 025,75
638	Outros gastos com o pessoal	8 000,00	8 421,42
639	Outros encargos sociais	60 944,33	49 353,93

O número de pessoal da Instituição, à data de 31 de dezembro de 2019, era de 517 trabalhadores, dos quais 391 eram docentes e 126 não docentes.

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

1 - Os termos e condições associados a transações com partes relacionadas não diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a entidade relacionada da Instituição é a unidade funcional do IPVC - Serviços de Ação Social do IPVC - vocacionada para assegurar as funções da ação escolar, cuja gestão financeira compete ao Conselho de Gestão do IPVC.

No quadro a seguir apresentado encontram-se refletidos os saldos devedores e credores relativos às transações efetuadas com os Serviços de Ação Social, assim como, os respetivos valores acumulados para cada uma das contas indicadas.

Conta	Descritivo	Saldo Inicial		Débito	Crédito	Saldo Final	
211/27891	Clientes/Outros Devedores	1 927,35	D	4 841,68	5 835,15	933,88	D
22/27892	Fornecedores/Outros Credores	10 370,32	C	236 343,90	236 524,30	10 550,72	C
225	Fornecedores faturas em receção e conferência	266,12	C	165 778,75	168 054,50	2 541,87	C
27892	Seguro Escolar	913,00	C	35 462,00	38 007,00	3 458,00	C

As transações refletidas nas contas de clientes/outros devedores respeitam, essencialmente, a faturação emitida pelo IPVC no âmbito da venda de material de escritório e material de limpeza e higiene.

As transações refletidas nas contas de fornecedores/outros credores traduzem, essencialmente, as aquisições de bens alimentares e serviços de catering solicitados aos Serviços de Ação Social, decorrentes das necessidades inerentes ao normal desenvolvimento da atividade operacional do IPVC. Encontram-se ainda refletidas as transferências correntes realizadas a favor destes serviços já previstas no orçamento inicial da Instituição e que foram sujeitas a reforços orçamentais no decorrer na execução orçamental de 2019.

O montante relativo a seguro escolar corresponde ao total da verba faturada a alunos relativamente a seguro escolar, cujo montante é transferido para os Serviços de Ação Social e registado como rédito nestes serviços, na medida em que também é neste serviço que a despesa do seguro escolar é processada e paga.

2 - São órgãos de governo do IPVC: o Conselho Geral, o Presidente e o Conselho de Gestão, competindo ao Conselho de Gestão conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição.

À data de 31 de dezembro de 2019, os membros que constituíam o Conselho de Gestão eram os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues – Presidente;
- Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale, Vice-Presidente;
- César Augusto Araújo Fernandes Meira de Sá, Diretor da Escola Superior de Educação;
- Maria Isabel Valín Sanjiao, Diretora da Escola Superior Agrária;
- Margarida Cancela de Amorim Henriques Pereira, Administradora do IPVC.

A remuneração anual dos membros que constituem o Conselho de Gestão é a que se apresenta no quadro seguinte. Refere-se que, relativamente aos diretores das unidades orgânicas, apenas se apresenta o montante do suplemento auferido pelo exercício deste cargo, na medida em que a remuneração base corresponde à remuneração da categoria de origem (docente).

Cargo	Remuneração Base	Despesas de Representação	Suplementos
Presidente	83.642,02		
Vice-Presidente	80.204,74		
Administrador	44.435,30	7.005,72	
Diretor de Unidade Orgânica			6.416,34

NOTA 23 - Divulgações relacionadas com a Demonstração de Resultados por Natureza

A) Fornecimentos e serviços externos

Encontram-se abaixo discriminados os fornecimentos e serviços externos reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2019, e respetivos comparativos:

		ANO 2019	ANO 2018
62	**Fornecimentos e serviços externos**	**3 573 207,14**	**3 306 501,14**
622	**Serviços especializados**	**1 893 249,75**	**1 689 361,07**
6221	Trabalhos especializados		770 263,61
62211	Estudos, pareceres e consultoria jurídica		39 621,38
62212	Projetos e serviços de informática	285 802,20	69 809,17
622121	Serviços de informática - Desenvolvimento de software	141 880,50	4 820,95
622122	Serviços de Informática - Contratos de impressão	39 500,83	38 677,35
622129	Outros projetos e serviços de informática	104 420,87	26 310,87
62215	Qualidade e segurança no trabalho	8 569,00	
62216	Organização de eventos	6 482,94	
62217	Formação ao pessoal	55 053,08	62 223,69
62219	Outros trabalhos especializados	692 557,70	598 609,37
6222	Publicidade, comunicação e imagem	69 273,86	109 914,96
6223	Vigilância e segurança	212 984,57	210 987,63
6224	Honorários	439 319,64	412 472,58
62242	Contratos individuais por avença	46 279,56	101 085,08
62243	Apoio judiciário	17 970,30	10 811,70
62249	Outros honorários	375 069,78	300 575,80
6226	Conservação e reparação	123 206,76	185 727,64
6228	Outros serviços especializados		-5,35
623	**Materiais de consumo**	**270 807,92**	**283 891,52**
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	37 063,59	
6232	Livros e documentação técnica	7 923,40	
6233	Material de escritório	11 929,54	
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	52 421,45	2 216,53
6235	Material de educação, cultura e recreio		228,77
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	163,69	21 097,08
6238	Produtos químicos e de laboratórios	36 413,22	26 519,71
6239	Outros materiais diversos de consumo	124 893,03	161 184,26
624	**Energia e fluidos**	**467 676,27**	**446 288,29**
625	**Deslocações, estadas e transportes**	**458 316,64**	**399 259,70**
6251	Deslocações e estadas	280 766,28	249 892,29
6252	Transportes de pessoal	172 867,10	146 078,29
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	4 533,76	3 282,47
6258	Outros	149,50	6,65
626	**Serviços diversos**	**483 156,56**	**487 700,56**
6261	Rendas e alugueres	-96,09	2 685,04
6262	Comunicação	72 877,20	74 602,25
6263	Seguros	13 708,76	6 587,86
6267	Limpeza, higiene e conforto	279 877,08	259 289,72
6268	Outros serviços	116 789,61	144 535,69

B) Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos relativos a 2019 totalizaram 520.995,48 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

		ANO 2019	ANO 2018
60	**Transferências e subsídios concedidos**	**520 995,48**	**401 625,57**
601	Transferências correntes concedidas		
60101	Transferências a favor SAS	206 400,00	158 428,30
60102	Transferências para Inst. sem Fins Lucrativos	120,00	13 416,50
60103	Bolsas	312 056,48	224 889,83
601031	Bolsas de investigação	302 061,88	219 989,83
601033	Bolsas de mérito	3 600,00	4 900,00
601039	Outras bolsas	6 394,60	
60104	Transferências para Universidade de Aveiro		2 640,94
60199	Outras transferências correntes concedidas	2 419,00	2 250,00

Salienta-se que o gasto relativo a bolsas de investigação resulta dos contratos formalizados com bolseiros de investigação ao abrigo de diversos projetos cofinanciados pela União Europeia.

C) Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos que totaliza, a 31 de dezembro de 2019, 821.760,30 euros respeita, essencialmente, ao rendimento de imputação de subsídios e transferências para investimentos decorrentes da execução financeira de projetos cofinanciados. O rendimento refletido na conta de imputação de subsídios e transferências para investimentos ascendeu a 795.560,70 euros.

		ANO 2019	ANO 2018
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**821 760,30**	**530 072,82**
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	795 560,70	507 868,92
7880/1/7/9	Outros rendimentos e ganhos	26 199,60	22 203,90

D) Outros gastos e perdas

O total da rubrica de outros gastos e perdas ascendeu, à data de 31 de dezembro de 2019, a 82.325,81 euros, conforme informação discriminada abaixo.

		ANO 2019	ANO 2018
68	**Outros gastos e perdas**	**82 220,20**	**253 734,53**
6813	Taxas	33 720,67	120 774,46
68131	Taxas relativas a patentes/registo marcas	634,45	231,06
68132	Taxas de justiça	764,04	5 938,44
68133	Taxas A3ES	23 750,00	112 000,00
68139	Outras taxas	8 572,18	2 604,96
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	321,56	669,80
6873	Abates	321,56	669,80
688	Outros	48 177,97	132 290,27
6881	Correções relativas a períodos anteriores	8 950,10	99 148,91
6883	Quotizações	39 227,87	33 140,36
6889	Outros não especificados	0,00	1,00
		ANO 2019	**ANO 2018**
69	**Gastos e perdas por juros e outros encargos**	**105,61**	**748,63**
691821	Juros de mora não tributários	105,61	748,63
	TOTAL DE OUTROS GASTOS E PERDAS	**82 325,81**	**254 483,16**

Salienta-se que o gasto relativo às taxas devidas à A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no âmbito da acreditação/avaliação dos cursos, assim como, as diversas quotas assumidas perante Instituições/Associações, assumem o maior peso no conjunto da rúbrica de outros gastos e perdas. De referir ainda que, relativamente às quotizações estão incluídas as quotas assumidas perante o CCISP -Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e que ascenderam a 26.715 euros.

Outras Informações

No ano de 2019 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela *software house* todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Para efeitos de submissão da prestação de Contas ao Tribunal de Contas, o documento de prestação de contas "balanço" teve de ser alterado de forma a refletir a compensação de saldos devedores e credores para algumas rubricas apresentadas no referido documento.

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão

3. Demonstrações Orçamentais

3.1. Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)						2018
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
R14	**Saldo da gerência anterior - operações orçamentais (1)**	378 161,45		554,69			378 716,14	15 236,32
	Restituição do saldo oper. orçamentais						0,00	
	Operações de tesouraria [A]					183 679,12	183 679,12	423 986,93
	Receita corrente						0,00	
R1.1	Impostos Diretos						0,00	
R1.2	Impostos Indiretos						0,00	
R2	subsistemas de saúde						0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 893 437,42					3 893 437,42	4 071 896,62
R4	Rendimentos de propriedade						0,00	
R5.1.3	Outras						0,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		12 935 393,00				12 935 393,00	13 155 779,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		48 306,29	548 008,09			596 314,38	229 950,24
R5.1.1.4	Administração Regional						0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	41 332,45					41 332,45	37 183,44
R5.1.1.3	Segurança Social						0,00	
R5.1.2	Exterior - U E			3 156 519,27			3 156 519,27	2 221 409,28
R6	Venda de bens e serviços	564 647,99					564 647,99	446 190,26
R7	Outras Receitas Correntes	14 236,56		1 350 592,90			1 364 829,46	501 043,30
							0,00	
	Receita de capital							
R8	Venda de bens de investimento						0,00	
R9.1.3	Outras						0,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades		170,48				170,48	
R9.1.1.4	Administração Regional						0,00	
R9.1.1.5	Administração Local						0,00	
R9.1.1.3	Segurança social						0,00	
R9.1.3	Outras						0,00	
R9.1.2	Exterior - U E						0,00	
R10	Outras receitas de capital						0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2 543,32		126,95			2 670,27	4 764,28
	Receita efetiva [2]	4 516 197,74	12 983 869,77	5 055 247,21	0,00	0,00	22 555 314,72	20 668 216,42
	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com Passivos financeiros							
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	4 894 359,19	12 983 869,77	5 055 801,90	0,00	0,00	22 934 030,86	20 683 452,74
	Operações de tesouraria [B]					487 118,73		810 415,98

RUBRICA	Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)						2018
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1 599 698,53	10 589 939,37	733 026,26			12 922 664,16	12 239 637,55
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	48 386,93	32 715,76	35 987,22			117 089,91	134 586,66
D1.3	Segurança social	483 098,68	2 297 683,57	242 362,47			3 023 144,72	2 703 023,28
D2	Aquisição de bens e serviços	2 277 420,90	12 311,78	901 258,45			3 190 991,13	2 766 077,19
D3	Juros e outros encargos	93,45					93,45	748,63
D4.1.4	Outras						0,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	156 000,00		48 400,00			204 400,00	161 069,24
D4.1.1.4	Administração regional						0,00	
D4.1.1.5	Administração local						0,00	
D4.1.1.3	Segurança social						0,00	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	20 539,50		17 973,00			38 512,50	34 081,16
D4.1.3	Famílias	56 810,65		442 563,03			499 373,68	415 545,89
D4.2	Subsídios correntes						0,00	
D5	Outras Despesas Correntes	92 729,52		36 841,26			129 570,78	170 939,06
	Despesa de capital							
D6	Aquisição de bens de capital	138 933,13		2 594 726,26			2 733 659,39	1 679 027,94
D7.1.4	Outras						0,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						0,00	
D7.1.1.4	Administração regional						0,00	
D7.1.1.5	Administração local						0,00	
D7.1.1.3	Segurança social						0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo						0,00	
D7.1.3	Famílias						0,00	
D9	Despesa com ativos financeiros						0,00	
D8	Outras despesas de capital						0,00	
	Despesa efetiva [5]	4 873 711,29	12 932 650,48	5 053 137,95	0,00	0,00	22 859 499,72	20 304 736,60
	Despesa não efetiva [6]							
D10	Despesa com passivos financeiros							
	Soma [7]=[5]+[6]	4 873 711,29	12 932 650,48	5 053 137,95	0,00	0,00	22 859 499,72	20 304 736,60
	Operações de tesouraria [C]					585 871,85		1 050 723,79
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	20 647,90	51 219,29	2 663,95	0,00	0,00	74 531,14	378 716,14
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					84 926,00	84 926,00	183 679,12
	Saldo global [2] - [5]	-357 513,55	51 219,29	2 109,26	0,00	0,00	-304 185,00	363 479,82
	Despesa primária							
	Saldo corrente							
	Saldo de capital							
	Saldo primário							
	Receita total [1] + [2] + [3]	4 894 359,19	12 983 869,77	5 055 801,90	0,00	0,00	22 934 030,86	20 683 452,74
	Despesa total [5] + [6]	4 873 711,29	12 932 650,48	5 053 137,95	0,00	0,00	22 859 499,72	20 304 736,60

3.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)–(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(1)×100	Período corrente (13)=(9)/(1)×100
	Receita corrente													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 707 419,00	989 633,68	4 174 495,87	141 562,57	3 950 599,92	67 484,49	57 162,50	385 267,37	3 508 170,05	3 893 437,42	1 129 129,56	8,18%	74,52%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	12 935 393,00	0,00	12 935 393,00	0,00	12 935 393,00	0,00	0,00	0,00	12 935 393,00	12 935 393,00	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	633 692,00	0,00	596 314,38	0,00	596 314,38	0,00	0,00	0,00	596 314,38	596 314,38	0,00	0,00%	94,10%
R5.1.1.5	Administração Local	98 450,00	0,00	41 332,45	0,00	41 332,45	0,00	0,00	0,00	41 332,45	41 332,45	0,00	0,00%	41,98%
R5.1.2	Exterior - U E	5 339 352,00	0,00	3 235 947,07	79 427,80	3 235 947,07	79 427,80	79 427,80	0,00	3 156 519,27	3 156 519,27	0,00	0,00%	59,12%
R6	Venda de bens e serviços	626 914,00	234 427,93	538 607,47	6 195,81	564 845,49	249,50	197,50	152 223,28	412 424,71	564 647,99	202 191,60	24,28%	65,79%
R7	Outras Receitas Correntes	1 802 631,00	5 250,00	1 372 014,45	12 285,00	1 373 844,46	9 015,00	9 015,00	5 250,00	1 359 579,46	1 364 829,46	149,99	0,29%	75,42%
	Receita de capital													
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	8 843,00	0,13	8 276,64	0,00	2 670,27	0,00	0,00	0,00	2 670,27	2 670,27	5 606,50	0,00%	30,20%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	378 717,00	0,00	378 716,14	0,00	378 716,14	0,00	0,00	0,00	378 716,14	378 716,14	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	7 591,00	0,00	170,48	0,00	170,48	0,00	0,00	0,00	170,48	170,48	0,00	0,00%	2,25%
	TOTAL	**26 539 002,00**	**1 229 311,74**	**23 281 267,95**	**239 471,18**	**23 079 833,66**	**156 176,79**	**145 802,80**	**542 740,65**	**22 391 290,21**	**22 934 030,86**	**1 337 077,65**	**2,05%**	**84,37%**

3.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2)×100	Período corrente (12)=(7)/(2)×100
	Despesa corrente												
D1.1	Remunerações certas e permanentes	308 215,30	13 357 763,00	0,00	13 259 881,34	13 259 881,34	308 215,30	12 614 448,86	12 922 664,16	0,00	337 217,18	2,31%	94,44%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	127 896,00	0,00	117 089,91	117 089,91	0,00	117 089,91	117 089,91	0,00	0,00	0,00%	91,55%
D1.3	Segurança social	215 562,39	3 365 788,00	0,00	3 255 691,16	3 255 691,16	215 562,39	2 807 582,33	3 023 144,72	0,00	232 546,44	6,40%	83,42%
D2	Aquisição de bens e serviços	551 191,44	4 809 188,00	0,00	4 383 364,00	4 087 674,19	551 191,44	2 639 799,69	3 190 991,13	295 689,81	896 683,06	11,46%	54,89%
D3	Juros e outros encargos	0,00	130,00	0,00	105,61	105,61	0,00	93,45	93,45	0,00	12,16	0,00%	71,88%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	207 041,00	0,00	204 400,00	204 400,00	0,00	204 400,00	204 400,00	0,00	0,00	0,00%	98,72%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	13 585,84	62 988,00	0,00	60 567,50	60 557,50	13 585,84	24 926,66	38 512,50	10,00	22 045,00	21,57%	39,57%
D4.1.3	Famílias	3 320,00	611 416,00	0,00	501 848,68	501 848,68	3 320,00	496 053,68	499 373,68	0,00	2 475,00	0,54%	81,13%
D5	Outras Despesas Correntes	14 020,50	169 378,00	0,00	139 311,79	139 311,79	14 020,50	115 550,28	129 570,78	0,00	9 741,01	8,28%	68,22%
	Despesa de capital												
D6	Aquisição de bens de capital	504 925,72	3 827 414,00	0,00	3 546 753,62	3 339 978,17	504 925,72	2 228 733,67	2 733 659,39	206 775,45	606 318,78	13,19%	58,23%
	TOTAL	**1 610 821,19**	**26 539 002,00**	**0,00**	**25 469 013,61**	**24 966 538,35**	**1 610 821,19**	**21 248 678,53**	**22 859 499,72**	**502 475,26**	**2 107 038,63**	**6,07%**	**80,07%**

3.4. Anexo às demonstrações orçamentais

1 - Alterações orçamentais da receita

Rubrica SNC-AP	Tipo	Receita				
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
R3	P/M	3 882 500,00	30 850,00	289 021,00	1 083 090,00	4 707 419,00
R5.1.2	P/M	3 179 100,00	1 966 750,00	3 077 991,00	3 271 493,00	5 339 352,00
R5.1.1.1	P/M	12 784 100,00	91 658,00		59 635,00	12 935 393,00
R5.1.1.2	P/M	6 590,00	748 392,00	125 590,00	4 300,00	633 692,00
R5.1.1.5	P/M	100 000,00	100 000,00	101 550,00		98 450,00
R5.2	P/M	1 100 000,00	431 921,00	238 500,00	489 210,00	1 782 631,00
R6	P/M	227 500,00	294 685,00	3 237,00	107 966,00	626 914,00
R7	P/M	60 000,00		40 000,00		20 000,00
R9.1.1.2	P/M	11 714,00	15 171,00	19 294,00	-	7 591,00
R11	P/M		8 843,00			8 843,00
R14	P/M				378 717,00	378 717,00
		21 351 504,00	**3 688 270,00**	**3 895 183,00**	**5 394 411,00**	**26 539 002,00**

2 - Alterações orçamentais da despesa

Rubrica SNC-AP	Tipo	Despesa				
		Dotações Iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
D1.1	P/M	13 082 960,00	13 590 925,00	14 277 137,00	961 015,00	13 357 763,00
D1.2	P/M	11 300,00	175 529,00	67 970,00	9 037,00	127 896,00
D1.3	P/M	3 029 464,00	3 594 786,00	3 717 201,00	458 739,00	3 365 788,00
D2	P/M	2 942 739,00	3 678 242,00	2 786 549,00	974 756,00	4 809 188,00
D3	P/M	-	130,00	-	-	130,00
D4.1.2	P/M	-	63 296,00	2 728,00	2 420,00	62 988,00
D4.1.3	P/M	300 700,00	471 665,00	200 629,00	39 680,00	611 416,00
D4.1.1.2	P/M	137 641,00	70 900,00	1 500,00	-	207 041,00
D5	P/M	50 000,00	108 304,00	28 035,00	39 109,00	169 378,00
D6	P/M	1 796 700,00	2 131 772,00	3 010 713,00	2 909 655,00	3 827 414,00
		21 351 504,00	**23 885 549,00**	**24 092 462,00**	**5 394 411,00**	**26 539 002,00**

4 - Operações de Tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0711/0721	Intermediação de fundos	180 720,54	396 913,08	508 052,99	69 580,63
07122/07222	Cobrança de receita por conta de outrem	322,00	37 830,00	35 271,00	2 881,00
0713/0723	Constituição e reforço de cauções e garantias	0,00	842,32	0,00	842,32
0719/0729	Outras receitas/despesas de operações de tesouraria	2 636,58	51 533,33	42 547,86	11 622,05
	TOTAL	**183 679,12**	**487 118,73**	**585 871,85**	**84 926,00**

5 — Contratação administrativa

5.1 — Situação dos contratos

Entidade	Contrato			Visto Trib.de Contas		Data do Primeiro pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados		
	Objecto	Data	Valor	Nº de Registo	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais
Euromex - Facility Services, Lda	2014/CP/005	01/09/2015	41 202,54			02/10/2015	0,00			41 202,54		
Euromex - Facility Services, Lda	2014/CP/005	01/09/2015	164 972,67			03/10/2015	0,00			164 972,67		
Rego de Almeida, Lda.	2014/CP/005	01/01/2017	48 043,80			02/02/2017	0,00			48 043,80		
Rego de Almeida, Lda.	2014/CP/005	01/09/2015	283 227,06			05/10/2015	0,00			283 227,06		
Euromex - Facility Services, Lda	2014/CP/006	01/10/2017	98 540,08			06/10/2015	0,00			98 540,08		
SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01/06/2016	214 049,52			04/07/2016	29 729,10			214 049,52		
SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01/06/2016	214 049,52			04/07/2016	29 729,10			214 049,52		
SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01/06/2016	84 751,92			04/07/2016	11 771,10			84 751,92		
Pinto & Cruz, Lda	2016_ESPAP_002	01/06/2016	30 331,80			00/01/1900	5 055,30			30 331,80		
ALTICE/MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	2016/AJD/005	17/02/2016	15 010,92			00/01/1900	1 243,53			15 010,92		
M. Rodrigues & Associados - SP. RL	2016/AJD/037	01/09/2016	26 346,60			18/11/2016	5 854,80			26 346,60		
Barcamedis-Medicina no trablho, Lda	2016/AJD/046	01/01/2017	24 000,00			13/06/2017	8 000,00			24 000,00		
José Durão, Unipessoal, Lda	2016/CLPQ/001	01/01/2017	221 400,00			14/03/2017	73 800,00			221 400,00		
Galp Power, S.A.	04/AQ-ELE/DSCP-UMC/2016	06/03/2017	599 168,07			05/04/2017	125 541,64			599 168,07		
EDP Comercial-Comercialização de Energia, SA	05/AQ-GN/DSCP-UMC/2017	01/04/2018	49 820,55			30/05/2018	6 534,86			49 820,55		
ALTICE/MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	02/CPI/UMC/2017	18/03/2018	7 075,69			00/01/1900	2 358,56			4 717,12		
NOS Comunicações, SA	02/CPI/UMC/2017	18/03/2018	12 529,80			00/01/1900	4 176,60			8 353,20		
SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01/04/2016	32 533,50			00/01/1900	4 243,50			32 533,50		
SGS Internacional Certification Services, Lda	2017/AJD/029	14/03/2017	7 702,33			09/03/2018	1 783,28			5 478,22		
Áurea Leonor Cerqueira Gomes	2017/AJD/049	05/07/2017	33 210,00			29/08/2017	10 764,00			33 210,00		
S.E.S.I. - Sistemas Electrónicos Segurança Integrada	2017/AJD/071	05/09/2017	8 827,46			30/11/2017	910,20			8 827,46		
SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2017/AJD/072	01/09/2017	30 750,00			05/11/2017	7 687,50			30 750,00		
Multisector Norte Innovation Consulting, Lda	2017/AJD/079	21/11/2017	58 302,00			29/12/2017	14 575,48			58 302,00		
Ubiquity Technology, Lda.	2017/AJD/082	29/11/2017	56 949,00			05/03/2018	0,00			19 932,15		
Mariana Sara de Almeida Cerdeira e Figueiredo Cardoso	2017/AJD/084	18/12/2017	34 833,60			13/06/2018	22 545,90			34 833,60		
Beltrão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2017/AJD/092	18/12/2017	88 050,93			23/02/2018	30 152,46			68 829,81		
OVNITUR - Viagens e Turismo, Lda.	2017/AJD/094	05/01/2018	92 246,31			29/06/2018	38 097,80			92 246,31		
AVIC - António dos Prazeres da Silva & Filho Lda	2017/CP/002	04/09/2017	325 900,80			30/11/2017	140 428,80			325 900,80		
ITEN solutions - Sistemas de informação, SA	2017/CP/008	07/12/2017	73 581,95			15/02/2018	36 790,98			73 581,95		
MRA Instrumentação	2017/CPI/001	31/07/2018	60 776,76			07/02/2019	60 776,76			60 776,76		
NORLEQ - Equipamentos e Serviços, Unipessoal Lda	2017/CPI/001	31/07/2018	8 610,00			00/01/1900	0,00			0,00		
ALTICE/MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	2018/AJD/014	09/05/2018	294,90			25/05/2018	147,45			233,46		
Márcio Teixeira Ferreira	2018/AJD/015	13/06/2018	14 464,80			30/07/2018	8 437,80			14 464,80		
Melsport - Melgaço Desporto e Lazer, E.M.	2018/AJD/020	31/12/2018	27 060,00			18/02/2019	27 060,00			27 060,00		
Gasin II Unipessoal, Lda.	2018/Ajd/021	04/07/2018	233,70			06/11/2018	0,00			233,70		
Amaro Pereira de Amorim	2018/AJD/023	30/07/2018	12 167,26			29/11/2018	5 034,72			7 132,54		
NIPPON GASES PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA.	2018/AJD/025	23/08/2018	123,00			08/11/2018	0,00			123,00		
CESCE - Soluções Informáticas, S.A.	2018/AJD/026	14/08/2018	8 302,50			23/11/2018	8 302,50			8 302,50		
SPECANALITICA - Equipamentos Científicos, Lda.	2018/AJD/027	19/09/2018	43 125,03			00/01/1900	0,00			43 125,03		
Rego de Almeida, Lda.	2018/AJD/028	25/09/2018	13 579,20			18/12/2018	0,00			13 579,20		
Fernando José de Azevedo Silva Santos	2018/AJD/030	25/10/2018	15 057,27			29/01/2019	6 949,45			8 107,82		
Simão Pedro Alves da Silva	2018/AJD/033	29/11/2018	13 136,40			29/01/2019	10 084,51			13 136,40		
Carlos Gil Silva Sá	2018/AJD/034	29/11/2018	13 136,40			29/01/2019	10 084,51			13 136,40		

Entidade	Contrato			Visto Trib.de Contas		Data do	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados		
	Objecto	Data	Valor	Nº de Registo	Data	Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais
Digitalis - Distribuição e Gestão de Informática, Lda	2018/AJD/035	27/11/2018	18 227,44			00/01/1900	0,00			0,00		
Blisq Creative, lda.	2018/CPRE/001	07/03/2018	59 224,50			13/06/2018	26 327,47			59 224,50		
António Jorge Castro Pereira da Rocha	2018/CPRE/002	27/04/2018	32 213,70			30/05/2018	10 737,90			21 475,80		
XZ Consultores, SA	2018/CPRE/005	23/05/2018	20 000,00			26/10/2018	0,00			20 000,00		
Multisector Norte Innovation Consulting, Lda	2018/CPRE/011	04/05/2018	26 076,00			18/12/2018	0,00			26 076,00		
Serviços de Acção Social do IPVC	2018/CPRE/012	23/05/2018	13 960,50			07/08/2018	0,00			13 960,50		
UNICAM - Sistemas Analíticos, Lda.	2018/CPRE/014	16/11/2018	30 737,70			30/01/2019	0,00			30 737,70		
Rego de Almeida, Lda.	2018/CPRE/015	30/07/2018	72 545,40			29/01/2019	24 181,80			34 257,55		
Minhocom, Gestão de Infra-estruturas de Telecomunicações, EIM	2018/CPRE/019	17/07/2018	90 257,40			23/11/2018	30 085,80			42 621,55		
DSTelecom, S.A	2018/CPRE/022	13/08/2018	42 508,80			21/12/2018	14 169,60			18 892,80		
Statusedge Lda	2018/CPRE/023	21/11/2018	10 701,00			00/01/1900	0,00			10 701,00		
FnacPro	2018/CPRE/024	19/11/2018	10 235,76			08/04/2019	0,00			10 235,76		
Maria De La Salete Coelho da Rocha Pereira da Silva	2018/CLPQ/001	13/07/2018	86 872,70			24/08/2018	36 290,90			56 581,81		
NO LESS S A	2018/AJD/037	22/01/2019	8 110,00			10/05/2019	9 975,30			9 975,30		
Paulo Sampaio e Isabel Silva - Consultores, Lda.	2018/CPre/026	28/02/2019	18 550,00			07/06/2019	20 534,85			20 534,85		
Maria de La Salete Coelho da Rocha Pereira da Silva	2018_CLPQ_003	15/04/2019	19 200,00			29/04/2019	13 494,86			13 494,86		
Marco Sousa Consultores Gestão Unipessoal, Lda	2019/AJD/005	12/03/2019	12 000,00			05/04/2019	14 760,00			14 760,00		
PSE - Produtos e Serviços de Estatística , Lda	2019/AJD/006	12/03/2019	8 228,00			10/05/2019	10 120,44			10 120,44		
IZASA SCIENTIFIC, LDA.	2019/AJD/007	19/03/2019	5 525,00			31/05/2019	6 795,75			6 795,75		
Rego de Almeida,Lda	2019/AJD/008	18/03/2019	7 689,00			26/06/2019	9 457,47			9 457,47		
Osiris Travel	2019/AJD/009	20/03/2019	16 200,00			31/07/2019	19 926,00			19 926,00		
Liliana Martins Da Fonte	2019/AJD/010	16/05/2019	10 040,24			18/06/2019	12 349,50			12 349,50		
Olga Cristiana Magalhaes da Silva	2019/AJD/012	29/03/2019	17 500,00			27/05/2019	16 143,75			16 143,75		
Granta Design Limited	2019/AJD/013	28/03/2019	11 292,75			07/06/2019	13 890,08			13 890,08		
Daniel Henrique Gomes Basílio	2019/AJD/017	11/06/2019	16 200,00			02/08/2019	15 066,00			15 066,00		
J.Canão, LDA	2019/AJD/018	26/06/2019	14 500,00							0,00		
PEDRO NUNO RODRIGUES GASPAR	2019/AJD/023	26/06/2019	54 000,00			30/09/2019	19 950,00			19 950,00		
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	2019/AJD/024	28/06/2019	8 948,00			21/10/2019	8 948,00			8 948,00		
SHAR, SA.	2019/AJD/025	12/07/2019	17 573,04			21/10/2019	7 204,94			7 204,94		
SKYROS II - CONGRESSOS, LDA	2019/AJD/026	09/07/2019	10 600,00			10/09/2019	6 879,00			6 879,00		
MONTE & MONTE, S.A.	2019/AJD/027	31/07/2019	9 280,00			30/12/2019	11 414,40			11 414,40		
Aquagri IIM- International Irrigation Management, Lda	2019/AJD/028	13/08/2019	7 734,00							0,00		
GATE TRADING, LDA	2019/AJD/029	19/08/2019	6 195,04			18/11/2019	7 619,90			7 619,90		
Barreiros, Costa & Sampaio S.A.	2019/AJD/030	01/08/2019	13 265,58							0,00		
Laborspirit Lda	2019/AJD/032	31/07/2019	8 224,00							0,00		
Diogo Filipe Gigante da Silva	2019/AJD/034	09/08/2019	19 900,00			11/10/2019	15 367,31			15 367,31		
EBSCO Information Services, S.L.U, Espanha	2019/AJD/035	31/07/2019	5 488,00			24/10/2019	6 750,24			6 750,24		
J.Canão, LDA	2019/AJD/037	31/07/2019	14 205,46			03/10/2019	17 472,72			17 472,72		
A.B.SOARES - INDÚSTRIA METALÚRGICA, LDA	2019/AJD/038	23/09/2019	8 870,00							0,00		
Agrolima - Comercio de Maquinas e Agricolas e Industriais, LDa	2019/AJD/039	03/09/2019	19 000,00							0,00		
Linde Portugal, Lda.	2019/AJD/040	22/10/2019	1 195,00							0,00		
Lusoimpress Offset e Digital, Ldª	2019/AJD/042	03/09/2019	9 070,00			15/11/2019	11 156,10			11 156,10		
Auto Viação Melgaço, Lda.	2019/AJD/043	03/10/2019	19 720,00							0,00		
VianaPrint - Impressão, Design e Publicidade, Lda	2019/AJD/046	26/12/2019	12 500,00							0,00		
Exóticos Desafios - Agência de viagens, Lda, Portugal	2019/AJD/047	29/10/2019	7 315,09			11/11/2019	7 315,09			7 315,09		
Infraspeak Lda.	2019/AJD/048	04/11/2019	8 397,00							0,00		
SGSINTERNATIONAL CERTIFICATION SERVICES - SERVIÇOS INTERNACIONAIS DE	2019/AJD/050	14/11/2019	11 040,00							0,00		
CESCE Soluções Informáticas, SA	2019/AJD/051	27/11/2019	20 836,29							0,00		

Entidade	Contrato			Visto Trib.de Contas		Data do	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados		
	Objecto	Data	Valor	Nº de Registo	Data	Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais
Multisector Norte - Innovation Consulting, Lda	2019/AJDM/002	10/05/2019	167 875,00			05/08/2019	89 882,25			89 882,25		
PINTO & CRUZ, S.A.	2019/AQ/001	30/09/2019	33 384,00							0,00		
EXPT - SISTEMAS DE ENSINO E PESQUISA PARA LABORATÓRIO, LDA	2019/CP/002	21/03/2019	149 500,00			03/10/2019	183 885,00			183 885,00		
Decunify - Soluções de Comunicações, S.A.	2019/CP/003	05/04/2019	81 722,87			27/06/2019	100 519,13			100 519,13		
RIS 2048 -Sistemas Informáticos e Comunicações, S.A.	2019/CP/004	28/03/2019	97 243,14			29/08/2019	39 869,69			39 869,69		
Frilabo II, Lda.	2019/CP/005-lote 3	02/07/2019	4 125,08			31/12/2019	5 073,85			5 073,85		
Exitus, Soluções Tecnológicas, Lda.	2019/CP/005-lote 4	02/07/2019	1 347,00			09/10/2019	1 656,81			1 656,81		
LABORIAL, SA	2019/CP/005-lote 5	02/07/2019	10 500,00							0,00		
António dos Prazeres da Silva & Filho, Lda.	2019/CPI/003	21/11/2019	387 600,00							0,00		
MANVIA - MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÃO, S.A.	2019/Cpre/001	04/04/2019	57 921,47			31/12/2019	31 741,90			31 741,90		
Eyeti Solutions UNP. LDA	2019/Cpre/003	05/06/2019	24 390,00			07/08/2019	14 999,85			14 999,85		
Bracal - Sociedade Produtora de Revestimentos e Isolamentos, Lda	2019/Cpre/005	15/04/2019	58 545,00			05/09/2019	72 010,35			72 010,35		
Pais da Costa & Esteves Pereira - Consultadoria Lda	2019/Cpre/006	15/04/2019	31 750,00			08/08/2019	39 052,50			39 052,50		
APOIOXXI APPORTUGAL LDA.	2019/CPre/008	15/04/2019	13 333,32			21/10/2019	8 742,05			8 742,05		
PINHEIRO & SANTOS, LDA	2019/Cpre/012	29/05/2019	27 982,23							0,00		
Decunify - Soluções de Comunicações, S.A.	2019/Cpre/017	29/05/2019	25 712,83			30/12/2019	31 626,78			31 626,78		
Optima-Fabrico de Máquinas para Corte e Gravação, Lda	2019/CPre/018	12/06/2019	37 500,00							0,00		
Paulo & César - Informática, Lda.	2019/CPre/019/1	01/07/2019	3 595,00			31/10/2019	4 421,85			4 421,85		
VWR International, Lda	2019/CPre/019/2	01/07/2019	3 715,58			30/12/2019	4 570,16			4 570,16		
Wise Connect, S.A.	2019/CPre/020	28/06/2019	5 853,22			19/09/2019	7 199,46			7 199,46		
TOPTONER - Rec. e Comercialização Consumiveis Inf., Lda.	2019/CPre/021	01/07/2019	3 794,90			07/10/2019	4 454,67			4 454,67		
MONTE & MONTE, S.A.	2019/CPre/022	03/09/2019	108 909,89			30/12/2019	11 671,56			11 671,56		
TIC - TECNOLOGIA INFORMÁTICA E COMPUTADORES, LDA.	2019/CPre/023	14/06/2019	48 500,06			07/08/2019	59 655,07			59 655,07		
Officelan, Lda	2019/CPre/024	03/07/2019	31 880,53							0,00		
Landproject, consultoria em informação geográfica e projectos ambientais, lda.	2019/CPre/026	03/07/2019	33 655,76							0,00		
XZ Consultores S.A.	2019/Cpre/027	30/07/2019	20 900,00							0,00		
VWR International, Lda	2019/Cpre/028	23/07/2019	7 260,08			31/12/2019	5 264,40			5 264,40		
Poupenergia, Lda.	2019/CPre/030	07/08/2019	25 300,00							0,00		
MONTE & MONTE, S.A.	2019/Cpre/031	03/09/2019	41 085,23							0,00		
PINHEIRO & SANTOS, LDA	2019/CPre/032	01/08/2019	5 571,54			24/10/2019	6 852,99			6 852,99		
Staples Portugal	2019/CPre/035	18/12/2019	6 316,85							0,00		
MINHOBRINDE -A AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, LDA	2019/CPre/036	23/09/2019	58 106,00							0,00		
Altitude, Jogos de Aventura, Unipessoal, Lda	2019/Cpre/037	20/11/2019	19 975,00							0,00		
dstelecom, S.A.	2019/Cpre/038	21/11/2019	13 920,00							0,00		
Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A.	2019/CPre/039	13/11/2019	35 000,00							0,00		
Dinis Rego unipessoal,lda	2019/Cpre/040/1	22/10/2019	22 448,01							0,00		
Rego de Almeida,Lda	2019/Cpre/040/2	22/10/2019	19 191,24							0,00		
VADECA - FACILITY SERVICES, S.A.	2019/Cpre/040/3	22/10/2019	16 770,00							0,00		
CESCE Soluções Informáticas, SA	2019/Cpre/041	27/11/2019	6 997,59							0,00		
Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da	2019/CPRE/042	21/11/2019	45 000,00							0,00		
Áurea Leonor Cerqueira Gomes	2019/CPRE/044	20/12/2019	11 876,40							0,00		
Simão Pedro Alves da Silva	2019/CPRE/044	20/12/2019	11 876,40							0,00		
Carlos Gil Silva Sá	2019/CPRE/044	20/12/2019	10 680,00							0,00		
FRISINDE - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	2019/Cpre/047	19/12/2019	6 299,00							0,00		
Compta- Infra Estruturas e Segurança, S.A.	2019/Cpre/052	26/12/2019	8 016,00							0,00		
Etraud - Representações e Serviços, Lda.	2019/CPRE/055	27/12/2019	30 899,50							0,00		
CESCE Soluções Informáticas, SA, Portugal	Serviços Especializados de Consultoria para a Impler	27/12/2019	50 356,94							0,00		

5.2 — Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Concurso Público		Concurso Lim. Por Prévia Qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Ajuste Directo		Ao abrigo de Acordods Quadro		Consulta Prévia	
	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor
Locação														
Empreitadas de Obras Públicas									1	13 265,58			3	184 995,12
Gestão de Serviços Públicos														
Prestação de Serviços	12	1 945 228,35	3	327 472,70					43	1 066 432,18	6	732 309,90	24	716 046,49
Aquisições de Bens	9	487 406,80							15	163 955,78			22	466 497,78

6 — Transferências e subsídios:

6.1 — Transferências e subsídios — Despesa

Tipos de despesa	Disposiões Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas autorizadas e não apagas (7)= (5)-(6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências Correntes									
040305 - Serviços e fundos autónomos			Serviços de Ação Social	204 400,00	204 400,00	204 400,00	0,00	0,00	
040308 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados				2 641,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
040701 - Instituições sem fins lucrativos				62 988,00	60 557,50	38 512,50	22 045,00	0,00	
040802 - Outras				611 416,00	501 848,68	499 373,68	2 475,00	0,00	
Total:				881 445,00	766 806,18	742 286,18	24 520,00	0,00	

6.2 — Transferências e subsídios — Receita

Tipos de receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) =(4)-(5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
Transferências Correntes								
060301 - Estado				12 935 393,00	12 935 393,00	0,00	0,00	
060307 - Serviços e fundos autónomos				7 680,00	7 680,00	0,00	0,00	
060310 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados				87 058,00	40 626,29	46 431,71	0,00	
060311 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados				538 954,00	548 008,09	-9 054,09	0,00	
060501 - Continente				98 450,00	41 332,45	57 117,55	0,00	
060901 - União Europeia - Instituições				5 339 352,00	3 156 519,27	2 182 832,73	0,00	
			Total:	**19 006 887,00**	**16 729 559,10**	**2 277 327,90**	**0,00**	

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão